



PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Uma cartilha a partir do desastre de Porto Alegre

VITÓRIA BEATRIZ RAMPIN VIEIRA



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO
(ILATIT)**

ARQUITETURA E URBANISMO

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
UMA CARTILHA A PARTIR DO DESASTRE DE PORTO ALEGRE**

VITÓRIA BEATRIZ RAMPIN VIEIRA

Foz do Iguaçu
2025

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
UMA CARTILHA A PARTIR DO DESASTRE DE PORTO ALEGRE

VITÓRIA BEATRIZ RAMPIN VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Céline Felício Veríssimo

Co Orientadora: Profa. Dra. Selma Passos Cardoso

Co Orientador: Me. Pedro Louvain de Campos Oliveira

Foz do Iguaçu

2025

VITÓRIA BEATRIZ RAMPIN VIEIRA

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
UMA CARTILHA A PARTIR DO DESASTRE DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Céline Felício Veríssimo

Co Orientadora: Profa. Dra. Selma Passos Cardoso

Banca externa: Me. Pedro Louvain de Campos Oliveira

Foz do Iguaçu
2025

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada intensa, é impossível não olhar para trás e reconhecer com gratidão todos que caminharam ao meu lado. Cada etapa deste percurso foi atravessada com o apoio, o carinho e a força de pessoas fundamentais. É a elas que dedico estas palavras.

Aos meus pais, que são e sempre serão meu porto seguro. Obrigada por acreditarem em mim desde o início, por estarem presentes em cada escolha e por nunca medirem esforços para me ver feliz. Os colos nas horas difíceis, os conselhos sinceros e os puxões de orelha nos momentos certos foram combustíveis essenciais nessa trajetória. Levo comigo os valores que me ensinaram, o exemplo de perseverança e a certeza de que todo esforço tem sentido, porque vocês me mostraram isso com amor e coragem.

Ao Leo, meu amor, meu abrigo e meu chão. Você segurou minha mão quando tudo parecia pesado demais, enxugou minhas lágrimas quando nem eu mesma acreditava em mim e me lembrou, todos os dias, do meu potencial. Obrigada pela paciência nos dias em que estive ausente, pelo cuidado nos silêncios, pelas palavras certas nas horas incertas. Sua presença foi essencial para que eu seguisse firme, com o coração tranquilo e a mente focada.

Aos meus orientadores, minha gratidão sincera por cada orientação, cada escuta atenta e cada gesto de incentivo. Obrigada por acreditarem que esta pesquisa tem valor e pode ser semente de algo maior. Nos momentos de dúvida, cansaço e recomeço, encontrei em vocês apoio e direção.

Em especial, à professora Céline, que acolheu este trabalho com um olhar sensível, firme e comprometido. Obrigada por trilhar este caminho comigo com generosidade, cuidado e respeito. Sua escuta ativa, sua confiança e sua dedicação fizeram toda a diferença para que este projeto se realizasse. E mais do que isso, para que eu também me sentisse capaz de continuar, mesmo diante dos maiores desafios.

A cada pessoa que, mesmo nos bastidores, torceu, apoiou, escutou ou simplesmente esteve por perto, meu muito obrigada. Este trabalho carrega muito mais do que páginas. Carrega afeto, resistência e esperança.

RESUMO

A intensificação da emergência climática tem exposto a vulnerabilidade do patrimônio arquitetônico em diferentes contextos urbanos, especialmente no Sul Global. Este Trabalho de Conclusão de Curso toma como estudo de caso o Centro Histórico de Porto Alegre, gravemente impactado pelas enchentes de 2024, para analisar os riscos enfrentados por edifícios históricos e a memória coletiva. O objetivo principal é propor formas de comunicar esses desafios à população por meio de uma cartilha de conscientização, que reúne conteúdos acadêmicos e técnicos em linguagem acessível. Para alcançar esse propósito, a pesquisa adota uma metodologia baseada em revisão bibliográfica, análise de estudos correlatos, levantamento documental e visitas técnicas realizadas em diferentes períodos. A partir desses elementos, conclui-se que a proteção desses bens exige não apenas políticas públicas integradas, mas também o engajamento social, tornando a conscientização popular um instrumento essencial para a valorização da memória coletiva e para a construção de estratégias preventivas diante da crise climática.

Palavras-chave: emergência climática; patrimônio histórico; patrimônio arquitetônico; conscientização; preservação patrimonial.

RESUMEN

La intensificación de la emergencia climática ha expuesto la vulnerabilidad del patrimonio arquitectónico en diversos contextos urbanos, especialmente en el Sur Global. Este Trabajo de Fin de Grado toma como estudio de caso el Centro Histórico de Porto Alegre, gravemente afectado por las inundaciones de 2024, para analizar los riesgos que enfrentan los edificios históricos y la memoria colectiva. El objetivo principal es proponer formas de comunicar estos desafíos a la población mediante una cartilla de concientización que reúna contenidos académicos y técnicos en un lenguaje accesible. Para alcanzar este propósito, la investigación adopta una metodología basada en revisión bibliográfica, análisis de estudios de caso, recopilación documental y visitas técnicas realizadas en diferentes momentos. A partir de estos elementos, se concluye que la protección de estos bienes requiere no solo políticas públicas integradas, sino también el compromiso social, haciendo de la concientización popular una herramienta esencial para valorar la memoria colectiva y construir estrategias preventivas ante la crisis climática.

Palabras clave: emergencia climática; patrimonio histórico; patrimonio arquitectónico; concientización; preservación patrimonial.

ABSTRACT

The intensification of the climate emergency has exposed the vulnerability of architectural heritage in various urban contexts, especially in the Global South. This undergraduate thesis takes as its case study the Historic Center of Porto Alegre, severely affected by the 2024 floods, to analyze the risks faced by historical buildings and collective memory. The main objective is to propose ways of communicating these challenges to the population through an awareness-raising booklet that brings together academic and technical content in accessible language. To achieve this goal, the research adopts a methodology based on bibliographic review, analysis of related case studies, document collection, and technical site visits carried out at different periods. Based on these elements, it is concluded that protecting these assets requires not only integrated public policies but also social engagement, making popular awareness an essential tool for valuing collective memory and building preventive strategies in the face of the climate crisis.

Keywords: climate emergency; historical heritage; architectural heritage; awareness; heritage preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Centro Histórico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	11
Figura 2: Área afetada por alagamento no Centro Histórico de Porto Alegre após as enchentes de maio de 2024.....	13
Figura 3: Museu de arte do Rio Grande do Sul antes das enchentes de 2024.....	13
Figura 4: Museu de arte do Rio Grande do Sul durante as enchentes de 2024.....	13
Figura 5: Casa de cultura Mario Quintana após as enchentes de 2024.....	14
Figura 6: Casa de cultura Mario Quintana durante as enchentes de 2024.....	14
Figura 7: Tabela de objetivos e metodologias.....	18
Figura 8: Imagem aérea de São Luiz do Paraitinga - SP durante a enchente de 2010.....	41
Figura 9: Mobilização da população para limpeza e reconstrução.....	42
Figura 10: Interior da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa com as ruínas preservadas.....	43
Figura 11: Escombros causados pelo terremoto de 2006 em Kotagede, Indonésia.....	45
Figura 12: Comunidade colaborando na reconstrução de Kotagede.....	46
Figura 13: Escombros no porto de Beirute após a explosão.....	49
Figura 14: Medawar 479, conhecido como "A Casa Azul" em reconstrução e com o distintivo de salvaguarda.....	52
Figura 15: Tabela dos casos correlatos resumidos.....	54
Figura 16: Tabela síntese das práticas aplicadas nos estudos de caso e conexão com Porto Alegre.....	57
Figura 17: Capa da cartilha Pequeno Manual para Ocupações Urbanas: Autonomia e Resistência para Mulheres.....	63
Figura 18: Edifícios selecionados sob a mancha de cota da enchente.....	66
Figura 19: Memorial do Rio Grande do Sul.....	68
Figura 20: Museu do Rio Grande do Sul.....	69
Figura 21: Casa de Cultura Mario Quintana.....	70
Figura 22: Usina do Gasômetro.....	71
Figura 23: Marcas de infiltração na fachada do MARGS, outubro de 2024.....	73
Figura 24: Placa de cota de inundação na fachada do MARGS, outubro de 2024.....	73
Figura 24: Passagem entre os blocos da Casa de Cultura Mario Quintana, outubro de 2024.....	74
Figura 25: Tapumes ao longo da Usina do Gasômetro, abril de 2025.....	75
Figura 26: Placa indicando obras de restauração na fachada do Memorial do Rio Grande do Sul, abril de 2025.....	76
Figura 27: Placas indicando obras na Casa de Cultura Mario Quintana, abril de 2025.....	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA	12
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivos específicos	16
1.4 METODOLOGIA	17
1.4.1 ESQUEMA VISUAL DO TRABALHO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: DESAFIOS GLOBAIS E IMPACTOS NO SUL GLOBAL	22
2.1.1 Impactos Globais e Dados Relevantes	23
2.1.1.1 Aumento das Temperaturas Globais	23
2.1.1.2 Eventos Climáticos Extremos	23
2.1.1.3 Impactos na Saúde	23
2.1.1.4 Segurança Alimentar e Hídrica	24
2.1.2 Desigualdade Climática e Responsabilidade Histórica	24
2.1.3 Impactos e Vulnerabilidades Específicas	25
2.1.4 Respostas e Estratégias Locais	27
2.1.5 Justiça Climática e o Papel dos Organismos Internacionais	28
2.2 PATRIMÔNIO MATERIAL: CONCEITOS	29
2.2.1 O Valor Cultural e a Importância da Preservação do Patrimônio Material	31
2.2.2 Desafios na Preservação do Patrimônio Material	32
2.2.3 Agentes da Preservação do Patrimônio	35
2.3 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO	36
3 ESTUDOS CORRELATOS	39
3.1 SÃO LUIZ DO PARAITINGA - SÃO PAULO, BRASIL	40
3.1.1 O Processo de Reconstrução	41
3.1.2 Lições aprendidas	43
3.1.3 O Que Pode Ser Melhorado?	44
3.1.4 Considerações Finais	44
3.2 KOTAGEDE - YOGYAKARTA, INDONÉSIA	44
3.2.1 O Processo de Reconstrução	46
3.2.2 Lições aprendidas	47
3.2.3 O Que Pode Ser Melhorado?	48
3.2.4 Considerações Finais	48
3.3 BEIRUTE - LÍBANO	49
3.3.1 O Processo de Reconstrução	50
3.3.2 Lições aprendidas	51
3.3.3 O Que Pode Ser Melhorado?	52

3.3.4 Considerações Finais	53
4 DESENVOLVIMENTO	54
4.1 ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM PORTO ALEGRE: ANÁLISE DE ESTUDOS CORRELATOS	54
4.1.1 Análise Comparativa dos Estudos de Caso	55
4.1.1.1 São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Brasil	55
4.1.1.2 Yogyakarta (Kotagede), Indonésia	56
4.1.1.3 Beirute, Líbano	56
4.1.1.4 Potencial de Adaptação para Porto Alegre	57
4.1.1.5 Conclusão	58
4.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A DECOLONIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO	58
4.3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	59
4.3.1 Decreto-Lei nº 25/1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	60
4.3.2 Constituição Federal de 1988: Proteção ao Patrimônio Cultural	60
4.3.3 Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001): Instrumentos Urbanísticos para a Preservação	61
4.3.4 Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010)	61
4.3.5 Conclusão	61
4.4 COMUNICAÇÃO POPULAR	62
4.5 ANÁLISE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS EDIFÍCIOS EM ESTUDO	65
4.5.1 Memorial do Rio Grande do Sul	66
4.5.2 Museu de Arte do Rio Grande do Sul	68
4.5.3 Casa de Cultura Mario Quintana	69
4.5.4 Usina do Gasômetro	70
4.6 VISITAS TÉCNICAS	71
4.6.1 Primeira visita: outubro de 2024	72
4.6.2 Segunda visita: abril de 2025	74
4.7 A CARTILHA COMO PRODUTO FINAL DA PESQUISA	77
5 RESULTADOS	79
6 CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

A emergência climática é uma realidade crescente que impacta profundamente o mundo, trazendo consigo o aumento da frequência e intensidade de desastres ambientais, como enchentes, tempestades e incêndios (IPCC, 2021). Esses fenômenos afetam diversas regiões de maneira desigual, sendo mais intensos nas áreas mais vulneráveis, principalmente em regiões do Sul Global, onde os impactos são ainda mais devastadores devido à falta de infraestrutura e de políticas públicas adequadas para mitigação e adaptação (Aguiar e Loose, 2024).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (2021) destaca a urgência de incorporar estratégias de adaptação em diferentes esferas das políticas públicas, inclusive na preservação do patrimônio material. Com a intensificação dos eventos climáticos extremos, torna-se necessário repensar os modelos tradicionais de preservação, adaptando-os às novas realidades ambientais. Nesse cenário, esta pesquisa resultou em uma cartilha de conscientização, que busca apresentar esses desafios de forma acessível à população e reforçar a importância da preservação dos legados culturais (UNESCO, 2015).

Embora o patrimônio geralmente não seja levado em conta nas estatísticas globais relativas ao risco de desastres, bens culturais e naturais são afetados em escala frequente por eventos cada vez menos “naturais” em sua dinâmica, quando não em sua origem. A perda progressiva desses bens, como resultado de inundações, deslizamentos de terra, incêndios, terremotos, conflitos sociais e outros riscos tornou-se uma grande preocupação, em parte devido ao papel importante que o patrimônio tem para a coesão social e o desenvolvimento sustentável, especialmente em momentos de estresse (UNESCO, 2015, p. 6).

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, foi escolhida como estudo de caso desta pesquisa devido ao seu Centro Histórico, que preserva uma rica herança cultural e arquitetônica, com edificações datadas entre 1770 e 1910 (IPHAN, 2014). Essas construções, que guardam a história da cidade, enfrentaram desafios crescentes devido à proximidade com o Lago Guaíba. A escolha do Centro Histórico (Figura 1) de Porto Alegre como estudo de caso se justificou também pelos impactos das enchentes de abril de 2024, que causaram danos significativos às edificações, evidenciando a vulnerabilidade do patrimônio e intensificando as incertezas sobre sua preservação (Seganfredo, 2024).

Figura 1: O Centro Histórico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



Fonte: Autora, 2025 com base em Google Earth, 2024.

Porto Alegre viveu um momento de grande fragilidade com a intensificação dos eventos climáticos extremos. Essa situação não apenas colocou em risco os bens arquitetônicos, mas também ameaçou a preservação das histórias que essas construções carregam. Diante disso, torna-se fundamental que a conservação do patrimônio histórico se prepare para o aumento das ocorrências de desastres ambientais no futuro. A arquitetura, nesse contexto, tem um papel essencial, não só na proteção desses bens, mas também na adaptação das construções para garantir sua preservação frente aos novos desafios climáticos (ICOMOS, 2003). Esse cenário coloca a cidade como um exemplo sensível da realidade enfrentada em muitas outras localidades, onde a preservação do patrimônio histórico está ameaçada por uma crise climática crescente. O patrimônio arquitetônico e cultural da cidade exige medidas de proteção e políticas públicas que priorizem a prevenção, a adaptação e a proteção desses edifícios e seus acervos diante do atual cenário climático.

Este Trabalho de Conclusão de Curso enquadra-se no eixo de Crítica e História em Arquitetura, dedicou-se à temática do Patrimônio Arquitetônico e teve como finalidade a criação de uma cartilha de conscientização voltada à comunidade em geral sobre a preservação do patrimônio arquitetônico diante da emergência climática. A proposta reúne, de forma acessível, informações que contribuem para ampliar a compreensão

pública sobre o tema e estimular o engajamento social na proteção desses bens, promovendo a valorização da memória coletiva em tempos de crise ambiental. Assim, o trabalho não se limita ao campo acadêmico, mas dialoga diretamente com a população, tornando o conhecimento produzido uma ferramenta prática de sensibilização e comunicação.

1.1 PROBLEMA

As mudanças climáticas e o aquecimento global provocam uma maior frequência de desastres ambientais, colocando em risco tanto a vida de ecossistemas e da população quanto a integridade de patrimônios culturais e arquitetônicos. Nesse contexto, os edifícios históricos, que representam a memória e identidade de um povo, sofrem de maneira desproporcional, principalmente diante da falta de políticas públicas adequadas e programas eficazes de proteção e adaptação (IGSD, 2024).

A crise climática e a escassez de políticas e investimentos na prevenção, mitigação e adaptação a desastres ambientais têm gerado um impacto dramático no Brasil, onde eventos como incêndios, estiagens e enchentes vêm destruindo parte significativa do patrimônio arquitetônico. Exemplos trágicos ocorreram com os incêndios do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (2015), e do Museu Nacional, no Rio de Janeiro (2018), que evidenciaram que a falta de recursos e planejamento para a proteção do patrimônio somada à ausência de vontade política constitui o principal problema (Carneiro, 2018).

No Rio Grande do Sul, as enchentes de 2024 causaram impactos devastadores. Segundo a Defesa Civil, foram afetados 478 municípios e uma população de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas. Até agosto de 2024, a tragédia resultou em 183 mortes confirmadas, 27 desaparecidos e 806 feridos (Rio Grande do Sul, 2024). Em Porto Alegre, o transbordamento do Lago Guaíba atingiu severamente o Centro Histórico (Figura 2), incluindo edificações culturais de grande relevância, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) (Figuras 3 e 4) e a Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) (Figuras 5 e 6). A enchente de 1941 já havia demonstrado a vulnerabilidade da cidade, com um nível recorde de 4,76 metros, mas a de 2024 ultrapassou essa marca em 46 cm (Machado, 2024), evidenciando ainda mais a insuficiência das estratégias atuais de proteção desses patrimônios.

Figura 2: Área afetada por alagamento no Centro Histórico de Porto Alegre após as enchentes de maio de 2024.



Fonte: Porto Alegre, 2024. Modificado pela autora, 2025

Figura 3: Museu de arte do Rio Grande do Sul antes das enchentes de 2024.



Fonte: MARGS, 2024.

Figura 4: Museu de arte do Rio Grande do Sul durante as enchentes de 2024.



Fonte: MARGS, 2024.

Figura 5: Casa de cultura Mario Quintana após as enchentes de 2024.



Fonte: CCMQ, 2024.

Figura 6: Casa de cultura Mario Quintana durante as enchentes de 2024.



Fonte: Lersch em O Globo, 2024.

Os danos causados ao patrimônio arquitetônico foram amplos. De acordo com Mello (2024), ao menos 50 museus foram afetados, 19 instituições foram inundadas e outras nove tiveram problemas com transbordamento de calhas ou formação de goteiras. No Centro Histórico de Porto Alegre, a área que abriga parte vital do patrimônio cultural da cidade foi particularmente atingida. Esse patrimônio abrange um conjunto de edificações e espaços que representam a identidade e a história local, incluindo exemplares da arquitetura colonial, prédios tombados pelo IPHAN e outros órgãos de preservação, além de museus e centros culturais (Porto Alegre, 2024). Além das perdas materiais, a memória coletiva e o significado simbólico desses espaços foram gravemente comprometidos, evidenciando a fragilidade do patrimônio diante de desastres ambientais. Como ressaltaram Duarte e Rosa (2024), discutir os efeitos das catástrofes nos espaços culturais é também refletir sobre o direito à memória, à cultura e à cidade.

A Política de Patrimônio Cultural Material, criada em 2018, representa a tentativa de estabelecer normas para a proteção do patrimônio cultural material brasileiro. Conforme a normativa, ela serve de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização,

monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2018).

Em 2024, a reorganização do Instituto, financiada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, buscou priorizar áreas negligenciadas. Ainda assim, a verba destinada à preservação do patrimônio material continua insuficiente diante da crescente demanda, além de ser marcada pela falta de transparência quanto ao detalhamento orçamentário. Comparativamente, o foco nos investimentos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com R\$ 22 milhões aplicados (Brasil, 2024), ressalta a desproporção de atenção dada às diferentes categorias de patrimônio, já que dados sobre o investimento em preservação do patrimônio material não foram encontrados.

Esses eventos catastróficos evidenciam a urgência de pensar em formas mais eficazes de preservação, capazes de proteger o patrimônio arquitetônico de futuras tragédias. A falta de investimentos adequados na preservação do patrimônio cultural material agrava ainda mais as perdas culturais e compromete a memória coletiva, especialmente em países como o Brasil. Isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a conservação de edifícios históricos em áreas vulneráveis a desastres ambientais, onde a escassez de recursos e a negligência política histórica têm conduzido a danos irreparáveis. Nesse cenário, torna-se igualmente essencial comunicar o problema à sociedade. A conscientização pública sobre os riscos que a crise climática impõe ao patrimônio é parte fundamental da preservação, permitindo valorizar a memória coletiva e estimular o engajamento social. Foi com esse propósito que esta pesquisa resultou na elaboração de uma cartilha voltada à população em geral, reunindo informações de forma acessível para aproximar a comunidade da discussão e fortalecer a proteção do patrimônio.

1.2 JUSTIFICATIVA

A preservação do patrimônio cultural e arquitetônico é essencial para a manutenção da identidade de uma cidade e a valorização de sua história e dos seus povos. Segundo a Constituição Federal, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, cap. III, art. 216). No entanto, muitos edifícios

históricos, especialmente aqueles localizados em áreas vulneráveis a desastres ambientais, enfrentam sérios riscos de degradação e perdas irreparáveis.

As enchentes de 2024, que afetaram fortemente o estado do Rio Grande do Sul, evidenciaram a fragilidade dessas construções, tornando a perda dos acervos e a deterioração dos edifícios uma questão urgente e palpável. Este estudo surgiu como uma tentativa de resposta a essa realidade, tendo o Centro Histórico da cidade de Porto Alegre como estudo de caso. O objetivo foi investigar os desafios impostos pela emergência climática à preservação patrimonial e apresentar, como produto final, uma cartilha de conscientização.

A cartilha buscou traduzir os conteúdos acadêmicos e técnicos em linguagem clara, acessível e visual, incentivando a participação da população na preservação do patrimônio arquitetônico diante da crise climática. A proposta foi ampliar o engajamento social, despertar o senso de responsabilidade coletiva e reforçar o valor da memória urbana como bem comum a ser protegido. Ao dialogar diretamente com a sociedade, o trabalho pretendeu contribuir para a construção de uma cultura de preservação mais sensível, inclusiva e conectada com os desafios do nosso tempo.

1.3 OBJETIVOS

Diante o momento de crise e os impactos que ele impôs ao patrimônio arquitetônico, este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo principal analisar os riscos enfrentados pelos edifícios históricos do Centro Histórico de Porto Alegre e, a partir dessa reflexão, propor formas de comunicar esses problemas à população. Para isso, o trabalho resultou na elaboração de uma cartilha de conscientização, que apresentou em linguagem acessível a importância da preservação do patrimônio diante da crise climática, buscando ampliar a compreensão pública, valorizar a memória coletiva e incentivar o engajamento social na proteção desses bens..

1.3.1 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste Trabalho de Conclusão de Curso orientaram o percurso metodológico da pesquisa e fundamentaram a elaboração da cartilha. Eles partiram da revisão teórica e da análise de casos semelhantes, avançaram para a seleção

dos edifícios do Centro Histórico de Porto Alegre afetados pelas enchentes de 2024 e culminaram na produção de um material acessível à população, capaz de comunicar os riscos da crise climática ao patrimônio arquitetônico e reforçar a importância de sua preservação.

a) Reunir e analisar referências teóricas sobre crise climática, desastres ambientais, legislação pertinente e conservação do patrimônio material e arquitetônico no Brasil;

b) Estudar casos correlatos de preservação e recuperação do patrimônio em situações similares, identificando boas práticas e estratégias eficazes para lidar com os impactos de desastres ambientais;

c) Realizar levantamento e seleção dos edifícios do Centro Histórico de Porto Alegre afetados pelas enchentes de 2024, de modo a compreender como eles representam a história da cidade e permanecem presentes no cotidiano da população;

d) Realizar visitas técnicas em duas datas distintas, registrando fotograficamente os edifícios selecionados, a fim de visualizar seu funcionamento atual e acompanhar como se encontram as obras de restauração em andamento;

e) Investigar a comunicação popular para compreender sua importância e possibilidades de aplicação na conscientização da sociedade sobre os riscos que a emergência climática impõe ao patrimônio;

f) Desenvolver uma cartilha de conscientização em linguagem acessível, destinada à população em geral, com o objetivo de comunicar os riscos que a emergência climática impõe ao patrimônio arquitetônico e reforçar a importância de sua preservação.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia deste TCC teórico apoiou-se numa abordagem qualitativa em Crítica e História, alinhada ao Eixo de Instrumentação Crítica, com foco em patrimônio arquitetônico e emergência climática, a partir do estudo de caso selecionado: o Centro Histórico de Porto Alegre.

Foram realizadas revisões bibliográficas que incluíram temas como a emergência climática, com foco nas suas implicações para a vulnerabilidade das cidades e dos edifícios históricos, considerando as mudanças climáticas e seus efeitos. Aguiar e Loose (2024) discutem a perspectiva marginalizada do Sul Global, enquanto Barcellos (2024) aborda os desafios de adaptação nas metrópoles dessas regiões. Além disso, UNEP

(2024) apresenta diretrizes sobre a emergência climática, reforçando a importância de estratégias preventivas.

Em seguida, foi abordado o patrimônio arquitetônico, discutindo as metodologias e práticas de preservação de edifícios históricos, especialmente em contextos de risco. Borelli et al. (1999) apresentam princípios para a conservação do patrimônio, enquanto Castríota (2004) explora os diálogos entre a história da arquitetura e a preservação. Amaral (2015) propõe uma abordagem decolonial para a preservação patrimonial.

A análise documental e técnica envolverá a coleta de dados a partir de textos, mapas, desenhos, imagens de satélite e registros fotográficos, abrangendo o período anterior, durante e após as enchentes de 2024. As visitas realizadas em duas datas distintas ao Centro Histórico de Porto Alegre também forneceram registros fotográficos e observações sobre o funcionamento dos edifícios e o andamento de obras de restauração. Dasartes (2024) e Duarte e Rosa (2024) discutem os impactos das enchentes em Porto Alegre, enquanto Allucci e Schicchi (2019) exploram estratégias de reabilitação pós-desastre.

Além disso, a pesquisa incluiu uma dimensão voltada à comunicação popular, entendida como prática social de resistência, participação e construção coletiva. Autores como Bona, Conteçote e Costa (2007), Peruzzo (2008, 2022, 2024) e Fonseca (2018) oferecem as bases teóricas que sustentam essa abordagem, ressaltando a importância do diálogo, da horizontalidade e da participação comunitária na democratização da informação. Essa perspectiva fundamentou a elaboração da cartilha de conscientização, que reuniu os conteúdos da pesquisa em linguagem acessível, visando ampliar a compreensão pública sobre os riscos da emergência climática e reforçar a preservação do patrimônio arquitetônico.

Entre as principais fontes e autores, incluíram-se ainda UNESCO (1972, 2015), ICOMOS (1964, 1994, 2003), UNEP (2024), IPHAN (2014, 2018) e ICCROM (Borelli et al., 1999), cujas publicações oferecem subsídios teóricos e práticos sobre a preservação do patrimônio em contextos de risco e desastres naturais.

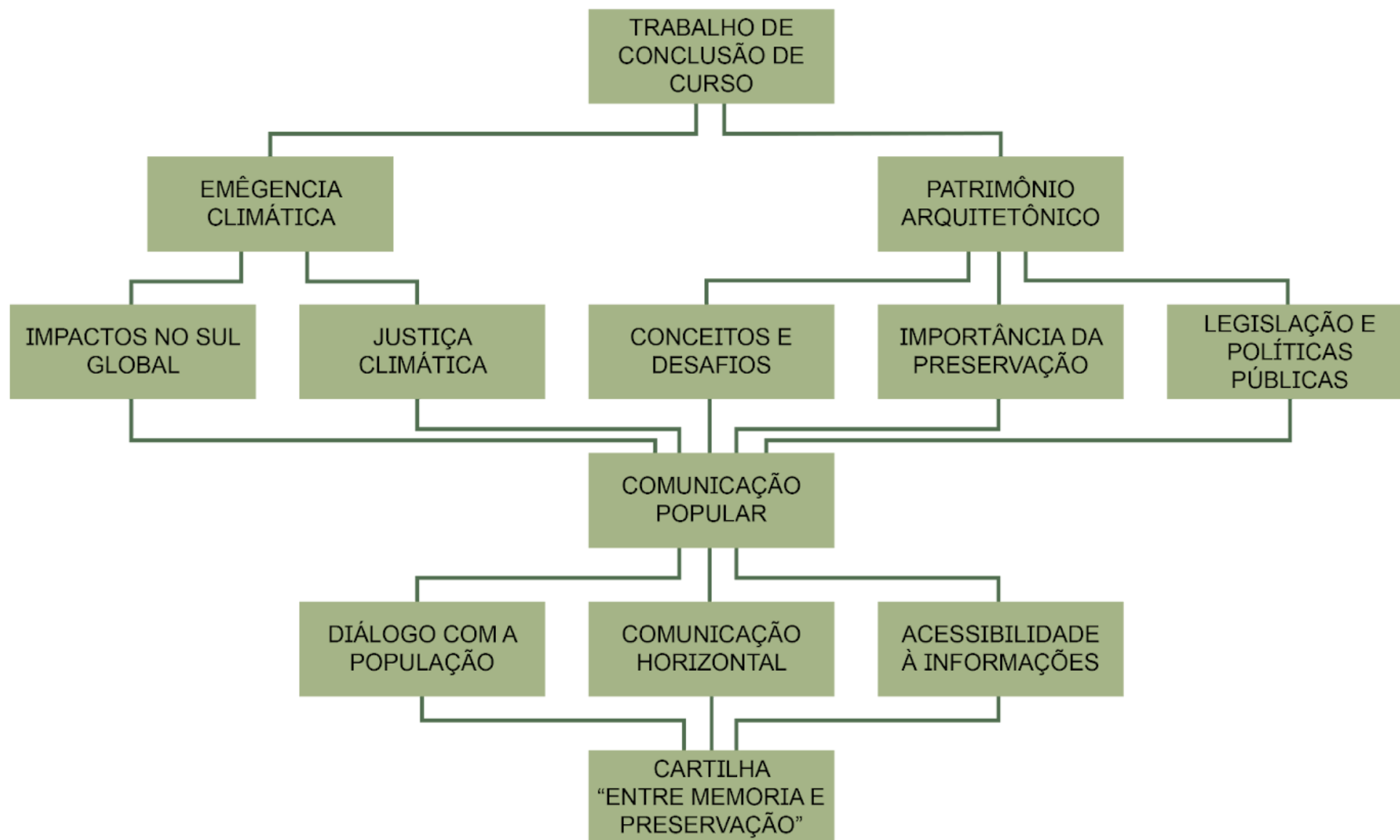
Figura 7: Tabela de objetivos e metodologias.

Objetivo	Metodologias propostas
a) Reunir e analisar referências teóricas sobre crise climática, desastres ambientais, e conservação do patrimônio material e	Revisão de literatura em artigos acadêmicos, livros e legislações. Análise de conceitos relacionados à crise climática, desastres

Objetivo	Metodologias propostas
arquitetônico no Brasil.	ambientais e conservação do patrimônio material e arquitetônico no Brasil.
b) Estudar casos correlatos de preservação e recuperação do patrimônio em situações similares, identificando boas práticas e estratégias eficazes para lidar com os impactos de desastres ambientais.	Análise comparativa de casos sobre preservação e recuperação patrimonial após desastres, focando nas práticas adotadas e sua eficácia.
c) Realizar levantamento e seleção dos edifícios do Centro Histórico de Porto Alegre afetados pelas enchentes de 2024, de modo a compreender como eles representam a história da cidade e permanecem presentes no cotidiano da população.	Levantamento através de fotos de satélite do antes, durante e depois do período das enchentes para identificar e selecionar os edifícios afetados e em risco. Análise qualitativa e compreensão de seus valores históricos e sua presença no cotidiano da população.
d) Realizar visitas técnicas em duas datas distintas, registrando fotograficamente os edifícios selecionados, a fim de visualizar seu funcionamento atual e acompanhar como se encontram as obras de restauração em andamento;	Realização de visitas aos edifícios selecionados no Centro Histórico de Porto Alegre. Observação direta do impacto das enchentes. Produção de registros fotográficos autorais para documentar estado de conservação, funcionamento e obras de restauração em curso
e) Investigar a comunicação popular para compreender sua importância e possibilidades de aplicação na conscientização da sociedade sobre os riscos que a emergência climática impõe ao patrimônio;	Revisão bibliográfica sobre comunicação popular. Investigação do conceito para compreender sua importância e possibilidades de aplicação na conscientização da população sobre a preservação do patrimônio diante da emergência climática
f) Desenvolver uma cartilha de conscientização em linguagem acessível, destinada à população em geral, com o objetivo de comunicar os riscos que a emergência climática impõe ao patrimônio arquitetônico e reforçar a importância de sua preservação.	Sistematização dos conteúdos obtidos na pesquisa teórica e empírica. Redação em linguagem acessível e organização em capítulos temáticos. Elaboração e diagramação da cartilha como material de divulgação

Fonte: Autora, 2025.

1.4.1 ESQUEMA VISUAL DO TRABALHO



2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho estabeleceu a base conceitual e analítica para compreender os desafios da preservação do patrimônio arquitetônico em contextos vulneráveis à emergência climática. Diante da crescente ameaça das mudanças climáticas e do agravamento de eventos extremos, foi essencial refletir sobre os impactos dessa crise nos territórios urbanos e na proteção de seus bens culturais materiais. Assim, este capítulo discutiu as implicações da emergência climática para regiões do Sul Global e sua relação com a preservação do patrimônio arquitetônico, os desafios e políticas para sua proteção, além da necessária revisão crítica das abordagens patrimoniais.

Inicialmente, foram analisadas as dinâmicas da emergência climática, com ênfase nos impactos e vulnerabilidades que afetam desproporcionalmente os países do Sul Global. Aguiar e Loose (2024) destacam como a cobertura jornalística brasileira frequentemente marginaliza a perspectiva do Sul Global na crise climática, reforçando a importância de políticas públicas que considerem essas desigualdades. Barcellos (2024) aborda os desafios de adaptação nas metrópoles do Sul Global, ressaltando a urgência de estratégias específicas para essas regiões. A desigualdade climática e a responsabilidade histórica das nações industrializadas também foram discutidas por Strazzante, Rycken e Winkler (2022), que analisam como as mudanças climáticas evidenciam as desigualdades globais. Além disso, o papel dos organismos internacionais na promoção da justiça climática foi explorado pela UNEP (2024), que apresenta diretrizes para enfrentar a emergência climática de forma mais equitativa.

Em seguida, o estudo abordou a importância do patrimônio arquitetônico como testemunho da história e da identidade das sociedades. Borelli et al. (1999) argumentam que a conservação do patrimônio arquitetônico é essencial para a continuidade da memória coletiva, enquanto Castríota (2004) explora os diálogos entre a história da arquitetura e a preservação do patrimônio. Os desafios contemporâneos para a conservação diante das mudanças climáticas também foram analisados por Erder (1986), que discute a necessidade de uma abordagem mais preventiva e adaptativa para a proteção dos bens culturais.

Essas contribuições teóricas demonstraram que a preservação do patrimônio arquitetônico em contextos de risco exige uma compreensão ampla, que articula aspectos históricos, culturais, políticos e ambientais. Esse embasamento serviu como base para a

elaboração da cartilha, cujo propósito foi traduzir o debate acadêmico sobre emergência climática e patrimônio em uma linguagem clara e acessível, aproximando a população da discussão e reforçando a importância da valorização da memória coletiva diante da crise climática.

2.1 EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: DESAFIOS GLOBAIS E IMPACTOS NO SUL GLOBAL

Este tópico explorou os desafios impostos pela emergência climática, com um foco específico nas realidades do Sul Global. Foram discutidos os impactos globais das mudanças climáticas e as vulnerabilidades particulares das regiões mais afetadas, além da desigualdade climática e da responsabilidade histórica dos países em relação às mudanças ambientais. A seção também abordou as respostas e estratégias locais para mitigar os efeitos e o papel dos organismos internacionais na promoção da justiça climática.

Trata-se de uma condição crítica resultante do aquecimento global acelerado, impulsionado principalmente pela emissão de gases de efeito estufa provenientes de atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e práticas agrícolas insustentáveis. Esse fenômeno intensifica eventos climáticos extremos, como secas, furacões e inundações, trazendo impactos severos para o meio ambiente, a economia e a vida humana (Boehm e Schumer, 2023).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), "a ciência é clara. O mundo está em estado de crise climática e precisamos mudar para a engrenagem de emergência" (UNEP, 2024). Essa crise é reconhecida oficialmente em diversas instâncias internacionais, e países ao redor do mundo têm sido pressionados a adotar políticas mais rígidas para reduzir suas emissões de carbono e mitigar os impactos das mudanças climáticas (ONU Brasil, 2022).

Outro aspecto relevante é sua relação direta com as desigualdades socioeconômicas. Países do Sul Global, como aqueles da América Latina, África e algumas partes da Ásia, são os mais afetados, apesar de historicamente terem sido os que menos contribuíram para o aumento das emissões de carbono (Kammila, 2024). Isso reforça a necessidade de políticas de justiça climática, que garantam financiamento e apoio técnico para que regiões vulneráveis enfrentem os impactos climáticos (Freire, 2024).

2.1.1 Impactos Globais e Dados Relevantes

Os impactos da emergência climática são vastos e já afetaram diferentes aspectos da vida no planeta. A seguir, foram detalhadas algumas das principais consequências com base nos estudos mais recentes:

2.1.1.1 Aumento das Temperaturas Globais

Desde a Revolução Industrial, a temperatura média global já aumentou entre 1,1 °C e 1,2 °C e, se nenhuma medida drástica for tomada, a tendência é que ultrapasse 1,5 °C nas próximas décadas (Boehm e Schumer, 2023). Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), se os níveis de emissões de gases de efeito estufa continuarem no ritmo atual, o planeta pode atingir um aumento de 2,7 °C até o final do século (ONU Brasil, 2022).

2.1.1.2 Eventos Climáticos Extremos

No atual cenário climático há uma intensificação da frequência e da severidade de desastres naturais. Em 2023, o mundo registrou recordes de temperaturas extremas, com ondas de calor assolando a Europa, América do Norte e Ásia, resultando em milhares de mortes e colapsos nos sistemas de saúde (Barcellos, 2024). No Brasil, o país enfrentou a pior estiagem da história na Amazônia, afetando comunidades indígenas e populações ribeirinhas (CNM, 2024).

Dados recentes mostram que:

- a) Metade da superfície terrestre já sofre com secas extremas (CNM, 2024);
- b) O número de desastres naturais quadruplicou desde a década de 1970 (PNUMA, 2024);
- c) Enchentes e furacões já deslocaram mais de 20 milhões de pessoas por ano (ONU Brasil, 2022).

2.1.1.3 Impactos na Saúde

As mudanças climáticas representam uma grave ameaça à saúde pública. Ondas de calor intensas aumentam os riscos de desidratação e doenças cardiovasculares, enquanto inundações e desastres naturais ampliam a disseminação de doenças infecciosas, como dengue, malária e cólera (Freire, 2024).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA-CE), o aumento das temperaturas já impacta diretamente a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, que sofrem com a escassez de água potável e a insegurança alimentar (Freire, 2024).

Outro fator preocupante é a poluição atmosférica. As emissões de dióxido de carbono (CO₂) e material particulado agravam problemas respiratórios, como asma e bronquite, especialmente em crianças e idosos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 7 milhões de pessoas morrem por ano devido à poluição do ar (PNUMA, 2024).

2.1.1.4 Segurança Alimentar e Hídrica

As mudanças climáticas afetam diretamente a produção de alimentos e a disponibilidade de água. Eventos extremos, como secas prolongadas e tempestades violentas, destroem colheitas e reduzem a produtividade agrícola, colocando milhões de pessoas em risco de fome (Kumar, 2025).

2.1.2 Desigualdade Climática e Responsabilidade Histórica

A dinâmica Norte-Sul no campo das mudanças climáticas revela um desequilíbrio profundo, em que os países desenvolvidos, responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa desde a Revolução Industrial, impõem um ônus desproporcional às nações do Sul Global (Strazzante, Rycken e Winkler, 2021). Barcellos aponta que as nações desenvolvidas foram responsáveis por mais de 92% das emissões históricas de CO₂, enquanto os países em desenvolvimento, que historicamente contribuíram pouco para essa crise, enfrentam os impactos mais severos, como aumento da frequência e intensidade de desastres naturais (Barcellos, 2024).

A relação entre emissões e vulnerabilidade não é apenas uma coincidência geográfica, mas sim uma consequência de um sistema econômico e político que

historicamente marginalizou as nações do Sul Global (Santos; Conde, 2024). Como destaca Kumar (2024), países desenvolvidos não apenas contribuíram mais para a crise climática, como também continuam a explorar recursos naturais de regiões em desenvolvimento, agravando os impactos ambientais e dificultando a adoção de estratégias sustentáveis. Além disso, o acesso a financiamento para mitigação e adaptação climática é frequentemente limitado por barreiras burocráticas e políticas impostas pelas grandes economias (Kammila, 2024).

Outro fator que reforça essa desigualdade é a chamada dívida climática, conceito que defende que os países historicamente mais poluentes devem assumir a responsabilidade de financiar medidas para reduzir os danos ambientais nas nações mais vulneráveis (Strazzante, Rycken e Winkler, 2021). Segundo Strazzante, Rycken e Winkler (2021), os países do Norte Global comprometeram-se a destinar US\$ 100 bilhões anuais para auxiliar nações em desenvolvimento na adaptação climática, mas esses recursos frequentemente não são repassados na totalidade ou chegam em forma de empréstimos, aumentando o endividamento de países já fragilizados.

Além dos impactos ambientais diretos, a desigualdade climática também se reflete na forma como a crise é retratada e debatida globalmente. Como argumentado por Aguiar e Loose (2024), a mídia internacional frequentemente privilegia uma narrativa eurocêntrica, ignorando ou minimizando as experiências e soluções que emergem do Sul Global. Essa marginalização impede que políticas públicas eficazes sejam adotadas em escala global e perpetua a dependência dos países em desenvolvimento em relação às grandes economias (Santos e Conde, 2024).

A desigualdade climática e a responsabilidade histórica são, portanto, centrais no debate sobre justiça climática. Reconhecer essa assimetria e garantir que os países historicamente menos responsáveis pela crise tenham acesso a recursos e influência nas decisões globais é um passo fundamental para a construção de um futuro climático mais justo e sustentável (UNEP, 2024).

2.1.3 Impactos e Vulnerabilidades Específicas

Os países do Sul Global enfrentam desafios únicos em relação à crise climática, pois possuem, em grande parte, infraestruturas precárias, menor capacidade econômica e sistemas de governança fragilizados, o que torna a adaptação e a mitigação dos impactos

climáticos mais difíceis. Kumar (2024) aponta que, nos últimos 20 anos, 70% dos desastres climáticos mais severos ocorreram em países do Sul Global, resultando na perda de milhares de vidas e bilhões de dólares em prejuízos econômicos. Além disso, a crescente frequência e intensidade desses eventos aprofunda a vulnerabilidade das populações já marginalizadas, comprometendo o desenvolvimento sustentável da região (Barcellos, 2024).

Os efeitos das mudanças climáticas são particularmente devastadores para comunidades que dependem diretamente dos ecossistemas locais para sua sobrevivência, como populações indígenas, agricultores familiares e pescadores (Freire, 2024). Kammila (2024) destaca que a degradação ambiental causada pela crise climática compromete a segurança alimentar e hídrica, agravando desigualdades já existentes. Com o aumento das temperaturas e a intensificação de eventos extremos, muitos territórios tornam-se inabitáveis, forçando deslocamentos em massa e criando novas ondas de refugiados climáticos que enfrentam obstáculos legais e sociais para reconstruírem suas vidas (Ribeiro, 2021).

Outrossim, a vulnerabilidade dos países do Sul Global se agrava pela falta de infraestrutura adequada para lidar com eventos climáticos extremos (Barcellos, 2024). Grandes metrópoles localizadas em regiões tropicais, como Dhaka, Lagos e Manila, são altamente suscetíveis a enchentes, deslizamentos de terra e ondas de calor intensas (Kumar, 2025). No entanto, a ausência de planejamento urbano resiliente e a precarização dos serviços públicos dificultam a implementação de estratégias eficazes de adaptação. Segundo Barcellos (2024), mais de 60% da população urbana do Sul Global vive em áreas de risco, muitas vezes sem acesso a saneamento básico e infraestrutura resistente a desastres.

Além das ameaças diretas, os impactos climáticos no Sul Global também têm repercussões econômicas e sociais significativas (IGSD, 2024). A destruição de lavouras, a perda de infraestrutura essencial e o aumento dos custos de recuperação pós-desastres sobrecarregam governos que já possuem orçamentos limitados (CRIA G20, 2024). De acordo com Strazzante, Rycken e Winkler (2021), muitos países recorrem a empréstimos internacionais para financiar a reconstrução, o que aprofunda sua dependência econômica e restringe investimentos em setores como saúde e educação. Esse ciclo de vulnerabilidade perpetua a desigualdade global e reforça a necessidade de um

compromisso internacional mais efetivo para garantir suporte às nações mais afetadas pela crise climática (UNEP, 2024).

2.1.4 Respostas e Estratégias Locais

Apesar das adversidades impostas pela crise climática, muitas nações do Sul Global estão na vanguarda da adaptação climática, implementando soluções inovadoras e sustentáveis para mitigar seus impactos (Kammila, 2024). Diferentemente da narrativa predominante, que frequentemente retrata esses países como meros receptores de ajuda internacional, inúmeras comunidades locais desenvolvem estratégias eficazes baseadas em conhecimentos tradicionais e práticas tecnológicas acessíveis (Aguiar e Loose, 2024). Segundo Kammila (2024), países do Sul Global têm sido pioneiros em soluções de adaptação lideradas localmente, incluindo técnicas de reflorestamento comunitário, manejo sustentável de recursos hídricos e práticas agroecológicas que aumentam a resiliência das lavouras frente a secas e enchentes.

A agroecologia mostra-se uma ferramenta fundamental na luta contra os impactos climáticos, especialmente em regiões onde a agricultura de subsistência constitui a base da economia local (Kumar, 2025). Em países como o Brasil e a Índia, pequenos produtores adotam práticas regenerativas que promovem a biodiversidade e aumentam a resistência das plantações às variações climáticas extremas (Freire, 2024). Kumar (2024) afirma que iniciativas comunitárias de segurança alimentar, como bancos de sementes e sistemas de irrigação de baixo custo, são essenciais para garantir a sobrevivência de milhares de agricultores diante das incertezas climáticas.

Além do setor agrícola, soluções de infraestrutura resiliente têm sido implementadas em várias cidades do Sul Global (Aguiar e Loose, 2024). Em Bangladesh, por exemplo, foram desenvolvidos sistemas habitacionais flutuantes para lidar com as enchentes cada vez mais intensas (Barcellos, 2024). No Quênia, o uso de materiais de construção sustentáveis e técnicas de resfriamento passivo reduz a vulnerabilidade de comunidades urbanas ao calor extremo. Essas inovações, muitas vezes invisibilizadas pela mídia internacional, demonstram a capacidade de adaptação e resiliência dessas populações, conforme Aguiar e Loose (2024).

Cabe destacar que um aspecto crucial das respostas locais à crise climática é a mobilização social e a participação de comunidades afetadas no desenvolvimento de

políticas públicas ambientais (Santos e Conde, 2024). Movimentos populares desempenham papel fundamental na luta pela justiça climática e na exigência de maior responsabilidade dos governos e corporações (Strazzante, Rycken e Winkler, 2021). De acordo com Santos e Conde (2024), organizações comunitárias pressionam por mudanças estruturais, promovendo legislações mais rígidas contra o desmatamento e incentivando o uso de fontes renováveis de energia. A governança climática inclusiva, que leva em consideração o conhecimento e as necessidades das populações mais vulneráveis, configura um caminho essencial para garantir que as soluções implementadas sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo (UNEP, 2024).

2.1.5 Justiça Climática e o Papel dos Organismos Internacionais

A crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas também um problema de justiça social e econômica (Strazzante, Rycken e Winkler, 2024). Os países historicamente responsáveis pelas maiores emissões de gases de efeito estufa possuem mais recursos para se adaptar às mudanças climáticas, enquanto as nações que menos contribuíram para o problema enfrentam os impactos mais severos sem o mesmo suporte financeiro e tecnológico (Kumar, 2025). Essa desigualdade estrutural exige que os países desenvolvidos assumam a responsabilidade histórica e forneçam apoio financeiro e técnico às nações do Sul Global, garantindo que tenham condições adequadas para enfrentar os desafios climáticos (Strazzante, Rycken e Winkler, 2024).

O financiamento climático é um tema central nas discussões internacionais. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), os países desenvolvidos reiteraram o compromisso de destinar US\$ 100 bilhões anuais para ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento (UNEP, 2024). No entanto, como aponta Kammila (2024), esses recursos frequentemente não são repassados de maneira eficaz, seja devido a barreiras burocráticas ou à priorização de projetos que não refletem as necessidades locais das comunidades mais vulneráveis.

Além do financiamento, os organismos internacionais desempenham papel crucial na formulação e implementação de políticas climáticas (ONU Brasil, 2022). Entidades como a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) promovem iniciativas voltadas à transição energética e ao fortalecimento da resiliência climática no Sul Global (IGSD, 2024). Contudo, esses organismos também enfrentam críticas por sua

abordagem muitas vezes centralizada e desalinhada das realidades locais. Santos e Conde (2024) destacam a necessidade de uma governança climática mais inclusiva, que leve em consideração as vozes das comunidades afetadas e valorize soluções desenvolvidas localmente.

A justiça climática não se trata apenas de garantir financiamento, mas também de promover um modelo de governança que descentralize o poder e fortaleça a autonomia das nações do Sul Global (Freire, 2024). Isso inclui a criação de mecanismos que assegurem maior participação de países em desenvolvimento nas decisões climáticas globais, além da reformulação de regras internacionais que atualmente favorecem nações mais ricas (Kammila, 2024). A cobertura midiática da crise climática frequentemente reforça uma narrativa eurocêntrica, obscurecendo as reivindicações e iniciativas dos países que mais sofrem com os impactos ambientais (Aguilar e Loose, 2024).

A crise climática evidencia desigualdades estruturais e a necessidade urgente de ações coletivas pautadas na justiça climática (Kumar, 2025). Para que soluções eficazes sejam implementadas, é fundamental reconhecer o protagonismo das nações do Sul Global, garantir que suas vozes sejam ouvidas e promover políticas internacionais que assegurem equidade no enfrentamento dos desafios climáticos (UNEP, 2024). Isso só será possível com um compromisso real dos países desenvolvidos em reverter os danos causados e permitir que os mais vulneráveis tenham acesso a meios justos e adequados de adaptação e mitigação (Strazzante, Rycken e Winkler, 2024).

2.2 PATRIMÔNIO MATERIAL: CONCEITOS

Neste tópico, foi apresentada uma reflexão sobre os conceitos de patrimônio material, no qual o patrimônio arquitetônico se enquadra, destacando sua importância cultural e os desafios enfrentados para a sua preservação. Foram discutidos os diversos valores atribuídos ao patrimônio material e os obstáculos que surgem no processo de preservação, além da apresentação dos principais agentes responsáveis pela conservação do patrimônio, tanto em nível nacional quanto internacional.

O conceito de patrimônio material refere-se aos bens tangíveis que possuem valor histórico, cultural, artístico ou arquitetônico para determinada sociedade. Esses bens são reconhecidos pela sua importância na preservação da memória coletiva e podem incluir edificações históricas, monumentos, centros urbanos preservados, ruínas arqueológicas,

obras de arte, documentos históricos, entre outros. A materialidade desses bens os torna testemunhos físicos da história, permitindo o contato direto com o passado e reforçando a identidade cultural das sociedades. No Brasil, o IPHAN define patrimônio material como "imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos." (IPHAN, 2014).

A UNESCO define patrimônio material como "monumentos, conjuntos e sítios que possuem valor universal excepcional do ponto de vista histórico, artístico ou científico" (UNESCO, 2024). Esse conceito foi formalmente estabelecido pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), um marco na legislação internacional sobre preservação. Essa convenção estabelece diretrizes para identificação, proteção e conservação do patrimônio mundial, incentivando os países signatários a adotarem medidas de proteção eficazes.

O ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), principal organismo consultivo da UNESCO para questões patrimoniais, desempenha um papel fundamental na definição e regulamentação do patrimônio material (ICOMOS, 1964). Criado em 1965, o ICOMOS tem como objetivo promover a conservação dos monumentos e sítios históricos, garantindo a integridade e autenticidade dos bens culturais. Em sua Carta de Veneza de 1964, o ICOMOS estabeleceu diretrizes para a conservação e restauração de monumentos, enfatizando a importância de preservar as características originais dos bens culturais e evitar intervenções que possam comprometer sua autenticidade (ICOMOS, 1964).

O Documento de Nara sobre Autenticidade de 1994 ampliou essa discussão ao considerar as especificidades culturais na avaliação da autenticidade dos bens patrimoniais. Esse documento reconhece que diferentes contextos culturais possuem critérios diversos para valorar e preservar o patrimônio, destacando que não há um único padrão global de autenticidade, mas sim uma diversidade de perspectivas que devem ser respeitadas (ICOMOS, 1994).

A preservação do patrimônio material é essencial para manter a identidade cultural das sociedades, promovendo o reconhecimento da história e garantindo a transmissão desse legado às futuras gerações (UNESCO, 1972). Esse compromisso está refletido em marcos regulatórios fundamentais, como a Convenção do Patrimônio Mundial (1972), que

estabelece critérios para a proteção de bens culturais e naturais de valor universal excepcional (UNESCO, 1972). Além disso, as cartas patrimoniais do ICOMOS, como a Carta de Veneza, que define princípios para a conservação e restauração do patrimônio arquitetônico (ICOMOS, 1964), e o Documento de Nara sobre Autenticidade, que reconhece a diversidade cultural nos processos de preservação (ICOMOS, 1994), também desempenham um papel crucial na proteção do patrimônio material.

O compromisso internacional com essa preservação é reafirmado por tratados e convenções que estabelecem princípios e diretrizes para a gestão do patrimônio cultural. Além da Convenção do Patrimônio Mundial, documentos como a Carta de Burra (1979) e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001) ampliam o escopo da proteção patrimonial, abordando novas categorias de bens culturais e definindo estratégias para sua salvaguarda (ICOMOS, 1979). No Brasil, além do IPHAN, outras instituições, como as secretarias estaduais e municipais de cultura, também desempenham um papel essencial na implementação de políticas de preservação do patrimônio material, garantindo que esse legado permaneça acessível para as futuras gerações (IPHAN, 2014).

2.2.1 O Valor Cultural e a Importância da Preservação do Patrimônio Material

O patrimônio material possui um valor cultural inestimável, pois representa a identidade, a história e as tradições de diferentes sociedades ao longo do tempo. Os bens materiais, como monumentos, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos e documentos históricos, constituem testemunhos concretos da trajetória humana, permitindo que diferentes gerações compreendam sua herança cultural. A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972) estabelece que a preservação desses bens é essencial para garantir a continuidade da memória coletiva e da diversidade cultural (UNESCO, 2024).

A valorização do patrimônio material está diretamente relacionada ao reconhecimento de sua relevância para a sociedade. A Carta de Veneza enfatiza a necessidade de preservar a autenticidade e a integridade desses bens, evitando intervenções que possam comprometer seu significado histórico e artístico (ICOMOS, 1964). De forma semelhante, o Documento de Nara sobre Autenticidade amplia essa compreensão, ressaltando que a percepção do valor patrimonial pode variar conforme o contexto cultural em que está inserido (ICOMOS, 1994).

A preservação do patrimônio material é um desafio que envolve fatores históricos, ambientais, sociais e econômicos. O crescimento urbano desordenado, os desastres ambientais e a falta de políticas públicas eficazes colocam muitos bens culturais em risco (Borrelli, 1999). A Convenção do Patrimônio Mundial (1972) destaca que a degradação desses elementos compromete não apenas a história local, mas também o patrimônio global da humanidade (UNESCO, 2024).

No Brasil, o IPHAN é responsável por formular e implementar estratégias de conservação. Suas diretrizes baseiam-se em princípios internacionais, adaptando-se às especificidades do contexto brasileiro (IPHAN, 2014). A proteção do patrimônio não se limita à restauração de edificações históricas, mas também envolve a gestão sustentável dos sítios culturais e a conscientização da população sobre a importância de sua preservação (IPHAN, 2024). O IPHAN também destaca a relevância da participação comunitária, incentivando ações educativas e políticas públicas voltadas à valorização do patrimônio cultural (IPHAN, 2024).

Além disso, organismos internacionais como o ICOMOS desempenham papel fundamental na formulação de recomendações e diretrizes técnicas para a conservação do patrimônio. A Carta de Burra (1979) enfatiza a necessidade de envolver a comunidade no processo de preservação, garantindo que o patrimônio continue desempenhando um papel ativo na vida contemporânea (ICOMOS, 1979). Essa abordagem busca equilibrar a conservação dos bens culturais com o desenvolvimento sustentável, assegurando que gerações futuras possam usufruir e aprender com esses elementos históricos (UNESCO, 1972). O ICOMOS também desenvolve pesquisas e cooperações internacionais para a formulação de novas estratégias de proteção do patrimônio material (ICOMOS, 2024).

A preservação do patrimônio material não é apenas uma questão de conservação arquitetônica, mas um compromisso com a valorização da identidade cultural e da memória coletiva. O reconhecimento e a proteção desses bens garantem que a diversidade cultural da humanidade seja respeitada e transmitida ao longo do tempo, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes e da participação ativa da sociedade na salvaguarda de sua história (UNESCO, 2024).

2.2.2 Desafios na Preservação do Patrimônio Material

A preservação do patrimônio material enfrenta desafios complexos que envolvem fatores ambientais, urbanos, econômicos, sociais e políticos (Barcellos, 2024). A degradação de bens culturais pode resultar tanto da ação do tempo quanto de intervenções humanas inadequadas, exigindo abordagens integradas e estratégias eficazes para garantir sua proteção e permanência ao longo das gerações (UNESCO, 2024). Essas dificuldades são amplamente discutidas por organismos internacionais, como a UNESCO e o ICOMOS, bem como por instituições nacionais, como o IPHAN no Brasil.

a) Ameaças Ambientais e Mudanças Climáticas

Os desastres ambientais representam uma das maiores ameaças ao patrimônio material. Enchentes, terremotos, incêndios e mudanças climáticas impactam severamente edificações históricas e sítios arqueológicos, acelerando sua degradação (Barcellos, 2024). A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972) destaca a necessidade de estratégias de mitigação e resiliência para proteger bens culturais vulneráveis a esses fenômenos (UNESCO, 2024). O aquecimento global intensifica eventos extremos, tornando essencial a implementação de diretrizes específicas para conservação preventiva em áreas de risco (Schueler, 2024).

b) Urbanização e Crescimento Desordenado

O avanço das cidades e a especulação imobiliária resultam na destruição de edificações históricas para dar lugar a novos empreendimentos. Muitas vezes, a preservação do patrimônio entra em conflito com interesses econômicos, levando à descaracterização de espaços históricos. O ICOMOS enfatiza a importância de integrar a preservação ao planejamento urbano, garantindo que o desenvolvimento das cidades respeite a identidade cultural e os valores históricos dos bens tombados (ICOMOS, 2024).

c) Falta de Recursos e Financiamento

A conservação do patrimônio requer investimentos contínuos para manutenção, restauro e monitoramento (Carneiro, 2028). Entretanto, muitos países enfrentam

dificuldades financeiras para destinar recursos adequados a essas ações. A ausência de incentivos fiscais e de políticas públicas eficazes contribui para o abandono de bens culturais. No Brasil, o IPHAN desenvolve projetos de captação de recursos e parcerias público-privadas para viabilizar a proteção do patrimônio material (IPHAN, 2024).

d) Desvalorização Cultural e Falta de Conscientização

A preservação do patrimônio não depende apenas de ações governamentais, mas também do envolvimento da sociedade (Chuva, 2020). A falta de conhecimento sobre a importância do patrimônio leva à negligência e até mesmo à destruição de bens históricos. A Carta de Veneza enfatiza a necessidade de educação patrimonial como ferramenta essencial para engajar as comunidades na valorização de sua herança cultural (ICOMOS, 1964).

e) Intervenções Inadequadas e Falta de Regulamentação

A realização de restaurações sem embasamento técnico pode comprometer a autenticidade e a integridade dos bens culturais (Oksman, 2011). O Documento de Nara sobre Autenticidade ressalta a importância de respeitar as características originais das edificações históricas, considerando os diferentes contextos culturais em que estão inseridas (ICOMOS, 1994). Além disso, a falta de fiscalização e de regulamentação eficaz permite que intervenções inadequadas sejam realizadas, colocando em risco o valor histórico dos bens protegidos.

f) Tráfico e Vandalismo do Patrimônio Cultural

O tráfico de bens culturais e o vandalismo constituem desafios crescentes na preservação do patrimônio material. Ações criminosas, como furtos de peças arqueológicas e destruição de monumentos, comprometem a integridade e a continuidade da memória histórica. Organizações internacionais, como a UNESCO e o ICOMOS, promovem esforços para combater essas práticas por meio de convenções e tratados internacionais (UNESCO, 2024).

2.2.3 Agentes da Preservação do Patrimônio

A preservação, conservação e proteção do patrimônio material envolvem uma série de agentes institucionais e normativos, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Esses agentes são responsáveis por formular diretrizes, estabelecer normativas e promover a conscientização sobre a importância da salvaguarda do patrimônio histórico e cultural.

Em nível internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desempenha um papel central na proteção do patrimônio mundial (UNESCO, 1972). A instituição criou a Convenção do Patrimônio Mundial (1972), um marco fundamental para a identificação, proteção e conservação de bens culturais e naturais de valor universal excepcional (UNESCO, 1972). A UNESCO também é responsável pela gestão da Lista do Patrimônio Mundial, que cataloga os bens culturais e naturais protegidos sob sua jurisdição (UNESCO, 2024). Outra organização de destaque é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que assessora a UNESCO na identificação e proteção do patrimônio mundial (ICOMOS, 2024). Criado em 1965, o ICOMOS estabeleceu padrões técnicos e recomendações sobre a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico (ICOMOS, 2024).

No Brasil, a responsabilidade pela preservação do patrimônio material recai sobre o IPHAN. Criado em 1937, o IPHAN atua na identificação, no tombamento e na fiscalização de bens de interesse histórico, promovendo a elaboração de normativas e diretrizes para a proteção do patrimônio material brasileiro (Brasil, 1937). Além do IPHAN, estados e municípios contam com suas próprias instituições dedicadas à proteção do patrimônio. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) atua na conservação de bens culturais estaduais. Em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Cultura gerencia políticas de proteção de edifícios históricos e acervos culturais (Porto Alegre, 2025).

Um dos órgãos mais importantes no Brasil para a deliberação sobre políticas de preservação é o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, vinculado ao IPHAN (Rezende et al., 2015). Esse conselho é responsável por assessorar e deliberar sobre tombamentos e registros de bens culturais, garantindo que a política de preservação seja conduzida de forma criteriosa e fundamentada (Rezende et al., 2015).

Além das instituições governamentais, a participação ativa da sociedade é

fundamental para a preservação do patrimônio material. Movimentos comunitários, organizações não governamentais e pesquisadores desempenham um papel essencial na defesa e fiscalização do patrimônio, alertando sobre ameaças e promovendo campanhas de conscientização. A Carta de Burra (1979) reforça a importância da participação comunitária na gestão do patrimônio, incentivando a cooperação entre especialistas, governantes e população local (ICOMOS, 1979).

2.3 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Neste tópico, foi abordada a conservação do patrimônio arquitetônico, destacando as principais práticas, desafios e abordagens utilizadas na preservação de edifícios históricos. Foram explorados os aspectos que mostram como a conservação vai além da preservação estética, envolvendo considerações técnicas e ambientais, especialmente no contexto de mudanças climáticas e desastres ambientais.

A conservação do patrimônio arquitetônico é essencial para garantir a manutenção da identidade cultural, histórica e urbanística das cidades (UNESCO, 1972). A preservação dessas edificações envolve múltiplas abordagens, desde diretrizes internacionais até práticas locais de conservação preventiva, restaurando e protegendo construções que contam a história da sociedade. De acordo com Castriota (2004), a história da arquitetura e a preservação do patrimônio estão diretamente conectadas, sendo fundamental compreender os aspectos arquitetônicos e estruturais das edificações históricas para garantir sua conservação adequada.

O debate sobre a conservação do patrimônio arquitetônico tem se ampliado nos últimos anos, abrangendo discussões sobre os desafios contemporâneos da preservação (Amaral, 2015). Vilela et al. (2021) destacam a importância da valorização do patrimônio como um processo dinâmico, que precisa se adaptar às novas demandas sociais, ambientais e urbanísticas. Esse aspecto é essencial, pois a proteção do patrimônio não pode ser vista como uma ação isolada, mas sim como um esforço contínuo que envolve diferentes agentes e políticas públicas. No contexto dos museus brasileiros, a arquitetura desempenha um papel central na conservação preventiva, influenciando diretamente a proteção dos acervos e a estabilidade estrutural dos edifícios históricos (Ribeiro, 2011).

As diretrizes internacionais são fundamentais para estabelecer padrões eficazes de conservação. As cartas do ICOMOS consolidam conceitos contemporâneos sobre a

proteção do patrimônio arquitetônico, fornecendo princípios essenciais para a restauração e análise estrutural de edifícios históricos (Froner, 2013). Além disso, a Carta do ICOMOS sobre Princípios para Análise, Conservação e Restauração Estrutural do Patrimônio Arquitetônico (2003) reforça a necessidade de diagnósticos aprofundados antes de qualquer intervenção, garantindo que os métodos aplicados respeitem a autenticidade das construções. A restauração e conservação devem ser conduzidas com critérios técnicos rigorosos, evitando intervenções que descaracterizem a edificação (Erder, 1986).

A UNESCO também enfatiza a importância da conservação arquitetônica, abordando técnicas específicas de restauração e manutenção, com ênfase na análise estrutural (Erder, 1986). Borrelli (1999), por sua vez, promove diretrizes voltadas à proteção do patrimônio cultural, utilizando abordagens científicas e tecnológicas para garantir a integridade das edificações históricas. Essas iniciativas demonstram a relevância de uma atuação coordenada entre diferentes organizações para estabelecer estratégias eficazes de conservação. Além disso, as políticas de preservação precisam ser integradas a planos urbanos mais amplos, garantindo que a proteção do patrimônio não seja isolada do contexto da cidade e das necessidades de seus habitantes.

No Brasil, a salvaguarda do patrimônio arquitetônico passa pela atuação de órgãos e instituições responsáveis pela preservação das edificações históricas. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo destaca o papel essencial dos arquitetos na formulação de políticas de proteção do patrimônio edificado, ressaltando a necessidade de estratégias que conciliem preservação e desenvolvimento urbano (CAU/BR, 2023). Além disso, pesquisas acadêmicas aprofundam a compreensão sobre os desafios enfrentados na conservação arquitetônica, como demonstrado no estudo de Oksman (2011), que analisa abordagens metodológicas aplicadas à proteção do patrimônio histórico no Brasil. O estudo reforça que a ausência de políticas públicas consistentes e a falta de investimentos adequados são barreiras recorrentes para a conservação do patrimônio no país (Oksman, 2011).

A proteção do patrimônio em contextos de vulnerabilidade também é assegurada por instrumentos internacionais. A Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotada em 1954, foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 32, de 1956, e consolidada no ordenamento jurídico nacional (Brasil, 1956). Esse tratado representa o primeiro esforço internacional voltado exclusivamente à salvaguarda do patrimônio cultural durante conflitos armados,

estabelecendo que monumentos, obras de arte e locais históricos não devem ser utilizados para fins militares e precisam ser resguardados contra ataques e saques (UNESCO, 2010). Posteriormente, o Brasil promulgou o Segundo Protocolo da Convenção de Haia, em 2006, que reforçou os mecanismos de implementação e criou instrumentos mais rígidos de responsabilização para violações cometidas contra o patrimônio cultural (Brasil, 2006).

Um dos instrumentos mais importantes associados à Convenção é o Escudo Azul, emblema internacional de proteção que identifica edifícios, monumentos e acervos culturais sob salvaguarda especial. O Escudo Azul funciona de modo semelhante à cruz vermelha na área humanitária, servindo como um sinal visível de que determinado bem cultural está protegido pelas normas internacionais e não deve ser alvo de ataques (UNESCO, 2010). Além disso, sua utilização contribui para dar maior visibilidade ao patrimônio em risco e fortalece a responsabilização de Estados e agentes em casos de descumprimento das disposições legais (UNESCO, 2025).

Outro aspecto relevante é o papel das comunidades locais na proteção dos edifícios históricos. A valorização do patrimônio arquitetônico não depende apenas de diretrizes institucionais, mas também do envolvimento da sociedade na defesa desses bens culturais (Pinheiro e Sousa, 2024). A falta de conscientização e educação patrimonial pode levar ao abandono e à deterioração dessas construções, destacando a necessidade de iniciativas que incentivem a participação popular e promovam o reconhecimento do valor desses espaços (Castriota, 2004). Além disso, a ideia de preservação do patrimônio tem sido cada vez mais debatida sob uma perspectiva decolonial, buscando compreender como os discursos tradicionais sobre conservação muitas vezes negligenciam narrativas de comunidades marginalizadas (Vilela et al., 2021).

3 ESTUDOS CORRELATOS

A preservação do patrimônio histórico em áreas sujeitas a desastres requer estratégias eficazes que garantam não apenas a integridade dos bens culturais, mas também sua adaptação às novas realidades climáticas e urbanas. As mudanças ambientais e a falta de políticas preventivas intensificam os riscos para edificações históricas, tornando fundamental o estudo de práticas que conciliem conservação e mitigação de danos.

Diante dos desafios já abordados neste trabalho, tornou-se necessário analisar casos que evidenciassem soluções para a proteção do patrimônio em situações de crise. A perda de edificações históricas não afeta apenas o aspecto físico dos territórios, mas compromete sua identidade cultural e social. Assim, compreender como diferentes contextos enfrentaram esses desafios possibilita a construção de diretrizes mais eficazes para preservar o patrimônio em cenários de vulnerabilidade ambiental.

Diante disso, foram selecionados três estudos de caso para comparação com o estudo de Porto Alegre, que apresentaram abordagens distintas sobre o tema. Cada um deles ilustrou diferentes formas de enfrentamento de desastres e estratégias de reconstrução e preservação do patrimônio, oferecendo reflexões aplicáveis a outras realidades. Essas análises contribuíram para identificar boas práticas e adaptar estratégias conforme as especificidades de cada localidade.

Os critérios de seleção dos estudos correlatos foram definidos com o objetivo de garantir alinhamento ao contexto de Porto Alegre, cidade escolhida como estudo de caso deste trabalho. O primeiro critério foi a preferência por estudos da América Latina e países do Sul Global, visando garantir que as experiências e desafios apresentados nos casos escolhidos fossem pertinentes ao contexto regional e às questões socioeconômicas e culturais de Porto Alegre. O segundo critério envolveu a diversidade de tipos de desastres, buscando contemplar diferentes crises e suas respectivas abordagens de preservação do patrimônio, como enchentes e desastres urbanos de grandes proporções, que exigem uma resposta rápida e eficiente em relação ao patrimônio danificado. O terceiro critério foi o envolvimento comunitário, essencial para compreender como as populações locais podem influenciar e participar ativamente na recuperação e preservação do patrimônio. Por fim, o quarto critério se baseou na ligação com a requalificação urbana, refletindo a importância da integração das estratégias de

preservação do patrimônio histórico com o processo de revitalização das áreas afetadas, promovendo um desenvolvimento sustentável e uma recuperação mais ampla. Esses critérios garantiram uma abordagem holística e contextualizada para o estudo da preservação do patrimônio em cenários de desastres.

3.1 SÃO LUIZ DO PARAITINGA - SÃO PAULO, BRASIL

A escolha desse caso se justificou por sua similaridade com a situação enfrentada por Porto Alegre, que também sofre com enchentes e precisou lidar com a proteção de seu patrimônio histórico em meio a desastres naturais. Além disso, São Luiz do Paraitinga - SP foi considerado um exemplo relevante por ser uma cidade brasileira que enfrentou desafios estruturais, administrativos e culturais na recuperação de seu centro histórico. A forma como a cidade lidou com a reconstrução de seu patrimônio pôde oferecer insights valiosos para outras localidades que passaram por situações semelhantes.

São Luiz do Paraitinga, cidade histórica no interior de São Paulo, sofreu em janeiro de 2010 uma das maiores enchentes de sua história (Figura 8) (São Paulo, 2010). O desastre causou a destruição de diversas construções, incluindo importantes edifícios históricos. A enchente foi resultado de fortes chuvas que elevaram rapidamente o nível do Rio Paraitinga, inundando a cidade e destruindo edificações tombadas pelo patrimônio histórico. Entre os principais danos, destacaram-se o desabamento da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa e do Mercado Municipal, além da deterioração de diversas outras construções de valor arquitetônico (Moradei, 2016).

Figura 8: Imagem aérea de São Luiz do Paraitinga - SP durante a enchente de 2010.



Fonte: UPPH/CONDEPHAAT, 2010. Alluci e Schicci, 2019.

A cidade enfrentou desafios imediatos, como o deslocamento da população, perdas materiais e a ameaça ao patrimônio cultural. A destruição da paisagem histórica representou não apenas um impacto físico, mas também cultural e econômico para a comunidade local, fortemente ligada ao turismo e à preservação de suas tradições (Santos e Silva, 2015). Este estudo de caso analisou o impacto do desastre, o processo de reconstrução e as lições que puderam ser extraídas dessa experiência para futuras ações de preservação e proteção do patrimônio arquitetônico em áreas de risco.

3.1.1 O Processo de Reconstrução

A reconstrução da cidade teve como objetivo principal restaurar sua identidade cultural enquanto incorporava medidas para mitigar danos futuros (Moradei, 2016). Esse processo envolveu diferentes estratégias e atores, desde o poder público até a sociedade civil.

a) Mobilização da comunidade e dos órgãos de preservação: A população participou ativamente das decisões, garantindo que a reconstrução respeitasse não apenas a materialidade dos edifícios, mas também os valores simbólicos e culturais da cidade. Essa mobilização foi fundamental para fortalecer o sentimento de pertencimento e comprometimento com a preservação (Figura 9) (Moradei, 2016);

b) Reconstrução da Igreja Matriz e de outras edificações tombadas: A Igreja

Matriz de São Luiz de Tolosa (Figura 10) foi uma das estruturas mais emblemáticas a serem restauradas. Para garantir a autenticidade da reconstrução, foram utilizados materiais e técnicas construtivas compatíveis com as originais, respeitando diretrizes patrimoniais (São Paulo, 2010; Moradei, 2016);

c) Parcerias entre governo e instituições: O IPHAN, em conjunto com universidades e órgãos estaduais, coordenou os esforços de restauro. Recursos financeiros vieram de programas de incentivo, doações e parcerias público-privadas (Santos e Silva, 2015);

d) Recuperação da infraestrutura urbana: Além da restauração dos prédios históricos, melhorias foram implementadas no sistema de drenagem urbana e no planejamento territorial para reduzir os impactos de futuras enchentes. No entanto, algumas dessas medidas enfrentaram dificuldades de execução devido a entraves burocráticos (Moradei, 2016);

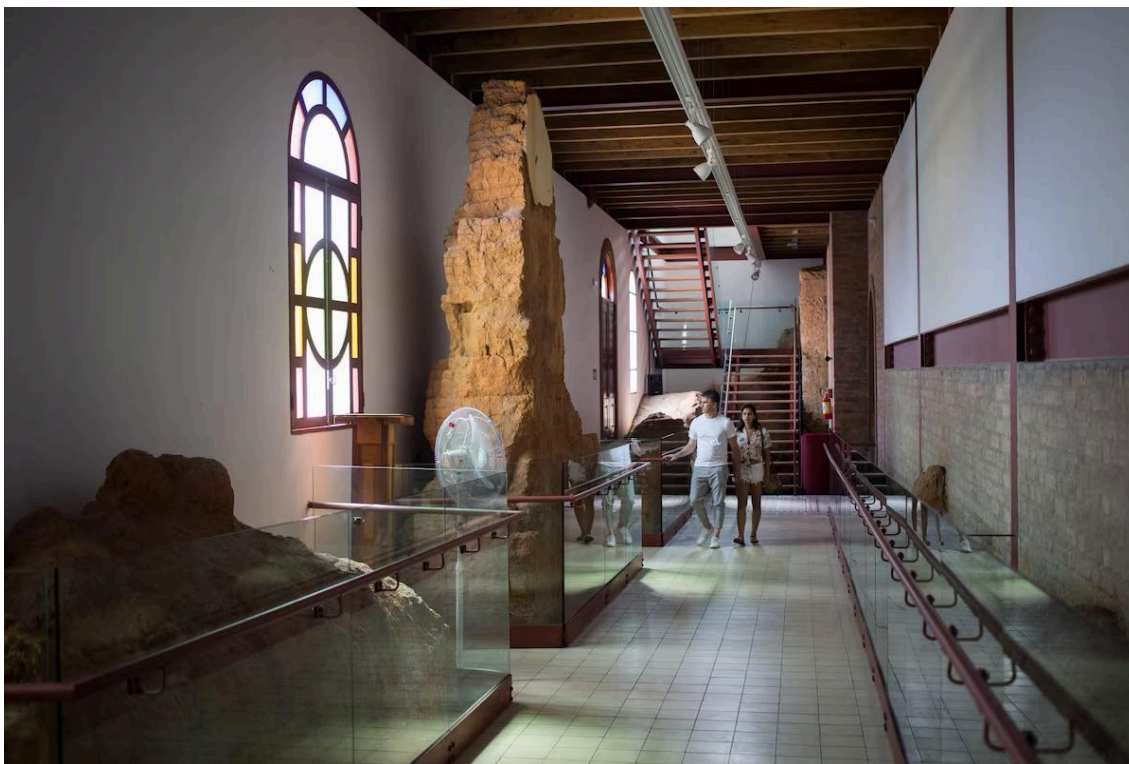
e) Educação e conscientização da população: Foram promovidas campanhas educativas para sensibilizar a comunidade sobre a importância da preservação do patrimônio e da adoção de medidas preventivas contra enchentes. Essa abordagem ajudou a integrar a população no processo de resiliência urbana (Santos e Silva, 2015).

Figura 9: Mobilização da população para limpeza e reconstrução.



Fonte: Cardilli 2010.

Figura 10: Interior da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa com as ruínas preservadas.



Fonte: Queiroz, 2020.

3.1.2 Lições aprendidas

a) **Preservação da identidade cultural:** A reconstrução mostrou que é possível restaurar edifícios mantendo suas características históricas, garantindo a continuidade da memória coletiva. A atenção à autenticidade do patrimônio reflete a valorização da identidade local (Moradei, 2016; Santos e Silva, 2015);

b) **Importância da participação comunitária:** O envolvimento dos moradores foi essencial para garantir que a recuperação atendesse às necessidades locais. A mobilização popular fortaleceu a relação entre patrimônio e identidade coletiva, promovendo um sentimento de pertencimento (Moradei, 2016);

c) **Parcerias estratégicas são fundamentais:** A colaboração entre governo, universidades e setor privado permitiu uma reconstrução mais eficiente e integrada. A atuação de especialistas garantiu que o processo seguisse diretrizes técnicas adequadas à preservação (Santos e Silva, 2015);

d) **Planejamento para desastres futuros:** A tragédia destacou a necessidade de

ações preventivas, como estudos geotécnicos, melhorias na infraestrutura e adaptação às mudanças climáticas. Estratégias de planejamento urbano resiliente podem minimizar os danos de futuros eventos extremos (Moradei, 2016);

e) Educação patrimonial e resiliência comunitária: A valorização da cultura local foi reforçada por ações educativas, garantindo que o aprendizado sobre preservação e mitigação de riscos se tornasse parte da cultura da cidade (Santos e Silva, 2015).

3.1.3 O Que Pode Ser Melhorado?

a) Rapidez nos processos burocráticos: A reconstrução levou anos devido a entraves administrativos e dificuldades no acesso a recursos financeiros. Agilizar a tramitação de projetos pode evitar que o patrimônio fique exposto a novas deteriorações;

b) Integração de novas tecnologias na preservação: Métodos modernos, como modelagem digital e inteligência artificial, podem ser incorporados para auxiliar no planejamento e monitoramento da restauração, garantindo maior precisão e eficiência;

c) Políticas de prevenção mais eficazes: O planejamento urbano e o controle ambiental precisam ser reforçados para reduzir os impactos de futuras enchentes. A implementação de sistemas de alerta precoce e infraestrutura resiliente pode mitigar significativamente os danos.

3.1.4 Considerações Finais

O caso de São Luiz do Paraitinga - SP exemplificou os desafios e as oportunidades na recuperação de patrimônios históricos após desastres naturais. Ele demonstrou que, com planejamento adequado, engajamento comunitário e apoio técnico especializado, foi possível reconstruir e preservar a memória arquitetônica mesmo diante de tragédias climáticas. As lições aprendidas puderam ser aplicadas a outras cidades vulneráveis, incluindo Porto Alegre, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na proteção do patrimônio histórico em cenários de risco ambiental.

3.2 KOTAGEDE - YOGYAKARTA, INDONÉSIA

A escolha desse caso se justificou pela sua relevância no contexto de países do

Sul Global, como Porto Alegre, e pela diversidade do tipo de desastre enfrentado. O terremoto que afetou Kotagede (Figura 11) gerou um impacto significativo na preservação do patrimônio, mas também proporcionou lições valiosas sobre os desafios e as oportunidades enfrentadas durante o processo de reconstrução. Essas características foram especialmente relevantes para cidades como Porto Alegre, que enfrentam desafios semelhantes.

Figura 11: Escombros causados pelo terremoto de 2006 em Kotagede, Indonésia.



Fonte: Habitat For Humanity, 2017.

Kotagede, um distrito histórico de Yogyakarta, Indonésia, era conhecido por sua arquitetura tradicional e importância cultural como centro da antiga capital do Sultanato de Mataram. Antes do desastre, a cidade possuía um conjunto significativo de edificações históricas, incluindo mesquitas, casas de comerciantes e palácios tradicionais construídos em alvenaria de tijolos e madeira esculpida. A preservação do patrimônio na região já contava com algumas iniciativas locais, mas não dispunha de medidas preventivas robustas para lidar com eventos catastróficos (Rahmi, 2017).

Em 2006, um terremoto de magnitude 6,3 atingiu Yogyakarta, resultando na destruição de milhares de edifícios e na morte de mais de 5.700 pessoas. Kotagede foi gravemente afetada, com desabamento de estruturas históricas e comprometimento da integridade de diversos prédios tradicionais. O desastre trouxe desafios não apenas na reconstrução física, mas também na revitalização econômica e social da cidade. O impacto econômico foi significativo, uma vez que o turismo e as atividades comerciais, essenciais para a economia local, sofreram grandes perdas. O governo e organizações

internacionais enfrentaram dificuldades para mobilizar rapidamente os recursos necessários e lidar com a burocracia para iniciar o processo de recuperação (Rindrasih e Witte, 2020).

3.2.1 O Processo de Reconstrução

A recuperação de Kotagede foi conduzida com o objetivo de restaurar sua identidade cultural e fortalecer a resiliência da comunidade. O processo incluiu:

a) **Envolvimento da comunidade:** Os moradores participaram ativamente das decisões de recuperação (Figura 12), contribuíram para a restauração dos edifícios históricos e garantiram que as intervenções respeitassem as tradições locais. No entanto, surgiram desafios, como conflitos entre proprietários e órgãos reguladores sobre o nível de intervenção permitido nas edificações (Rahmi, 2017);

Figura 12: Comunidade colaborando na reconstrução de Kotagede.



Fonte: CHC FT UGM, 2011.

b) **Uso de materiais e técnicas tradicionais:** Para preservar a autenticidade arquitetônica, foram empregadas técnicas construtivas tradicionais aliadas a métodos

modernos para reforçar a resistência estrutural das edificações. Uma das estratégias foi o uso de tijolos reforçados e argamassas compatíveis com as originais (Rindrasih e Witte, 2020);

c) Parcerias institucionais: Organizações governamentais, ONGs e instituições internacionais colaboraram na reconstrução, fornecendo suporte técnico e financeiro. O envolvimento da UNESCO e de universidades locais ajudou a direcionar a recuperação dentro das diretrizes de preservação internacionalmente reconhecidas (Rahmi, 2017);

d) Programas de capacitação e conscientização: Foram promovidas atividades educativas para a população sobre preservação do patrimônio e estratégias de mitigação de desastres. Oficinas de reconstrução e treinamentos em técnicas tradicionais ajudaram a comunidade a se tornar mais autônoma no processo de preservação (Rindrasih & Witte, 2020);

e) Requalificação urbana: Além da restauração de edifícios, houve investimentos na infraestrutura urbana e na revitalização econômica, o que estimulou o turismo e o comércio local. Entretanto, alguns comerciantes relataram dificuldades na adaptação ao novo cenário econômico, indicando que o apoio financeiro e logístico poderia ter sido mais amplo (Rahmi, 2017);

O processo de recuperação durou aproximadamente cinco anos, mas algumas áreas permaneceram vulneráveis por mais tempo devido a dificuldades na obtenção de financiamento e na regulamentação da reconstrução.

3.2.2 Lições aprendidas

Integração da cultura na recuperação pós-crise: A reconstrução de Kotagede demonstrou que a cultura pode ser um fator essencial para fortalecer a identidade local e impulsionar a recuperação social e econômica.

a) Participação da comunidade como elemento-chave: O envolvimento da população garantiu que o processo atendesse às necessidades locais, promovendo um senso de pertencimento e preservação a longo prazo (Rindrasih & Witte, 2020);

b) Equilíbrio entre tradição e inovação: A combinação de técnicas tradicionais com soluções modernas possibilitou a reconstrução segura e sustentável do patrimônio (Rahmi, 2017);

c) Importância das parcerias estratégicas: O suporte de diversas entidades

viabilizou recursos e expertise técnica, facilitando a recuperação eficiente (Rindrasih & Witte, 2020);

d) Educação patrimonial e resiliência comunitária: O aprendizado sobre preservação e mitigação de riscos tornou-se parte integrante da cultura local, preparando a comunidade para futuros desafios (Rahmi, 2017);

3.2.3 O Que Pode Ser Melhorado?

a) Maior agilidade nos processos burocráticos: A reconstrução poderia ter sido mais ágil caso tivesse havido menor demora na liberação de recursos e autorizações;

b) Aprimoramento das estratégias de mitigação de desastres: A implementação de sistemas mais avançados de monitoramento e alerta precoce poderia ter reduzido os impactos de futuros desastres;

c) Sustentabilidade econômica a longo prazo: O fortalecimento de políticas de incentivo ao turismo e comércio local poderia ter garantido a manutenção dos esforços de preservação;

d) Inovação tecnológica na preservação: A incorporação de ferramentas digitais, como modelagem 3D e inteligência artificial para monitoramento estrutural, poderia ter otimizado o processo de restauração.

3.2.4 Considerações Finais

A reconstrução de Kotagede após o terremoto de 2006 demonstrou como uma abordagem integrada e centrada na comunidade pôde fortalecer a resiliência patrimonial e social. O sucesso do processo esteve ligado à valorização do conhecimento tradicional, ao envolvimento da população e ao suporte de organizações internacionais. No entanto, os desafios encontrados, como dificuldades financeiras e burocráticas, mostraram que reconstruções desse tipo exigem planejamento contínuo e políticas de preservação bem estruturadas. Para cidades que enfrentam riscos similares, a experiência de Kotagede sugeriu que estratégias de proteção deveriam ir além do restauro emergencial, incorporando a participação da comunidade na gestão patrimonial e garantindo mecanismos de financiamento sustentáveis para a manutenção a longo prazo.

3.3 BEIRUTE - LÍBANO

O estudo de caso da *Beirut Heritage Initiative* (BHI) foi escolhido por sua relevância para a discussão sobre preservação patrimonial pós-desastres, especialmente em contextos urbanos vulneráveis. A explosão de 2020 em Beirute (Figura 13) gerou uma destruição semelhante à que pode ser observada em catástrofes naturais, causando impactos severos no patrimônio histórico da cidade. Além disso, a resposta ao desastre foi marcada pela atuação da sociedade civil diante da ausência de coordenação governamental, um cenário que pôde oferecer aprendizados importantes para Porto Alegre e outras cidades que enfrentaram desafios semelhantes na recuperação de bens culturais.

Figura 13: Escombros no porto de Beirute após a explosão.



Fonte: Malla, G1 2021.

Beirute, capital do Líbano, possuía um vasto patrimônio histórico e arquitetônico, marcado por influências otomanas, coloniais francesas e modernistas. No entanto, sua preservação vinha sendo desafiada por décadas de instabilidade política, conflitos e falta de políticas públicas efetivas de conservação (UN-HABITAT, 2022). Antes da explosão de 2020, o patrimônio da cidade já enfrentava ameaças devido à urbanização acelerada e ao descaso governamental. Havia algumas iniciativas de preservação, mas elas não

contavam com uma estratégia robusta de proteção contra desastres (Haydar, 2024).

Em 4 de agosto de 2020, a explosão no porto da cidade causou destruição em larga escala, afetando diretamente o centro histórico e danificando inúmeras edificações patrimoniais (BHI, 2020). Além dos danos materiais, o desastre teve impactos sociais e econômicos significativos, deslocou milhares de pessoas, levou ao fechamento de negócios locais e agravou a crise econômica do país. A resposta foi dificultada por instabilidade política, burocracia e escassez de recursos, além da ausência de um plano nacional de resposta para patrimônio em risco. Comparada a outros desastres patrimoniais, como o terremoto de Kathmandu em 2015, a explosão de Beirute se destacou pela falta de coordenação governamental robusta, o que levou a um processo de recuperação majoritariamente conduzido pela sociedade civil (UN-HABITAT, 2022).

3.3.1 O Processo de Reconstrução

A resposta à destruição do patrimônio histórico de Beirute foi marcada pela criação da BHI, uma organização independente formada por profissionais de arquitetura, urbanismo e preservação patrimonial. O processo de reconstrução seguiu diferentes frentes de atuação (BHI, 2020):

a) Mapeamento dos danos: Foram realizados levantamentos para identificar edificações de valor histórico e avaliar os níveis de destruição (Haydar, 2024);

b) Mobilização de recursos: A iniciativa contou com financiamento de organizações internacionais, doações privadas e colaborações governamentais (UN-HABITAT, 2022);

c) Intervenções emergenciais: Foram conduzidas ações de estabilização estrutural para evitar desmoronamentos e minimizar danos adicionais (BHI, 2020);

d) Restauração baseada em técnicas tradicionais: Materiais e métodos históricos foram priorizados para manter a autenticidade arquitetônica dos edifícios (Haydar, 2024);

e) Envolvimento da comunidade: A população local participou do processo de decisão e de atividades de conscientização sobre a importância da preservação patrimonial (UN-HABITAT, 2022);

f) Coordenação com políticas urbanas: O processo buscou integrar a reconstrução patrimonial à revitalização urbana da cidade, promovendo sustentabilidade

econômica e social (Haydar, 2024).

No entanto, a reconstrução enfrentou desafios significativos, incluindo a ausência de um plano de gestão coordenado pelo governo, dificuldades na obtenção de autorizações e a necessidade de equilibrar preservação com requalificação urbana. Além disso, a participação da comunidade, embora essencial, nem sempre foi homogênea, havendo resistência de alguns grupos em relação às intervenções propostas (UN-HABITAT, 2022).

3.3.2 Lições aprendidas

a) Importância da ação rápida e coordenada: A mobilização imediata foi fundamental para evitar a perda definitiva de elementos patrimoniais (BHI, 2020);

b) Envolvimento da sociedade civil: A criação de uma iniciativa independente mostrou como a sociedade pôde liderar processos de reconstrução eficazes (Haydar, 2024);

c) Valoração da identidade histórica: O respeito às características originais dos edifícios reforçou a preservação da identidade cultural local (Figura 14) (UN-HABITAT, 2022);

Figura 14: Medawar 479, conhecido como "A Casa Azul" em reconstrução e com o distintivo de salvaguarda.



Fonte: BHI 2021.

- d) Fomento às parcerias internacionais: O apoio de organizações globais garantiu recursos financeiros e técnicos indispensáveis;
- e) Integração com a revitalização urbana: O processo de restauro foi associado ao desenvolvimento urbano, estimulando a reativação econômica da região (UN-HABITAT, 2022);
- f) Necessidade de planos de contingência: A ausência de políticas prévias de gestão de riscos comprometeu a resposta ao desastre e aumentou as dificuldades na recuperação (UN-HABITAT, 2022).

3.3.3 O Que Pode Ser Melhorado?

- a) Maior suporte governamental: A ausência de uma resposta governamental estruturada dificultou o acesso a recursos e autorizações;
- b) Planos de prevenção e gestão de riscos: Faltaram estratégias de proteção preventiva para evitar que futuras catástrofes impactassem o patrimônio de forma tão severa;

- c) Sustentabilidade financeira da preservação: O financiamento inicial permitiu a reconstrução, mas não garantiu a manutenção e conservação a longo prazo;
- d) Uso de tecnologias na preservação: Estratégias inovadoras, como a digitalização de acervos e o monitoramento estrutural, poderiam ter contribuído para um restauro mais eficaz e seguro;
- e) Melhoria na comunicação e engajamento da população: A ampliação de campanhas educativas e mecanismos de participação poderia ter tornado o processo mais inclusivo e sustentável.

3.3.4 Considerações Finais

O caso de Beirute ilustrou a importância da mobilização da sociedade civil e da cooperação internacional na preservação do patrimônio em cenários de crise. A *Beirut Heritage Initiative* mostrou que a reconstrução pôde ser bem-sucedida mesmo diante da ausência de um suporte governamental robusto, desde que houvesse planejamento, engajamento comunitário e acesso a recursos externos. No entanto, o processo também evidenciou a necessidade de políticas preventivas mais eficazes, que garantissem tanto a proteção patrimonial quanto a capacidade de resposta a desastres. Para cidades como Porto Alegre, a experiência de Beirute reforçou a importância de desenvolver planos de contingência específicos para o patrimônio cultural, investir em monitoramento preventivo e garantir que as ações de recuperação fossem integradas a um planejamento urbano sustentável.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM PORTO ALEGRE: ANÁLISE DE ESTUDOS CORRELATOS

A preservação do patrimônio arquitetônico em áreas sujeitas a desastres ambientais requereu estratégias eficazes que garantissem tanto a proteção dos bens culturais quanto sua adaptação às novas realidades climáticas. Neste tópico, foram analisados três estudos de caso — Brasil, Indonésia e Líbano — destacando as práticas aplicadas em cada contexto e as possíveis conexões com o Centro Histórico de Porto Alegre, especialmente diante dos impactos das enchentes de 2024. O objetivo foi identificar lições aprendidas e práticas que pudessem ser adaptadas à realidade local, fortalecendo a capacidade de preservação do patrimônio histórico frente aos desafios climáticos (IPCC, 2021; UNESCO, 2015).

Figura 15: Tabela dos casos correlatos resumidos

Aspectos	São Luiz do Paraitinga	Kotagede	Beirute
Local	São Paulo, Brasil.	Yogyakarta, Indonésia.	Líbano.
Desastre	Enchente de 2010	Terremoto de 2006	Explosão no porto em 2020
Desafios	Destruição de patrimônio histórico, perda econômica, e a reconstrução da identidade cultural.	Destruição de patrimônios culturais e dificuldades na mobilização de recursos e burocracia.	Destruição do patrimônio, agravamento da crise econômica e falta de apoio governamental.
Processo de Reconstrução	Restauração de edifícios, como a Igreja Matriz, em parceria com o governo e instituições, e melhorias no sistema de drenagem.	Participação da comunidade, uso de técnicas tradicionais de reconstrução combinadas com práticas modernas, e parcerias internacionais.	Mobilização da Beirut Heritage Initiative (BHI), mapeamento dos danos, restauração com técnicas tradicionais e apoio de entidades internacionais.
Lições Aprendidas	A importância do engajamento comunitário, planejamento preventivo para futuros desastres, e a preservação da identidade cultural.	Integração da cultura na recuperação, necessidade de um equilíbrio entre inovação e preservação das tradições, e a importância das parcerias estratégicas.	A mobilização da sociedade civil é essencial para a recuperação, mesmo sem o apoio governamental adequado. A integração da preservação no processo de reconstrução urbana é fundamental.

O Que Pode Ser Melhorado?	Agilidade nos processos burocráticos e maior uso de tecnologias de preservação.	Agilidade nos processos de reconstrução e melhorias nas estratégias de mitigação de desastres.	Melhor coordenação governamental e estratégias de mitigação mais eficazes.
Considerações Finais	A recuperação do patrimônio é possível com planejamento adequado, engajamento da comunidade e apoio técnico.	Kotagede demonstrou a importância de preservar as tradições ao mesmo tempo em que se adota inovações para a reconstrução, além da continuidade das políticas de preservação.	A experiência de Beirute destaca a necessidade de uma resposta rápida e coordenada, com mais apoio para a recuperação patrimonial e inovação no uso de tecnologias.

Fonte: Autora, 2025.

4.1.1 Análise Comparativa dos Estudos de Caso

4.1.1.1 São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Brasil

As práticas aplicadas em São Luiz do Paraitinga - SP destacaram a gestão comunitária, os planos preventivos e a educação patrimonial. A participação ativa dos moradores nas decisões sobre a reconstrução garantiu que as intervenções respeitassem os valores culturais locais. A criação de comitês comunitários facilitou o diálogo com órgãos de preservação e agilizou o processo de reconstrução (Moradei, 2016). Foram implementadas melhorias na infraestrutura de drenagem, a criação de zonas de amortecimento para enchentes e campanhas de conscientização voltadas à prevenção de desastres (Santos e Silva, 2015). Além disso, programas escolares foram adaptados para incluir a importância da preservação do patrimônio, promovendo visitas guiadas a edificações restauradas como forma de integrar a comunidade ao processo (Moradei, 2016).

As conexões com Porto Alegre mostram que a cidade enfrenta desafios similares devido à proximidade com o Lago Guaíba. A criação de zonas de amortecimento pode ajudar a conter enchentes futuras, enquanto comitês comunitários podem fortalecer a gestão do patrimônio histórico. Além disso, campanhas educativas voltadas para a valorização do patrimônio local são fundamentais para integrar a comunidade ao processo de preservação. A experiência de São Luiz do Paraitinga - SP evidenciou que a combinação de medidas preventivas com a participação popular constitui uma estratégia eficaz para Porto Alegre.

4.1.1.2 Yogyakarta (Kotagede), Indonésia

As práticas aplicadas em Kotagede destacaram a cultura como eixo de recuperação, a valorização local e o uso de recursos comunitários. A preservação das tradições locais foi central para a reconstrução, incluindo a restauração de edifícios históricos com materiais e técnicas tradicionais aliadas a métodos modernos para garantir a segurança estrutural (Rahmi, 2017). O governo promoveu incentivos fiscais para proprietários de edifícios históricos que aceitassem restaurá-los conforme as diretrizes de preservação (Rindrasi & Witte, 2020). A mobilização de artesãos locais garantiu tanto a preservação das técnicas tradicionais quanto uma recuperação econômica mais rápida da região (Rahmi, 2017).

As conexões com Porto Alegre mostram que a valorização das tradições locais pode ser fortalecida por meio de incentivos fiscais para proprietários de edifícios históricos, de forma semelhante aos programas de microcrédito aplicados em Yogyakarta. Além disso, a combinação de técnicas tradicionais com soluções modernas pode ser uma alternativa viável para aumentar a resiliência dos edifícios históricos. A mobilização de artesãos locais também pode se tornar uma estratégia eficaz para revitalizar o Centro Histórico, promovendo a preservação das tradições e impulsionando a economia local.

4.1.1.3 Beirute, Líbano

As práticas aplicadas em Beirute destacaram a reconstrução participativa, a preservação da identidade cultural e a reutilização adaptativa. A ausência de uma resposta governamental robusta levou a sociedade civil a coordenar diretamente a recuperação, com destaque para a atuação da Beirut Heritage Initiative (BHI), que utilizou plataformas digitais para mapear danos e coordenar esforços de restauração (Haydar, 2024). A restauração priorizou a manutenção dos elementos arquitetônicos originais, garantindo que as intervenções fossem reversíveis caso novas tecnologias surgissem (UN-HABITAT, 2022). Além disso, vários edifícios foram adaptados para novos usos, como centros culturais e espaços colaborativos, assegurando sua viabilidade econômica e preservação a longo prazo (BHI, 2020).

As conexões com Porto Alegre mostram que a cidade pode se beneficiar da

criação de uma plataforma digital para mapear danos em edifícios históricos após desastres, à semelhança da BHI. A adaptação de edifícios históricos para usos contemporâneos, como centros culturais, cafés e espaços colaborativos, pode não apenas garantir a preservação dos imóveis, mas também impulsionar o turismo e a economia local. A liderança comunitária também é essencial para coordenar esforços de preservação de forma ágil e eficiente.

4.1.1.4 Potencial de Adaptação para Porto Alegre

Com base nas práticas observadas nos estudos de caso, destacaram-se três estratégias com alto potencial de adaptação ao Centro Histórico de Porto Alegre:

a) **Gestão comunitária:** Criação de comitês locais e uso de plataformas digitais para facilitar a participação popular e garantir transparência nas decisões sobre preservação (Moradei, 2016);

b) **Integração cultural:** Concessão de incentivos fiscais a proprietários que restaurarem edifícios conforme diretrizes de preservação, promovendo a valorização da cultura local (Rahmi, 2017);

c) **Reutilização adaptativa:** Elaboração de diretrizes para adaptar edifícios históricos a usos contemporâneos, como centros culturais e espaços colaborativos, assegurando sua preservação financeira e patrimonial (Haydar, 2024).

Essas estratégias, quando aplicadas de forma integrada, podem fortalecer a proteção do patrimônio arquitetônico de Porto Alegre, ampliando a resiliência da cidade diante da emergência climática.

Figura 16: Tabela síntese das práticas aplicadas nos estudos de caso e conexão com Porto Alegre

Estudo de Caso	Práticas Aplicadas	Conexões com Porto Alegre
São Luiz do Paraitinga - SP	Gestão comunitária, Planos preventivos, Educação patrimonial	Adoção de planos preventivos e participação comunitária para proteção do patrimônio.
Yogyakarta	Cultura como eixo, Valorização local, Recursos comunitários	Fortalecer a valorização da cultura local como estratégia de recuperação.
Beirute	Reconstrução participativa, Preservação da identidade cultural, Reutilização adaptativa	Aplicar estratégias de reconstrução participativa e valorização do patrimônio local.

Fonte: Autora, 2025.

4.1.1.5 Conclusão

A análise dos estudos de caso evidenciou que estratégias integradas, combinando gestão comunitária, valorização cultural e políticas adaptativas, foram fundamentais para a preservação do patrimônio arquitetônico diante dos desafios climáticos. No contexto brasileiro, e particularmente em Porto Alegre, essas práticas mostraram-se ainda mais relevantes frente aos impactos das enchentes de 2024, que expuseram a vulnerabilidade do Centro Histórico e de suas edificações simbólicas. Adaptar essas experiências ao cenário local poderia não apenas fortalecer a resiliência dos edifícios, mas também ampliar a participação social na preservação do patrimônio, tornando a comunidade corresponsável por sua proteção. Nesse sentido, a elaboração da cartilha de conscientização constituiu um desdobramento prático desta pesquisa, reunindo em linguagem acessível diretrizes e reflexões inspiradas pelas lições internacionais, mas aplicadas à realidade de Porto Alegre. O material buscou, assim, aproximar a população da discussão sobre patrimônio e emergência climática, promovendo o engajamento social e reforçando a preservação da memória coletiva e da identidade cultural da cidade (IPCC, 2021; UNESCO, 2015).

4.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A DECOLONIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

A decolonização do patrimônio arquitetônico foi o foco deste tópico, que discutiu a necessidade de revisar a forma como o patrimônio cultural era reconhecido, protegido e valorizado sob uma perspectiva decolonial. Foram examinados o impacto da colonização na definição e preservação de monumentos e edifícios históricos, além da reflexão sobre práticas que buscaram transformar as narrativas históricas, dando visibilidade a culturas e identidades marginalizadas.

A noção de patrimônio cultural e arquitetônico foi historicamente estruturada dentro de uma perspectiva eurocêntrica, priorizando marcos e monumentos vinculados às elites coloniais e à narrativa dominante. Tal construção excludente gerou uma marginalização dos saberes e práticas das comunidades indígenas, afrodescendentes e demais grupos

subalternizados. Nesse contexto, emergiu a necessidade de um processo de descolonização do patrimônio, ressignificando a preservação a partir de perspectivas plurais e inclusivas (Chuva, 2020).

A colonialidade do patrimônio se expressou na forma como os critérios de valorização foram estabelecidos, privilegiando materiais e técnicas construtivas europeias em detrimento das práticas locais e tradicionais. Como apontou Noce (2024), a patrimonialização foi utilizada como instrumento de poder, legitimando determinadas identidades culturais em detrimento de outras. Essa visão restrita desconsiderava que o patrimônio não era apenas material, mas também simbólico, relacionado às memórias coletivas e às práticas culturais dos grupos sociais.

Alternativas decoloniais foram discutidas para tornar a preservação mais inclusiva. Medeiros, Souza e Ribeiro (2023) ressaltaram que a democratização dos processos de preservação exigia a valorização dos saberes tradicionais e o protagonismo das comunidades na gestão do patrimônio. Práticas como o reconhecimento de bens culturais imateriais e a participação ativa dos grupos sociais historicamente marginalizados foram essenciais para romper com a lógica colonial da preservação.

Ademais, Pinheiro e Sousa (2024) discutiram o papel dos organismos internacionais na perpetuação dessa colonialidade patrimonial. Instituições como a UNESCO e o ICOMOS ainda operavam sob parâmetros universalistas que frequentemente ignoravam especificidades culturais locais. Dessa forma, foi fundamental que houvesse uma revisão crítica das normativas patrimoniais para permitir uma abordagem que contemplasse diferentes formas de pertencimento e valorização do patrimônio.

O processo de descolonização do patrimônio arquitetônico requereu uma revisão dos mecanismos de tombamento, dos critérios de preservação e do papel das comunidades na gestão patrimonial diante do agravamento do aquecimento global, das mudanças climáticas e das desigualdades socioambientais. Avançar nessa direção significou reconhecer a pluralidade de narrativas e memórias, promovendo uma preservação que respeitasse a diversidade cultural e o direito à história dos diferentes grupos sociais.

4.3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Neste tópico, foram apresentadas as principais legislações e políticas públicas que regeram a preservação do patrimônio histórico no Brasil. Foi discutido o papel de normas como o Decreto-Lei nº 25/1937 e a Constituição Federal de 1988, entre outras, analisando como essas legislações orientaram a proteção do patrimônio cultural e os desafios enfrentados na implementação de políticas de preservação, especialmente no contexto das mudanças climáticas e desastres ambientais.

A proteção do patrimônio histórico no Brasil foi regulamentada por um conjunto de legislações que estabeleceram diretrizes para a preservação de bens culturais materiais. Essas normas abrangeram desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a definição do tombamento até políticas de incentivo fiscal e convenções internacionais ratificadas pelo país.

4.3.1 Decreto-Lei nº 25/1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

O Decreto-Lei nº 25/1937 (Brasil, 1937) estabelece as bases da proteção do patrimônio histórico no Brasil. A norma criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e regulamentou o tombamento, mecanismo pelo qual bens culturais passam a ser protegidos pelo Estado, impedindo sua descaracterização sem autorização dos órgãos competentes. O decreto define que os bens tombados podem ser de natureza pública ou privada, mas sua preservação deve ser garantida independentemente da posse (Brasil, 1937).

4.3.2 Constituição Federal de 1988: Proteção ao Patrimônio Cultural

A Constituição Federal, em seu Artigo 216, amplia a concepção de patrimônio cultural, incluindo bens materiais e imateriais, como edificações, sítios arqueológicos, manifestações culturais e espaços urbanos de valor histórico (Brasil, 1988). A Constituição estabelece que a proteção do patrimônio é dever do Estado e da sociedade, determinando que a União, os estados e os municípios atuem na preservação desses bens. Além disso, o Artigo 225 relaciona a preservação do patrimônio cultural ao direito ao meio ambiente equilibrado, inserindo-o na agenda de sustentabilidade e desenvolvimento urbano (Brasil, 1988).

4.3.3 Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001): Instrumentos Urbanísticos para a Preservação

O Estatuto da Cidade define mecanismos urbanísticos que impactam diretamente a preservação do patrimônio arquitetônico, como:

- a) “Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: [...] VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico” (Brasil, 2001);
- b) Transferência do Direito de Construir, art. 35 : permite que proprietários de bens tombados utilizem ou negociem potencial construtivo em outras áreas (Brasil, 2001).

4.3.4 Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010)

O Plano Nacional de Cultura estabelece objetivos e estratégias para a proteção do patrimônio cultural, articulando políticas de preservação com o planejamento urbano e o desenvolvimento sustentável. A lei busca promover a integração entre órgãos de proteção e incentivar ações voltadas à conservação dos bens culturais materiais (Brasil, 2010).

4.3.5 Conclusão

O conjunto de legislações e políticas públicas brasileiras voltadas à preservação do patrimônio histórico e cultural demonstrou a consolidação de um arcabouço normativo significativo, que desde o Decreto-Lei nº 25/1937 até o Plano Nacional de Cultura de 2010 buscou garantir a proteção e valorização dos bens culturais. Essas normas foram essenciais para institucionalizar o tombamento, ampliar a concepção de patrimônio e integrar instrumentos urbanísticos ao planejamento da preservação. Entretanto, percebeu-se que, apesar da robustez desse marco legal, persistiram lacunas diante dos desafios contemporâneos. A emergência climática e a intensificação de desastres ambientais evidenciaram a insuficiência de legislações elaboradas em contextos históricos distintos, que não previram a necessidade de estratégias preventivas frente aos riscos climáticos. Nesse sentido, a preservação do patrimônio demandou uma revisão crítica e atualizada dessas políticas, de modo a promover a integração entre cultura, meio

ambiente e planejamento urbano. Essa constatação fundamentou a elaboração da cartilha produzida neste trabalho, que buscou traduzir tais reflexões em linguagem acessível, aproximando a população da discussão e fortalecendo a preservação dos bens culturais como parte da memória coletiva.

4.4 COMUNICAÇÃO POPULAR

A comunicação popular é um campo profundamente vinculado aos processos de resistência, mobilização social e construção da cidadania. No Brasil e na América Latina, consolidou-se como uma prática de enfrentamento às estruturas excludentes, com o objetivo de promover a conscientização e a transformação social. Desde os anos 1970, emergiu como uma resposta crítica à hegemonia da grande mídia e vinculou-se diretamente às lutas populares e aos movimentos sociais (Bona, Conteçote e Costa, 2007). Mais do que um modelo alternativo de mídia, tratou-se de um processo coletivo, de base comunitária, orientado por princípios como o diálogo, a horizontalidade e a participação popular (Peruzzo, 2008).

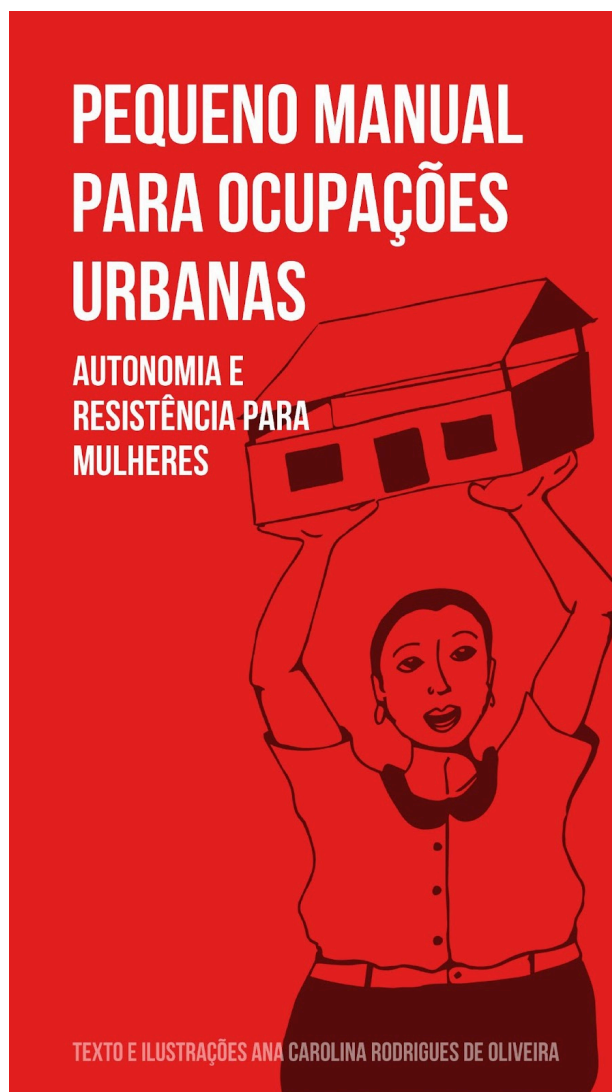
Esse tipo de comunicação representou uma forma alternativa e teve origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo (Peruzzo, 2008). Rompeu com a lógica vertical da comunicação de massa e propôs uma interação que valorizava os saberes locais, a escuta e a coautoria na produção de sentidos (Bona, Conteçote e Costa, 2007).

No campo da educação, Paulo Freire foi uma das principais referências teóricas para a compreensão da comunicação popular como prática emancipadora. Comunicar, para Freire, significava dialogar: criar espaços de encontro entre saberes diversos com base no respeito mútuo, na escuta ativa e na horizontalidade (Fonseca, 2018). O diálogo freireano não se restringiu a uma técnica metodológica, mas correspondeu a uma prática política que reconhecia os sujeitos como protagonistas da sua própria formação e transformação social (Fonseca, 2018).

A cartilha, enquanto ferramenta pedagógica e comunicacional, possui longa trajetória nas lutas populares, sendo amplamente empregada como instrumento formativo e de mobilização política (Peruzzo, 2008). Mais recentemente, esse recurso foi explorado também em produções acadêmicas com foco em engajamento comunitário. Entre os exemplos, destacou-se o podcast *Arquiteturas Latino-Americanas*, produzido em parceria

entre estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e o grupo Maloca, articulando arquitetura, comunicação e território. Outro exemplo importante foi a cartilha Pequeno Manual para Ocupações Urbanas: Autonomia e Resistência para Mulheres (2022) (Figura 17), elaborada por Ana Carolina Rodrigues de Oliveira como trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo, que atuou como instrumento de apoio prático e político para mulheres em situação de vulnerabilidade habitacional, articulando saberes populares com o debate sobre direito à cidade e gênero.

Figura 17: Capa da cartilha Pequeno Manual para Ocupações Urbanas: Autonomia e Resistência para Mulheres



Fonte: Oliveira, 2022.

Esses exemplos demonstraram como a comunicação popular pôde ser mobilizada a partir da universidade, contribuindo para processos de educação emancipadora e

produção de conhecimento situado (Peruzzo, 2024). Inspirado por essa tradição e por essas experiências contemporâneas, o presente trabalho propôs a criação de uma cartilha como instrumento de conscientização diante da emergência climática e da necessidade de preservar o patrimônio arquitetônico.

A proposta dialogou com o legado da comunicação popular ao buscar democratizar o acesso à informação e valorizar os saberes locais na construção de estratégias de preservação. A cartilha configurou-se como um meio de sensibilizar diferentes públicos sobre os riscos enfrentados pelos edifícios históricos em contextos de crise climática e provocar uma reflexão coletiva sobre memória, cuidado e responsabilidade social (Peruzzo, 2024).

Peruzzo (2022) discutiu os desafios e potencialidades da comunicação popular na era digital, destacando que as tecnologias da informação e comunicação ampliaram as possibilidades de difusão de mensagens e fortalecimento de redes comunitárias, mas também impuseram novas barreiras relacionadas à desigualdade de acesso e à concentração midiática. Nesse cenário, ela afirmou que era necessário um contínuo processo de renovação e adaptação das práticas comunicacionais populares, articulando o tradicional e o inovador, sem perder sua vocação transformadora.

Para além das cartilhas, os meios utilizados historicamente pela comunicação popular incluíram rádios comunitárias, murais informativos, jornais de bairro, rodas de conversa, oficinas, programas de rádio transmitidos em alto-falantes móveis, teatro do oprimido e, mais recentemente, blogs e redes sociais geridas por coletivos locais (Peruzzo, 2022). Esses meios compartilharam a valorização da escuta ativa, da participação direta da comunidade e da construção coletiva de sentidos (Bona, Conteçote e Costa, 2007).

A comunicação popular só se mostrou efetiva quando partiu da realidade concreta das pessoas. O processo comunicacional foi pautado pela escuta e pela participação ativa dos sujeitos, e não pela transmissão unilateral de informações. Isso implicou considerar a linguagem, os valores e os modos de expressão das comunidades envolvidas, aspecto fundamental para a elaboração da cartilha proposta neste trabalho (Bona, Conteçote e Costa, 2007).

A cartilha elaborada neste trabalho esteve comprometida com a ampliação da consciência crítica sobre os efeitos das mudanças climáticas no patrimônio arquitetônico, especialmente em áreas vulneráveis. Inspirada nas práticas da comunicação popular,

buscou traduzir o conhecimento técnico em linguagem acessível e engajar diferentes públicos na reflexão sobre a importância da preservação em tempos de emergência climática. Ao articular informação, memória e sensibilidade social, visou contribuir para o fortalecimento de uma cultura de cuidado com o patrimônio e para a construção de uma consciência coletiva voltada à justiça climática e à valorização da memória urbana.

4.5 ANÁLISE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS EDIFÍCIOS EM ESTUDO

A definição dos edifícios analisados neste TCC seguiu critérios que asseguraram a relevância da seleção e a coerência com os objetivos do trabalho, especialmente diante da emergência climática enfrentada por Porto Alegre. Esses critérios foram escolhidos considerando aspectos patrimoniais, de vulnerabilidade e de viabilidade da análise, permitindo uma abordagem consistente no desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro critério adotado foi o (1) tombamento dos edifícios, que indicou seu reconhecimento oficial como patrimônio cultural, garantindo sua proteção por leis específicas. Esse critério assegurou que os edifícios selecionados representassem bens arquitetônicos de valor histórico e simbólico, cuja preservação fosse de interesse público.

Outro critério fundamental foi a (2) localização em área de risco, considerando que a vulnerabilidade dos edifícios frente a desastres ambientais constituiu um fator central neste trabalho. A seleção de construções situadas em áreas de risco, especialmente aquelas impactadas pela enchente de 2024, permitiu uma análise mais aprofundada dos desafios impostos pela emergência climática e das medidas necessárias para minimizar os danos.

Além disso, o (3) uso pela população dos edifícios também foi levado em conta, visto que edificações utilizadas ativamente pela comunidade desempenharam papel importante na dinâmica urbana. Esse critério reforçou a necessidade de estratégias de preservação que considerassem não apenas a estrutura física dos imóveis, mas também sua função e relevância no cotidiano da cidade.

A (4) acessibilidade a informações e documentação sobre os edifícios constituiu outro critério essencial para viabilizar a análise. A disponibilidade de registros históricos, estudos técnicos e documentação possibilitou uma investigação mais detalhada das características arquitetônicas, do histórico de conservação e dos impactos dos desastres

ambientais sobre cada construção.

Com isso, foram selecionados quatro edifícios emblemáticos de Porto Alegre para análise: Memorial do Rio Grande do Sul, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Casa de Cultura Mario Quintana e Usina do Gasômetro (Figura 18). A escolha desses edifícios atendeu plenamente aos critérios estabelecidos, contemplando o tombamento, a localização em áreas de risco, o uso ativo pela população e a acessibilidade a informações e documentação.

Figura 18: Edifícios selecionados sob a mancha de cota da enchente



Fonte: Porto Alegre, 2024. Modificado pela autora, 2025.

- 1 Memorial do Rio Grande do Sul
- 2 Museu de Arte do Rio Grande do Sul
- 3 Casa de Cultura Mario Quintana
- 4 Usina do Gasômetro

4.5.1 Memorial do Rio Grande do Sul

O Memorial do Rio Grande do Sul (Figura 19), localizado na Praça da Alfândega,

no Centro Histórico de Porto Alegre, ocupa o antigo prédio dos Correios e Telégrafos, construído entre 1910 e 1913. O projeto arquitetônico foi elaborado por Teodor Wiederspahn e a engenharia coube a Rodolfo Ahrons. Originalmente destinado aos serviços de correios e telégrafo, o edifício funciona atualmente como espaço cultural, abrigando museus e exposições permanentes e temporárias. Trata-se de um exemplar marcante da arquitetura eclética com influências barrocas, no qual se destacam esculturas que remetem à política positivista da época e representam temas relacionados aos imigrantes (IPHAN, 2014).

Tombado pelo IPHAN em 1980, o Memorial reuniu instituições importantes, como o Museu Postal, o Arquivo Histórico do RS e o Museu Antropológico, desempenhando papel central na preservação da memória cultural do estado (Rio Grande do Sul, 2025). Para Pinto (2013), o edifício refletiu a influência das administrações políticas na gestão de espaços culturais, evidenciando a precarização das políticas de memória como um obstáculo à preservação do patrimônio.

Sua localização no Centro Histórico de Porto Alegre o tornou especialmente vulnerável a enchentes, como demonstraram os eventos de 2024, o que reforçou a necessidade de políticas públicas voltadas à proteção preventiva de edifícios históricos contra desastres ambientais (Rio Grande do Sul, 2025). Nesse sentido, medidas como a impermeabilização das fundações, a instalação de sistemas de drenagem eficientes e a elaboração de planos emergenciais foram apontadas como estratégias fundamentais para mitigar riscos futuros (IPHAN, 2014).

Figura 19: Memorial do Rio Grande do Sul



Fonte: Autora, 2025.

4.5.2 Museu de Arte do Rio Grande do Sul

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) (Figura 20) está localizado na Praça da Alfândega, no Centro Histórico de Porto Alegre. Criado em 1954, ocupou o antigo prédio da Delegacia Fiscal, construído em 1913, com projeto arquitetônico de Theo Wiederspahn e execução do engenheiro Rodolfo Ahrons (MARGS, 2015). O edifício, um exemplar expressivo da arquitetura eclética, foi tombado pelo IPHAN em 1981 (IPHAN, 2014).

O acervo do museu reúne mais de 5.000 obras, entre pinturas, esculturas, gravuras e fotografias, com destaque para a produção de artistas gaúchos, além de um acervo documental composto por mais de 8 mil publicações bibliográficas (MARGS, 2015). Atualmente, o espaço é dedicado a exposições, pesquisas e ações educativas, consolidando-se como uma das principais instituições culturais do estado.

No entanto, sua localização no Centro Histórico de Porto Alegre o tornou especialmente vulnerável a enchentes, como as registradas em 2024, o que reforçou a necessidade de medidas preventivas, como a impermeabilização das fundações, a implementação de sistemas de drenagem eficientes e a elaboração de planos

emergenciais para mitigar riscos futuros (IPHAN, 2014).

Figura 20: Museu do Rio Grande do Sul



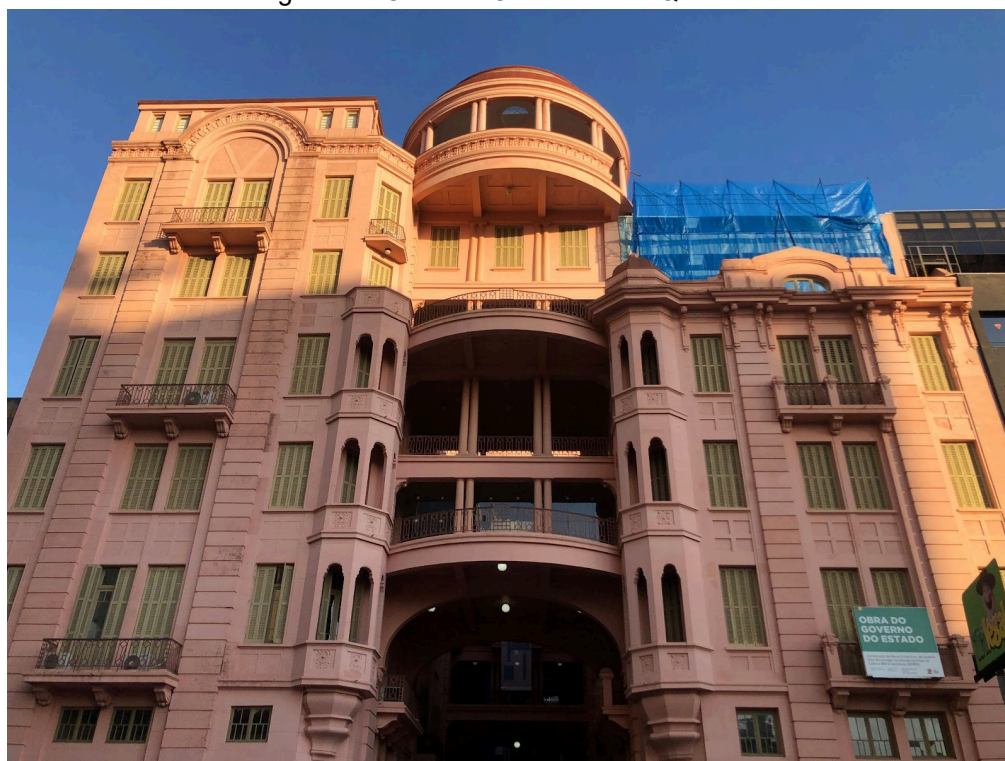
Fonte: Autora, 2025.

4.5.3 Casa de Cultura Mario Quintana

A Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) (Figura 21) está localizada na Rua dos Andradas, nº 736, no Centro Histórico de Porto Alegre. O edifício, originalmente construído entre 1916 e 1933 para abrigar o Hotel Majestic, foi projetado pelo arquiteto Theo Wiederspahn (CCMQ, 2025). De estilo eclético, o prédio foi adquirido pelo Governo do Estado em 1982 e, após um processo de adaptação, transformado em Casa de Cultura, sendo inaugurado oficialmente em 1990. Tombado em 1983, o edifício passou a ter sua preservação assegurada como patrimônio histórico (Rio Grande do Sul, 2025).

Atualmente, a CCMQ se consolidou como um dos principais centros culturais do estado, abrigando espaços dedicados ao cinema, música, artes visuais, dança, teatro e literatura. Entre seus ambientes mais emblemáticos está o Quarto do Poeta, criado em homenagem a Mario Quintana, que viveu no antigo Hotel Majestic (Rio Grande do Sul, 2025).

Figura 21: Casa de Cultura Mario Quintana



Fonte: Autora, 2025.

4.5.4 Usina do Gasômetro

Localizada na Rua General Salustiano, 21, em Porto Alegre (RS), a Usina do Gasômetro foi inaugurada em 15 de novembro de 1928, originalmente destinada à geração de energia elétrica a partir de carvão mineral. Atualmente, o espaço funciona como centro cultural, com cinema, auditórios e salas de exposições. O edifício foi tombado como patrimônio histórico em âmbito municipal em 1982 e estadual em 1983.

A Usina do Gasômetro (Figura 22) foi inaugurada em 15 de novembro de 1928 para gerar energia elétrica a partir de carvão mineral, utilizando projeto, máquinas e materiais importados da Inglaterra (IPHAE, 2025). Localizada na chamada Praia do Arsenal, em Porto Alegre, a usina recebeu essa denominação devido à proximidade com a antiga Usina de Gás de Hidrogênio Carbonado, que fornecia gás para a iluminação pública da cidade (Capra Filho et al., 2019). O edifício era dividido em três áreas principais: sala das caldeiras, onde o carvão era aquecido para gerar energia térmica; sala das máquinas e geradores, responsável por transformar a energia térmica em elétrica; e sala dos aparelhos, onde se dava a distribuição da energia (IPHAE, 2025).

Durante nove anos, a usina operou com pequenas chaminés que despejavam

fuligem sobre a cidade, levando à construção da icônica chaminé de 117 metros em 1937, que se tornou um marco arquitetônico de Porto Alegre (Capra Filho et al., 2019). Desativada em 1974, a usina enfrentou ameaças de demolição, sendo preservada por movimentos civis que garantiram seu tombamento pelo município em 1982 e pelo estado em 1983 (IPHAE, 2025). Restaurada a partir de 1988, foi transformada em Centro Cultural em 1991, abrigando cinema, auditórios, salas de exposição e espaços de uso múltiplo (Capra Filho et al., 2019).

A localização da Usina do Gasômetro, junto ao Lago Guaíba, a torna vulnerável a enchentes, ressaltando a necessidade de medidas preventivas para a proteção do patrimônio.

Figura 22: Usina do Gasômetro



Fonte: Autora, 2025.

4.6 VISITAS TÉCNICAS

Este tópico abordou as visitas de campo realizadas aos edifícios selecionados para o estudo de caso, a saber: Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Memorial do Rio Grande do Sul, Casa de Cultura Mario Quintana e Usina do Gasômetro. O objetivo dessas visitas consistiu em verificar as condições de funcionamento das instituições, identificando

situações de fechamento, interdição ou manutenção em decorrência dos impactos da enchente de 2024. As observações ocorreram em dois momentos distintos, outubro de 2024 e abril de 2025, o que possibilitou comparar os diferentes estágios de recuperação dos edifícios e registrar elementos relevantes para a análise desenvolvida neste trabalho.

4.6.1 Primeira visita: outubro de 2024

A primeira visita de campo ocorreu em outubro de 2024, ainda no período inicial da pesquisa, quando os edifícios que viriam a compor o estudo de caso definitivo não estavam definidos. Mesmo assim, foi possível realizar um levantamento preliminar de observações sobre quatro edifícios que posteriormente seriam escolhidos como objeto central do trabalho: Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), Memorial do Rio Grande do Sul, Usina do Gasômetro e Casa de Cultura Mario Quintana.

O MARGS, o Memorial e a Usina do Gasômetro permaneciam fechados ao público em função das consequências das enchentes de maio de 2024. A presença de máquinas de grande porte estacionadas em frente aos edifícios chamava a atenção. No momento da visita, não foi possível identificar a função desses equipamentos, mas posteriormente, a partir de pesquisa complementar, constatou-se que se tratavam de geradores de energia, instalados para suprir as necessidades imediatas de funcionamento dos prédios em processo de recuperação (Ferreira, 2024). Esse aspecto, por si só, já evidenciava a fragilidade das infraestruturas diante da emergência climática, visto que a retomada das atividades dependia de medidas temporárias e emergenciais.

No caso do MARGS, os sinais da enchente eram ainda mais visíveis (Figura 23). Além da instalação de uma placa indicativa do nível máximo que a água atingiu em 2024 (Figura 24), era possível identificar marcas deixadas pela inundação na fachada do edifício, bem como sinais de infiltração. Essas marcas materiais explicitam os riscos a que o patrimônio arquitetônico está sujeito em situações de desastre.

Figura 23: Marcas de infiltração na fachada do MARGS, outubro de 2024.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 24: Placa de cota de inundação na fachada do MARGS, outubro de 2024.



Fonte: Autora, 2024.

A Usina do Gasômetro também permanecia fechada, e embora o acesso interno não estivesse permitido, foi possível escutar do lado de fora o barulho constante de máquinas e trabalhadores atuando no processo de manutenção. Essa percepção auditiva contribuiu para a compreensão da intensidade das obras necessárias para restabelecer as condições mínimas de funcionamento do espaço.

O Memorial do Rio Grande do Sul apresentava situação semelhante, com o edifício fechado e a presença de geradores no entorno. A cena transmitia uma sensação de suspensão das atividades e de esforço concentrado em ações emergenciais, mais voltadas para o restabelecimento do básico do que para uma estratégia preventiva de preservação.

Em contraste com esses três edifícios interditados, a Casa de Cultura Mario Quintana encontrava-se em funcionamento (Figura 24), com grande circulação de pessoas em seu interior. Entretanto, apesar do ambiente mais ativo, foi possível perceber que o espaço ainda não havia retomado plenamente sua rotina cultural. Esse contraste reforçou a ideia de que os impactos da enchente não se restringiram apenas à integridade física das edificações, mas também atingiram de forma significativa as dinâmicas sociais e culturais associadas a esses lugares de memória.

Figura 24: Passagem entre os blocos da Casa de Cultura Mario Quintana, outubro de 2024.



Fonte: Autora, 2024.

Assim, a primeira visita permitiu observar de que forma os edifícios estavam respondendo aos impactos imediatos da enchente de 2024, seja por meio da interdição, da realização de manutenções emergenciais ou da retomada parcial das atividades. Essas constatações forneceram subsídios iniciais para compreender as condições do patrimônio arquitetônico naquele momento e estabelecer um ponto de referência para a visita subsequente.

4.6.2 Segunda visita: abril de 2025

A segunda visita de campo foi realizada em abril de 2025, com o propósito de verificar o estágio de funcionamento dos edifícios analisados e acompanhar o andamento das obras de recuperação. Diferentemente da primeira observação, nesse momento a maioria das instituições já havia reaberto parcialmente ao público, embora ainda apresentassem restrições de acesso em virtude de intervenções em curso.

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) encontrava-se aberto, mas apenas o pavimento térreo estava disponível para visitação, visto que as áreas superiores permaneciam interditadas em razão das obras. Na Usina do Gasômetro, a situação era

semelhante: o edifício estava em funcionamento, porém a partir do terceiro pavimento o acesso permanecia restrito, e ainda havia tapumes instalados ao longo de sua extensão (Figura 25), sinalizando a continuidade das intervenções.

Figura 25: Tapumes ao longo da Usina do Gasômetro, abril de 2025.



Fonte: Autora, 2025.

O Memorial do Rio Grande do Sul permanecia fechado, com a presença externa de andaimes e com uma placa governamental que indicava a execução de obras de restauração (Figura 26). De acordo com a informação apresentada no local, a finalização estava prevista para setembro de 2025, o que evidencia o caráter prolongado do processo de recuperação.

Figura 26: Placa indicando obras de restauração na fachada do Memorial do Rio Grande do Sul, abril de 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Na Casa de Cultura Mario Quintana foi possível observar também a presença de placas de obras (Figura 27), que indicavam o restauro do Teatro Bruno Kiefer e ações de conservação, restauração e requalificação de diferentes espaços da instituição. Apesar da ocorrência das obras, verificou-se intensa circulação da população, demonstrando que os usuários retomaram o vínculo com o espaço cultural mesmo diante das limitações temporárias.

Figura 27: Placas indicando obras na Casa de Cultura Mario Quintana, abril de 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Assim, a segunda visita permitiu constatar que, embora os edifícios já tivessem retomado parcialmente suas atividades, ainda enfrentavam restrições e obras significativas. As observações realizadas evidenciam o ritmo desigual da recuperação e reforçam o impacto duradouro da enchente de 2024 sobre o patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Porto Alegre.

4.7 A CARTILHA COMO PRODUTO FINAL DA PESQUISA

A cartilha intitulada *Entre Memória e Preservação* constituiu o principal produto deste Trabalho de Conclusão de Curso e materializou o esforço de transformar a pesquisa acadêmica em um instrumento acessível e socialmente relevante. Elaborada entre 2024 e 2025, sua concepção decorreu da necessidade de traduzir, em linguagem clara e didática, os debates teóricos sobre a emergência climática e a preservação do patrimônio arquitetônico, com especial enfoque no caso de Porto Alegre.

O material foi estruturado para apresentar, de forma progressiva, conteúdos que iam do contexto global ao local. Inicialmente, abordou o conceito de emergência climática e os impactos desiguais sofridos pelo Sul Global, ressaltando o aumento da frequência e

da intensidade dos desastres ambientais. Em seguida, concentrou-se no patrimônio arquitetônico, explicando sua definição, a importância de sua preservação e a especificidade do Centro Histórico de Porto Alegre. A partir desse ponto, detalhou os efeitos da crise climática sobre os edifícios históricos da cidade, exemplificados pelas enchentes de 2024, e apresentou reflexões acerca da necessidade de políticas públicas eficazes, agentes de preservação e legislação adaptada aos desafios atuais.

Além de contextualizar os problemas, a cartilha também se propôs a indicar caminhos para soluções em diferentes prazos, destacando a urgência de estratégias preventivas, a revisão do marco legal e a integração entre áreas como cultura, urbanismo e meio ambiente. Tratou-se, portanto, de um recurso que ultrapassou a dimensão acadêmica, atuando como ferramenta de conscientização voltada a estudantes, profissionais, gestores públicos e à comunidade em geral.

Dessa maneira, a cartilha representa não apenas a síntese dos resultados obtidos na pesquisa, mas também a materialização do objetivo de ampliar o alcance social do conhecimento produzido, aproximando a população dos riscos impostos pela emergência climática e reforçando a importância da preservação do patrimônio arquitetônico como elemento essencial da memória coletiva e da identidade urbana.

5 RESULTADOS

O desenvolvimento desta pesquisa passou por transformações significativas ao longo do processo, refletindo tanto os desafios encontrados quanto a necessidade de adaptar o escopo inicial às possibilidades reais de execução. A proposta original previa a elaboração de um manual técnico voltado às instituições responsáveis pela preservação do patrimônio arquitetônico, especialmente àquelas que atuam em contextos de risco ambiental. Esse manual teria como objetivo orientar tecnicamente sobre as ações a serem tomadas antes, durante e depois de desastres, com base em análises aplicadas a edifícios históricos vulneráveis.

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi escolhida como cidade-piloto para a pesquisa em razão da gravidade dos impactos causados pelas enchentes de 2024, que afetaram diretamente o Centro Histórico e diversos bens culturais ali localizados. A escolha se justificou pela concentração de edifícios de relevante valor histórico e arquitetônico, além da oportunidade de observar os efeitos da emergência climática sobre o patrimônio em um território urbano consolidado.

Com o objetivo de fortalecer teoricamente a formulação do manual técnico, foram selecionados, ainda nas etapas iniciais da pesquisa, três estudos de caso que dialogavam diretamente com a proposta original do trabalho. Os episódios de destruição do patrimônio em Beirute, na Indonésia e em São Luiz do Paraitinga - SP, foram analisados como referências para compreender diferentes respostas institucionais à perda de acervos arquitetônicos em contextos de desastre. Essas experiências contribuíram para mapear estratégias de enfrentamento, reconstrução e prevenção adotadas em cenários diversos, oferecendo subsídios para a adaptação de diretrizes ao contexto de Porto Alegre.

Para delimitar um recorte mais específico de análise, foram selecionados quatro edifícios localizados no Centro Histórico de Porto Alegre, considerando aspectos como o reconhecimento patrimonial por tombamento, a localização em áreas de risco, o uso ativo pela população e a acessibilidade a informações sobre cada edificação. São eles: o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), o Memorial do Rio Grande do Sul, a Casa de Cultura Mario Quintana e a Usina do Gasômetro. Esses edifícios foram identificados como representativos dos principais desafios relacionados à proteção do patrimônio arquitetônico diante da emergência climática.

No entanto, ao longo do processo, dificuldades operacionais comprometeram o acesso às informações necessárias para aprofundar os estudos nos quatro edifícios selecionados. Tentativas de contato com as instituições responsáveis não obtiveram retorno dentro do prazo da pesquisa. No caso do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, chegou-se a estabelecer uma aproximação inicial, mas a comunicação não prosseguiu, impossibilitando a coleta de dados.

Frente a essas limitações, optou-se por readequar o percurso metodológico. Inicialmente, manteve-se apenas o Museu de Arte do Rio Grande do Sul como foco, com a intenção de transformá-lo em estudo aprofundado a partir do qual seria possível propor diretrizes aplicáveis a outros edifícios com características semelhantes. No entanto, a ausência de informações inviabilizou também esse caminho.

Diante disso, a pesquisa passou a investir na criação de uma cartilha de conscientização voltada à população em geral. Essa mudança exigiu a incorporação de novos referenciais teóricos, como o campo da comunicação popular, que passou a integrar o corpo conceitual do trabalho e orientar o formato do novo produto final. A cartilha surgiu como uma alternativa viável e coerente diante das condições enfrentadas, mantendo o compromisso com a preservação patrimonial diante da crise climática, mas agora por meio da sensibilização pública.

A cartilha apresenta conceitos-chave relacionados à emergência climática e ao patrimônio arquitetônico, contextualiza o caso de Porto Alegre a partir das enchentes de 2024 e propõe diretrizes e ações de proteção organizadas em prazos distintos. Por meio de uma linguagem acessível, material gráfico e organização temática clara, ela representa atualmente um recurso pedagógico e comunicacional, voltado a estudantes, professores, técnicos, moradores e demais agentes interessados na defesa do patrimônio cultural.

Embora o produto final tenha se distanciado da proposta inicial, os resultados demonstraram a capacidade da pesquisa em se adaptar criticamente ao contexto, reformular objetivos e propor alternativas consistentes. A experiência permitiu não apenas refletir sobre os limites institucionais da preservação patrimonial no Brasil, mas também reafirmar a importância de ações educativas e participativas como ferramentas fundamentais diante da emergência climática.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios da proteção do patrimônio arquitetônico diante da emergência climática, com foco nas construções históricas do Centro de Porto Alegre afetadas pelas enchentes de 2024. A pesquisa partiu da constatação de que os desastres ambientais se intensificaram e se tornaram cada vez mais frequentes, representando uma ameaça concreta à memória arquitetônica e à identidade urbana. Diante desse cenário, buscou-se compreender as vulnerabilidades específicas do patrimônio edificado, propondo estratégias e instrumentos de conscientização para sua preservação em contextos de risco climático.

A escolha do tema mostrou-se relevante em diferentes esferas. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa permitiu aprofundar a reflexão sobre a relação entre patrimônio cultural, políticas públicas e mudanças climáticas, com enfoque na realidade brasileira. No campo científico, o trabalho contribuiu para a ampliação dos estudos sobre patrimônio em contextos de emergência, reforçando a importância de abordagens interdisciplinares. Para a sociedade, a discussão foi especialmente significativa ao tratar da preservação de bens culturais que integram a memória coletiva e exercem funções sociais relevantes nas dinâmicas urbanas.

Diante dos limites encontrados durante a investigação, a proposta metodológica foi reformulada, resultando na produção de uma cartilha de conscientização voltada à população. O material, construído com base na fundamentação teórica, marcos legais, estudos de caso e visitas de campo, representa hoje um recurso acessível e pedagógico, que informa e engaja a sociedade sobre a importância da proteção patrimonial em tempos de crise climática, adotando a comunicação popular como estratégia de aproximação com os diferentes públicos.

Dessa forma, os objetivos traçados foram alcançados por meio de uma abordagem ajustada à realidade encontrada durante a execução da pesquisa. A proposta respondeu à problemática inicial ao apresentar um instrumento concreto de educação patrimonial, alinhado à urgência imposta pela emergência climática. Conclui-se que a proteção do patrimônio exige a articulação entre diferentes agentes e deve estar integrada a políticas preventivas, estratégias educativas e ações de mobilização social que garantam a preservação da memória urbana em contextos cada vez mais vulneráveis.

Há potencial para que este trabalho seja ampliado e aprofundado em futuras

investigações. A cartilha desenvolvida pode servir de base para ações educativas em escolas, museus e espaços culturais, além de estimular iniciativas de sensibilização comunitária. Investigações futuras poderiam estabelecer diálogos mais diretos com instituições públicas e agentes técnicos, incluindo entrevistas, aplicação em oficinas ou a criação de protocolos específicos de preservação em áreas de risco. Essas possibilidades apontam caminhos para dar continuidade à pesquisa, reforçando seu compromisso com a proteção do patrimônio cultural diante dos desafios impostos pela crise climática.

REFERÊNCIAS

AACCMQ. Associação dos Amigos Casa de Cultura Mario Quintana. **Casa de Cultura Mario Quintana: história e atualidade**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://www.aaccmq.com.br/site/?page_id=22. Acesso em: Acesso em 01 mar. 2025.

AGUIAR, Clara. LOOSE, Eloisa Beling. A perspectiva marginalizada do Sul Global na cobertura jornalística brasileira da crise climática. **O Eco**, [S.l.], 17 out 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/a-perspectiva-marginalizada-do-sul-global-na-cobertura-jornalistica-brasileira-da-crise-climatica/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ALLUCCI, Renata Rendelucci; SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S.l.], v. 27, p. 1-34, out. 2019. Universidade de São Paulo. Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672019v27e15>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/cmhfQg9vGR3WTz9Kcn4rKTS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2025.

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. Dissertação (Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 201. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_AMARAL_Joao_Paulo_Pereira.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 06 fev. 2025.

ARTE Fora do Museu. **Centro Cultural Usina do Gasômetro**, 2020. Disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/centro-cultural-usina-do-gasometro/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BARCELLOS, Christovam. Heat waves, climate crisis and adaptation challenges in the global south metropolises. **PLOS Climate**, Reino Unido, 07 mar. 2024. Disponível em: <https://journals.plos.org/climate/article?id=10.1371/journal.pclm.0000367>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BHI. Beirut Heritage Initiative. **Track Record**, Beirute, 2020. Disponível em: <https://beirutheritageinitiative.com/track-record/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BHI. Beirut Heritage Initiative. **Our Projects**, Beirute, 2021. Disponível em: <https://beirutheritageinitiative.com/our-projects/>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BOEHM, Sophie; SCHUMER, Clea. 10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023. **World Resources Institute Brasil**, [S.l.], 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BONA, N.; CONTEÇOTE, M.L.; COSTA, L.. Kaplún e a Comunicação Popular. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, [S.L.], v. 11, n. 11, p. 169-184, 31 dez. 2007. Instituto Metodista de Ensino Superior.
<http://dx.doi.org/10.15603/2176-0934/aum.v11n11p169-184>. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/277659009_Kaplun_e_a_Comunicacao_Popular. Acesso em: 09 jul. 2025.

BORELLI, Ernesto *et al.*. **Conservation of Architectural Heritage, Historic Structures and Materials**. Roma: ICCROM, 1999. *E-book* (99 p.). ISBN 92-9077-157-7. Disponível em:
https://www.iccrom.org/sites/default/files/publications/2021-04/iccrom_14_arclabhandbook_00_en.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 32, de 1956**. Aprova a Convenção para Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-32-14-agosto-1956-350637-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.760, de 24 de abril de 2006**. Promulga o Segundo Protocolo relativo à Convenção da Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, celebrado na Haia, em 26 de março de 1999. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5760.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm#art4. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Com maior investimento da história, Iphan reestabelece salvaguarda do Patrimônio Imaterial**: Edital do PNPI e lançamento de repositórios digitais são destaques do ano. [Brasília]: Ministério da Cultura, 01 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/com-maior-investimento-da-historia-iphan-reestabelece-salvaguarda-do-patrimonio-imaterial>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRUM, Solange. Memorial do Rio Grande do Sul prepara programação para o Dia Estadual do Patrimônio Cultural. **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/memorial-do-rio-grande-do-sul-64de091ea004e>. Acesso em: 04 fev. 2025.

CAPRA FILHO, Luiz Armando Armando *et al.* Usina do Gasômetro: patrimônio de porto alegre. **Mouseion**, [S.L.], n. 37, p. 183, 7 dez. 2020. Centro Universitario La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i37.5960>. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1739/1/lacaprafilho.jsbem.mparaujo.mwaismann.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CARDILLI, Juliana. Dois meses após enchente, São Luiz do Paraitinga recupera documentos. **G1**, São Paulo, 26 fev. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1507223-5605,00-DOIS+MESES+APOS+ENCHENTE+SAO+LUIZ+DO+PARAITINGA+RECUPERA+DOCUMENTOS.html>. Acesso em: 04 fev. 2025.

CARNEIRO, Raquel. Incêndios destroem um patrimônio cultural por ano no Brasil. **Veja**, [S.I.], 03 set. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/incendios-destroem-um-patrimonio-cultural-por-ano-no-brasil/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CASTRIOTA, Leonardo. História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos. *In*: Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 26., 2004, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2004. p. 1-7. Disponível em: https://www.academia.edu/1591200/História_da_arquitetura_e_preservação_do_patrimônio_dilogos. Acesso em: 05 fev. 2025.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Patrimônio histórico na salvaguarda da Arquitetura**, [S.I.], 2023. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/formacao/patrimonio-historico-na-salvaguarda-da-arquitetura/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

CCMQ. Casa de Cultura Mario Quintana. **A Casa e o Poeta**, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.ccmq.com.br/a-casa-e-o-poeta/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CCMQ. Casa de Cultura Mario Quintana. Instagram, Porto Alegre, 22 maio 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/ccmarioquintana/p/C7STC7WulGo/?img_index=1. Acesso em: 28 fev. 2025.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. **Discursos Expositivos: Como, Porquê, Para Quem? Interseções**, [S.l.], p. 16-35, 2020. Universidade do Porto. DOI: 10.21747/9789898969682/seminariosv1a1. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CHC FT UGM. Center for Heritage Conservation Department of Architecture & Planning Faculty of Engineering Universitas Gadjah Mada. **Community Empowerment Program/CEP on The Revitalization of Kotagede Heritage District Indonesia Post Earthquake, 17 July 2006 – 17 March 2007**, [S.l.], 2011. Disponível em: <https://chc.ft.ugm.ac.id/community-empowerment-program-cep-on-the-revitalization-of-kotagede-heritage-district-indonesia-post-earthquake-17-july-2006-17-march-2007/>. Acesso em: 05 mar. 2025.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Estudo Emergência Climática**, Brasília, 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_MAMB_Emergen cia_climatica_2024.pdf. Acesso em: 04 fev. 2025.

CRIA G20. **Factsheet: Emergência Climática**, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/cria-g20/2411_cria-g20_factsheet-emergenci climatica.pdf. Acesso em: 04 fev. 2025.

DASARTE. **Saiba como estão os acervos culturais de Porto Alegre em enchente histórica**, [Porto Alegre], 09 mai. 2024. Disponível em: <https://dasartes.com.br/de-arte-a-z/saiba-como-estao-os-acervos-culturais-de-porto-alegre-em-enchente-historica/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DUARTE, Vitória; ROSA, Andrei Marcel. Os impactos das inundações nos museus de Porto Alegre e no direito à cidade. **Jornal da Universidade - UFRGS**, Porto Alegre, 04 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/os-impactos-das-inundacoes-nos-museus-de-porto-alegre-e-no-direito-a-cidade/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

EMBAIXADOR. **Casa de Cultura Mário Quintana**. 2021. Disponível em: <https://embaixador.com.br/zoom.php?id=40>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ENCHENTES impõem perdas à cultura e ao patrimônio histórico no RS. **Terra**, 15 mai. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/enchentes-impoem-perdas-a-cultura-e-ao-patrimonio-hi>

storico-no-rs.004ff59a00725fa431cb8ed14515353bskyoyz5z.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

ERDER, Cevat. **Our architectural heritage: from consciousness to conservation**. Paris: UNESCO, 1986. *E-book* (236 p.). ISBN: 978-92-3-102363-7, 92-3-102363-2. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000071433>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FERREIRA, Yasmmin. **Três meses após enchente, prédios culturais da Capital ainda dependem de geradores de energia**. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/08/tres-meses-apos-enchente-predios-culturais-da-capital-ainda-dependem-de-geradores-de-energia>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FONSECA, Cláudia Chaves. Por uma pedagogia da notícia: o conceito de comunicação em Paulo Freire. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 27, p. 73-87, dez. 2018. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/6572>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FÓRUM21. **O Sul Global na nova Guerra Fria**. 2024. Disponível em: <https://forum21br.com.br/mundo/o-sul-global-na-nova-guerra-fria>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FREIRE, Vilma. Emergência Climática Global e os Impactos na Saúde das Populações: Algumas expressões que devem ser compreendidas. **Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, Fortaleza, 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/emergencia-climatica-global-e-os-impactos-na-saude-as-populacoes/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio arquitetônico: conceitos contemporâneos nas cartas do icomos. **Oculum Ensaios**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 243, 9 dez. 2013. Cadernos de Fé e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexão, Revista de Ciências Médicas e Revista de Educação da PUC-Campinas. DOI: 10.24220/2318-0919v10n2a2143. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2143>. Acesso em: 05 fev. 2025.

HABITAT For Humanity. **Earthquake Response in Indonesia**, [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.habitatforhumanity.org.uk/what-we-do/natural-disaster-response/response-yog-yakarta-earthquake-in-indonesia/>. Acesso em 05 mar. 2025.

HAYDAR, Imad. Urban Regeneration through Architectural Preservation: The Beirut Heritage Initiative. **4 Cities**, Beirute, 2024. Disponível em: <https://www.4cities.eu/urban-regeneration-through-architectural-preservation-the-beirut-heritage-initiative/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **Carta de Veneza**. Tradução: ICOMOS Portugal, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **Documento sobre autenticidade**. Tradução: ICOMOS Portugal, 1994. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20autenticidade%201994.pdf> . Acesso em: 04 fev. 2025.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **ICOMOS charter Principles for the analysis, conservation and Structural Restoration of Architectural Heritage**, Victoria Falls, Zimbábue, 2003. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/about-the-centre/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/165-icomos-charter-principles-for-the-analysis-conservation-and-structural-restoration-of-architectural-heritage>. Acesso em: 31 jan. 2025.

IGSD. Institute for Governance & Sustainable Development. **Emergência Climática: impactos e soluções**, [S.l.], 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.igsd.org/wp-content/uploads/2024/05/Emergência-Climática-impactos-e-soluções.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2025.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**, Suíça, out. 2021. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_FullReport_small.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

IPHAE. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. **Usina do Gasômetro**, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16118>. Acesso em: 01 mar. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados: Porto Alegre (RS)**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1539/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276#:~:text=Os%20bens%20tombados%20de%20natureza,%2C%20videográficos%2C%20fotográficos%20e%20cinematográficos.> Acesso em: 31 jan. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Política de Patrimônio Cultural Material**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>. Acesso em: 28 nov. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Porto Alegre (RS)**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/283#:~:text=Monumentos%20e%20espaços%20públicos%20tombados,Porto%20Alegre%2C%20Biblioteca%20Pública%20do.> Acesso em: 28 nov. 2024.

KAMMILA, Srilata. The Global South have mastered locally led climate adaptation solutions. It's time to scale them up. **Climate Promise United Nations Development Programme**. [S.l.], 30 out. 2024. Disponível em:

<https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/global-south-have-mastered-locally-led-climate-adaptation-solutions-its-time-scale>. Acesso em: 04 fev. 2025.

KUMAR, Saurabh. Climate Action in the Global South: Achievements and Gaps. **Global Climate and Energy Alliance**, [S.I.], 31 jan. 2025. Disponível em: <https://energyalliance.org/climate-action-in-the-global-south-achievements-and-gaps/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

LERSCH, Inês Martina. Água toma museus em Porto Alegre, mas acervo é salvo das enchentes. **O Globo**, [S.I.], 07 maio 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/05/07/agua-toma-museus-em-porto-alegre-mas-acervo-e-salvo-das-enchentes.ghtml>. Acesso em 28 nov. 2024.

MACHADO, Simone. "Foi assustador": carta de 83 anos detalha estragos da grande enchente de 1941 no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**, São José do Rio Preto, 18 mai. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2898rxg1j9o#:~:text=Na%20enchente%20de%200maio%20de,dias%20de%20chuvas%20naquele%20mês>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MALLA, Hussein. Megaexplosão em Beirute em 2020 é raiz de protesto e violência no Líbano: entenda. **G1**, [S.I.], 14 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/14/megaexplosao-em-beirute-em-2020-e-raiz-de-protesto-e-violencia-no-libano-entenda.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2025.

MARGS. Museu de Arte do Rio Grande do Sul. **A instituição hoje**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.margs.rs.gov.br/o-margs-e-sua-historia/#1597252483238-fac7b6f1-749e>. Acesso em: 02 mar. 2025.

MARGS. Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Instagram, Porto Alegre, 13 nov. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cy6qx3duHZ4/?img_index=1. Acesso em: 28 fev. 2025.

MARGS. Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Instagram, Porto Alegre, 13 nov. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DCUkgzdxhfa/?img_index=1. Acesso em: 30 nov. 2024.

MARGS. Museu de Arte do Rio Grande do Sul. **O Museu de Arte do Rio Grande do Sul e sua história**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.margs.rs.gov.br/o-margs-e-sua-historia/#1597252250191-d0f12a6f-1f27>. Acesso em: 02 mar. 2025.

MEDEIROS, Helena Thomassim; SOUZA, Daniel Maurício Viana de; RIBEIRO, Diego Lemos. Um patrimônio decolonial é possível? **Mosaico**, [S.I.], v. 15, n. 23, p. 406-429, 3 maio 2023. Fundação Getúlio Vargas. DOI: 10.12660/rm.v15n23.2023.88858. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/88858/83838>. Acesso em: 07 fev. 2025.

MELLO, Daniel. Museus afetados por tragédia no RS fazem força-tarefa para restauração: inundação atingiu 19 instituições; calhas e goteiras afetaram outras 9. **Agência Brasil**, São Paulo, 24 mai. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/museus-afetados-por-tragedia-no-rs-fazem-forca-tarefa-para-restauracao>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MORADEI, Natalia dos Santos. **A Grande Enchente de São Luiz do Paraitinga**: 2010. 2016. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-02032017-113404/publico/nataliamoradei.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

NOCE, Umberto Abreu. Por uma perspectiva decolonial do patrimônio cultural brasileiro. **Virtuajus**, [S.l.], v. 9, n. 16, p. 36-45, 8 maio 2024. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. DOI: 10.5752/p.1678-3425.2024v9n16p36-45. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/32931/22488>. Acesso em: 06 fev. 2025.

OKSMAN, Silvio. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico Moderno**: A FAU de Vilanova Artigas. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18012012-144727/publico/silvio_masterpress_23fev11.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rodrigues de. **Pequeno Manual para Ocupações Urbanas**: autonomia e resistência para mulheres. 2022. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/044e51cd-a337-41cd-b365-1b47db8c0101/content>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ONU Brasil. Organização das Nações Unidas. **Relatório climático da ONU: estamos a caminho do desastre, alerta Guterres**, [S.l.], 04 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relatorio-climatico-da-onu-estamos-caminho-do-desastre-alerta-guterres>. Acesso em: 04 fev. 2025.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital. **Media & Jornalismo**, [S.L.], v. 23, n. 42, p. 23-38, 5 jun. 2023. Coimbra University Press. http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_42_1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371317699_Comunicacao_Popular_Comunitaria_e_Alternativa_na_Era_Digital_Entre_Utopias_Freireanas_e_Distopias. Acesso em: 09 jul. 2025.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave**, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/649/64911214.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 jul. 2025.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória: Editora Universitária-Edufes, Es, Brasil, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/3400f8b7-1354-421b-b1da-8e75a459b740/content>. Acesso em: 09 jul. 2025.

PINHEIRO, Adson Rodrigo; SOUSA, Janaildo Soares de. Patrimônio cultural e decolonialidade. **Revista Memória em Rede**, [S.l.], v. 16, n. 31, p. 316-344, 29 jul. 2024. Universidade Federal de Pelotas. DOI: 10.15210/rmr.v16i31.26746. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/386482050_Patrimonio_cultural_e_decolonialidade_reflexoes_teoricas_sobre_os_sentidos_do_conhecimento_para_o_campo. Acesso em: 07 fev. 2025.

PINTO, Geórgia Stefânia Manfroi. **Memorial do Rio Grande do Sul: lugar de memória e poder (2000 - 2013)**. 2013. 51 p. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/152831/000914656.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 mar. 2025.

PORTO ALEGRE. Governo Municipal. **Município avalia situação dos espaços culturais após a enchente**. Porto Alegre, 31 mai. 2024. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smc/noticias/municipio-avalia-situacao-dos-espacos-culturais-apos-s-enchente>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PORTO ALEGRE. Governo Municipal. **Mapa de Áreas Afetadas: Porto Alegre 2024**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://painelrs.maps.arcgis.com/apps/dashboards/2e2b4247389d44c1b49b26b50d1e10b3>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PORTO ALEGRE. Governo Municipal. **Secretaria Municipal da Cultura**, Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smc>. Acesso em: 01 mar. 2025.

QUEIROZ, Tiago. São Luiz do Paraitinga celebra memória da reconstrução 10 anos após enchente. **Estadão**, [S.l.], 11 jan. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/sao-luiz-do-paraitinga-celebra-memoria-da-reconstrucao-10-anos-apos-enchente/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

RAHMI, Dwita Hadi. Building resilience in heritage district: lesson learned from kotagede yogyakarta indonesia. **Iop Conference Series: Earth and Environmental Science**, [S.l.], v. 99, p. 012006, dez. 2017. IOP Publishing. DOI: 10.1088/1755-1315/99/1/012006. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/99/1/012006/pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

REZENDE, Maria Beatriz *et al.* **Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 1990-1994**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/51/conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural-1990-1994>. Acesso em: 01 mar. 2025.

RIBEIRO, Ian Jesus Silva. Estado de emergência climática: entenda os impactos das mudanças climáticas. **Politize!**, [S.l.], 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-de-emergencia-climatica/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

RIBEIRO, Marina Byrro. Arquitetura na conservação preventiva em museus brasileiros. *In: Encontro Luso - Brasileiro de Conservação e Restauro*, 1., 2011, Porto. **Anais [...]**. Porto: UCP, 2011. p. 144-165. Disponível em:

https://www.academia.edu/36558759/Arquitetura_na_conservação_preventiva_em_museus_brasileiros. Acesso em: 05 fev. 2025.

RINDRASIH, Erda; WITTE, Patrick. Reinventing the post-disaster cultural landscape of heritage tourism in Kotagede, Yogyakarta, Indonesia. **Journal Of Heritage Tourism**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 136-150, 22 jun. 2020. Informa UK Limited. DOI:

10.1080/1743873x.2020.1781870. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/1743873X.2020.1781870?needAccess=true>

. Acesso em: 07 fev. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Casa de Cultura Mario Quintana reabre as portas com exposição especial**, 05 ago. 2024, Porto Alegre. Disponível em:

<https://www.estado.rs.gov.br/casa-de-cultura-mario-quintana-reabre-as-portas-com-exposicao-especial>. Acesso em 01 mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Casa de Cultura Mario Quintana**, Porto Alegre. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/ccmq>. Acesso em 01 mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8**, Porto Alegre, 20 ago. 2025. Disponível em:

<https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8>.

Acesso em: 25 fev. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado**, Porto Alegre. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/instituto>.

Acesso em 01 mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Museu de Arte do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/margs>. Acesso em: 01 mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Sobre o Memorial**, Porto Alegre, 2025.

Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/memorial-rs>. Acesso em: 03 mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. **Vencedora do prêmio de R\$ 100 mil do Nota Fiscal Gaúcha é moradora de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2018. Disponível em:

<https://estado.rs.gov.br/vencedora-do-premio-de-r-100-mil-da-nfg-e-moradora-de-porto-alegre>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SANTOS, Daniel Messias dos; SILVA, Andre Luiz da. São Luiz do Paraitinga e a reconstrução pós-enchente de 2010: a invenção social do patrimônio. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL SELESIANO DE EDUCAÇÃO*, 2., 2015, Lorena. **Anais [...]**. Lorena: CONISE, 2015. p. 1-17. Disponível em:

http://www.lo.unisal.br/sistemas/conise2015/anais/64_13500194_ID.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

SANTOS, Leticia Britto dos; CONDE, Leandro C. D. Securitização das Mudanças Climáticas no Sul Global: Desafios e Perspectiva. *In: ENCONTRO NACIONAL DA*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 13., 2024, Belo Horizonte.

Anais [...]. Belo Horizonte: ABED, 2024. p. 1-21. Disponível em:

https://www.enabed2024.abedef.org/resources/anais/15/enabed2024/1724186605_ARQUIVO_c0558b4ce1945fb4da028d703a64b079.pdf. Acesso em: 04 fev. 2025.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **A reconstrução de São Luiz do Paraitinga**, São Luiz do Paraitinga, 2010. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=308652>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SCHUELER, Paulo. Aceleração da crise climática pressiona OMS por decretação de emergência global: Relatório da Organização Meteorológica Mundial confirmando 2023 como o ano mais quente já registrado eleva alerta sobre os impactos presentes e futuros nos sistemas de saúde. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, [Rio de Janeiro], 12 abr. 2024. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/acceleracao-da-crise-climatica-pressiona-oms-por-decretacao-de-emergencia-global>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SEGANFREDO, Thais. Enchente já atinge bens culturais históricos no Rio Grande do Sul. **Nonada**, [S.I.], 04 mai. 2024. Disponível em:

<https://www.nonada.com.br/2024/05/enchente-ja-atinge-pelo-menos-10-bens-culturais-historicos-no-rio-grande-do-sul/#:~:text=Bens%20culturais%20atingidos%20pelas%20enchen,tes%20de%202024%20no%20RS%3A&text=Grande%20do%20Sul-,Farol%20Santander,Pinacoteca%20Aldo%20Locatelli>. Acesso em: 18 fev. 2025.

STRAZZANTE, Erika; RYCKEN, Stéphanie; WINKLER, Vanessa. Global North and Global South: How Climate Change Uncovers Global Inequalities. **Generation Climate Europe**, [S.I.], 10 mai. 2022. Disponível em:

<https://gceurope.org/global-north-and-global-south-how-climate-change-uncovers-global-inequalities/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

UN-HABITAT. **Beirut Housing Rehabilitation and Cultural and Creative Industries Recovery**, [S.I.], 2022. Disponível em:

<https://unhabitat.org/project/beirut-housing-rehabilitation-and-cultural-and-creative-industries-recovery>. Acesso em: 07 fev. 2025.

UN-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **NUF1: Towards a more sustainable and inclusive future for Lebanese cities**, Beirute, 2022.

Disponível em: <https://wuf.unhabitat.org/nuf/lebanon>. Acesso em: 08 fev. 2025.

UNEP. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **A Emergência Climática**, [S.I.], 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/climate-emergency>. Acesso em: 04 fev. 2025.

UNEP. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Fatos sobre a Emergência Climática**, [S.I.], 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/climate-emergency>.

Acesso em: 04 fev. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado com regulamento de execução da dita convenção**. Brasília, 2010. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384965_por/PDF/384965por.pdf.multi. Acesso em: 16 set. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Distinctive Emblems of the 1954 Hague Convention and of its 1999 Second Protocol**. [S.I.]. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/heritage-armed-conflicts/emblem>. Acesso em: 16 set. 2025.


UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Manual de Referência do Patrimônio Mundial: Gestão de Riscos de Desastres para o Patrimônio Mundial**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/135126>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNESCO. **The World Heritage Convention**, [S.I.], 2007. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/convention/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

UPPH/CONDEPHAAT. **Relatório de Situação São Luiz do Paraitinga**. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat): São Paulo, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2IEKxd6>. Acesso em: mar. 2019. Acesso em: nov. 2018

VILELA, Adalberto *et al.* (org.). **Patrimônio Arquitetônico: Debates Contemporâneos**. Itapiranga: Schreiber, 2021. *E-book* (276 p.). DOI: 10.29327/529678. Disponível em: https://www.editoraschreiber.com/_files/ugd/e7cd6e_da0272d457844421945910e10ff4981d.pdf. Acesso em: 05 fev. 2025.

WNO. World Meteorological Organization. **WMO Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes (1970–2019)**. Genebra, 2021. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/57564-wmo-atlas-of-mortality-and-economic-losses-from-weather-climate-and-water-extremes-1970-2019>. Acesso em: 31 jul. 2025.

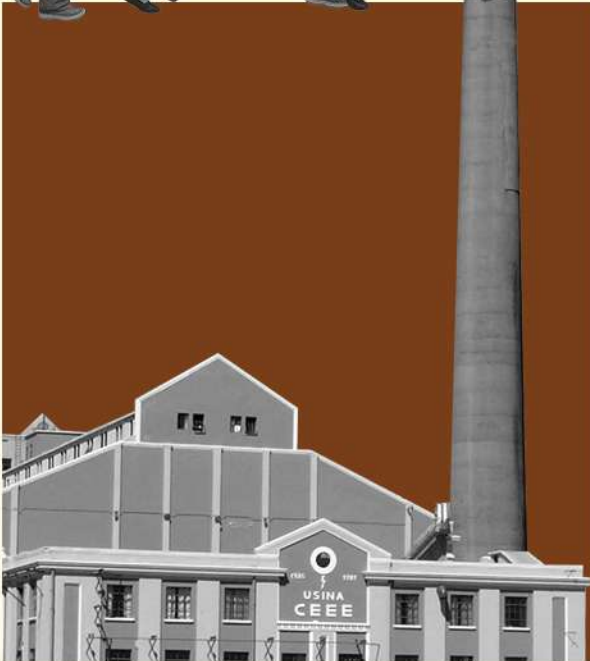


PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

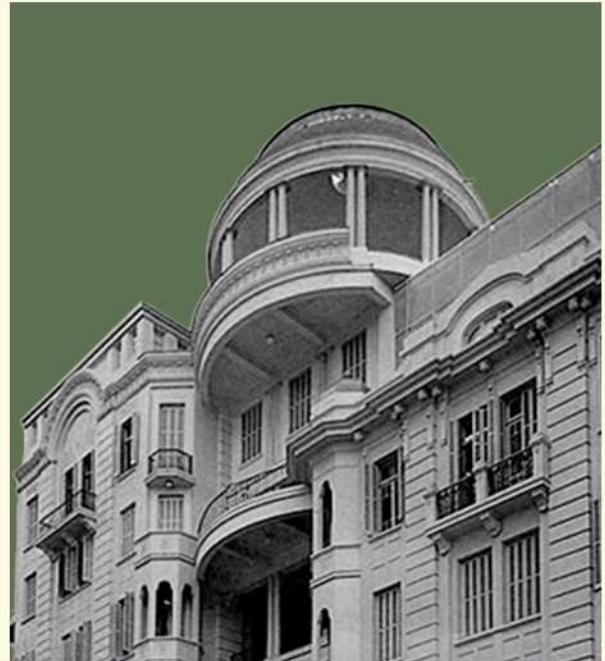
Uma cartilha a partir do desastre de Porto Alegre

VITÓRIA BEATRIZ RAMPIN VIEIRA

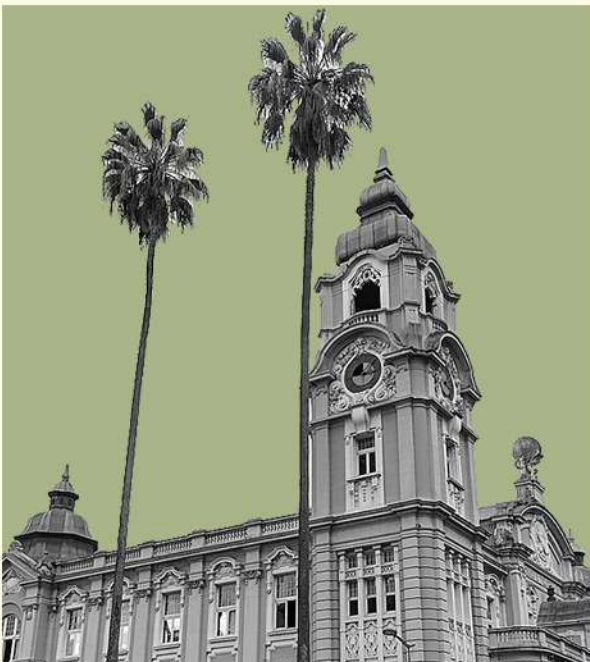
*As seguintes imagens serão utilizadas de diferentes maneiras ao longo da cartilha. Para que a estética não seja comprometida, as devidas referências serão apresentadas nesta página.



Fonte: Rio Grande do Sul, 2018. Modificado pela autora, 2025.



Fonte: Embaixador, 2021. Modificado pela autora, 2025.



Fonte: Fonte: Brum, Rio Grande do Sul, 2023. Modificado pela autora, 2025.



Fonte: MARGS, 2024. Modificado pela autora, 2025.

Trabalho de Conclusão de Curso

Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Vitória Beatriz Rampin Vieira

Orientadora: Profa. Dra. Céline Felício Veríssimo

Co Orientadora: Profa. Dra. Selma Passos Cardoso

Co Orientador: Me. Pedro Louvain de Campos Oliveira

2025



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com respeito e sensibilidade, às famílias que sofreram com as enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul, aquelas que perderam seus lares, suas lembranças, seus afetos e sua segurança. Que esta dedicatória alcance, ainda que simbolicamente, a dor que carregam e a força com que seguem em frente. Às pessoas que não hesitaram em ajudar — que ofereceram abrigo, alimento, cuidado e esperança — deixo minha mais profunda admiração. Também dedico a todos que atuam na preservação do patrimônio histórico e cultural e àqueles que se dedicam incansavelmente a conscientizar sobre os riscos da emergência climática e construir um futuro mais justo, consciente e possível. Por fim, dedico este trabalho aos meus pais, pela base sólida e pelo amor incondicional; ao meu amor, Leo, por sua presença firme em cada passo; aos professores que me guiaram com generosidade; e a mim mesma, pela resiliência nos dias difíceis, pela persistência diante dos desafios e pelo orgulho de ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada, é essencial reconhecer o apoio de quem esteve ao meu lado e me sustentou incondicionalmente.

Aos meus pais, que foram e sempre serão meus maiores apoiadores em cada escolha que fiz na vida. Obrigada por estarem sempre por perto, pelos colos nos momentos difíceis e pelos puxões de orelha nos momentos necessários. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui. Levarei comigo os valores, o exemplo de perseverança e a certeza de que todo esforço vale a pena, como vocês me ensinaram.

Ao Leo, meu grande amor, meu alicerce. Você acreditou em mim quando nem eu mesma conseguia. Esteve ao meu lado nos dias mais exaustivos, me deu forças, serenidade e segurança para continuar. Obrigada pela paciência, pelo cuidado constante e por nunca deixar que eu me esquecesse de quem sou.

Aos meus orientadores, obrigada por confiarem no meu trabalho e acreditarem que esta pesquisa pode ser apenas o começo de algo ainda maior. Sou profundamente grata pelas orientações generosas e por todo o suporte nos momentos de dúvida, cansaço e recomeço.

À professora Celine, minha eterna gratidão. Obrigada por ter me acolhido com tanta sensibilidade e por caminhar comigo com firmeza, cuidado e respeito. Sua presença foi essencial para que este trabalho se concretizasse e mais do que isso, para que eu seguisse em frente com coragem.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

POR QUE ESSA CARTILHA EXISTE?	08
ORIGEM DA CARTILHA	09
OBJETIVOS	10
PARA QUEM FOI PENSADA?	11

SOBRE A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O QUE É EMERGÊNCIA CLIMÁTICA?	13
A CRISE COMO FENÔMENO DESIGUAL: O SUL GLOBAL SOFRE MAIS	13
AUMENTO DOS EVENTOS EXTREMOS	14

SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO?	16
NEM TODO EDIFÍCIO HISTÓRICO É UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO	17
E POR QUE É IMPORTANTE PRESERVAR?	18
CIDADE, MEMÓRIA E IDENTIDADE	19
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE	20

SOBRE OS EFEITOS DA CRISE CLIMÁTICA NO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

EFEITOS DOS DESASTRES AMBIENTAIS NOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	22
O CASO DE PORTO ALEGRE	23

SOBRE OS PROTETORES DO PATRIMÔNIO

AGENTES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	25
--	----

SOBRE A RELAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E O CENÁRIO ATUAL

O QUE ESTÁ FALTANDO?	28
LEGISLAÇÕES EXISTENTES	29
E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA?	31

SOBRE O QUE PODEMOS FAZER

O QUE PODE SER FEITO?	33
-----------------------------	----

COMO VOCÊ PODE AJUDAR?	36
------------------------------	----

LEITURAS, MATERIAIS E PORTAIS	38
-------------------------------------	----





— POR QUE — ESSA CARTILHA — FOI — CRIADA?

Esta cartilha foi criada depois que as enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul, escancararam um problema sério: o **patrimônio arquitetônico** está desprotegido diante da **crise climática**. Em Porto Alegre, diversos **edifícios históricos** foram atingidos pelas águas. A cidade enfrentou uma tragédia que revelou a fragilidade das **políticas de preservação** e a falta de preparo para proteger esses bens em contextos de **emergência climática**. É preciso pensar em novas formas de proteger o que conta a história das cidades antes que se perca de vez.

ORIGEM DA CARTILHA

Esta cartilha foi desenvolvida como parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), entre 2024 e 2025.

A pesquisa teve como ponto de partida a emergência climática e seus impactos nos patrimônios arquitetônicos. Escolhi Porto Alegre como estudo de caso por ser uma cidade com grande relevância histórica e cultural, e que em 2024 enfrentou enchentes devastadoras que atingiram diretamente construções antigas e importantes para a memória da cidade.

Diante desse cenário, surgiu a necessidade de pensar estratégias de proteção que considerem os novos riscos impostos pelas mudanças do clima e de transformar esse debate em um material acessível e útil fora do ambiente acadêmico.





OBJETIVOS

Esta cartilha foi criada para ajudar a despertar um olhar mais atento sobre o patrimônio arquitetônico e os riscos que ele enfrenta por causa da crise climática.

A ideia é conscientizar sobre a importância de proteger esses edifícios, explicar por que eles são valiosos para a história das cidades e mostrar como os desastres ambientais já estão afetando essas construções.

Mais do que apresentar soluções prontas, o que se busca aqui é abrir caminho para o debate, provocar reflexões e incentivar atitudes tanto de quem toma decisões quanto de quem vive e circula pelos centros urbanos todos os dias.




PARA QUEM FOI PENSADA?

Esta cartilha é voltada para estudantes, profissionais, instituições, servidores públicos, moradores e todas as pessoas que se preocupam com o futuro do patrimônio arquitetônico.







O QUE É EMERGÊNCIA CLIMÁTICA?

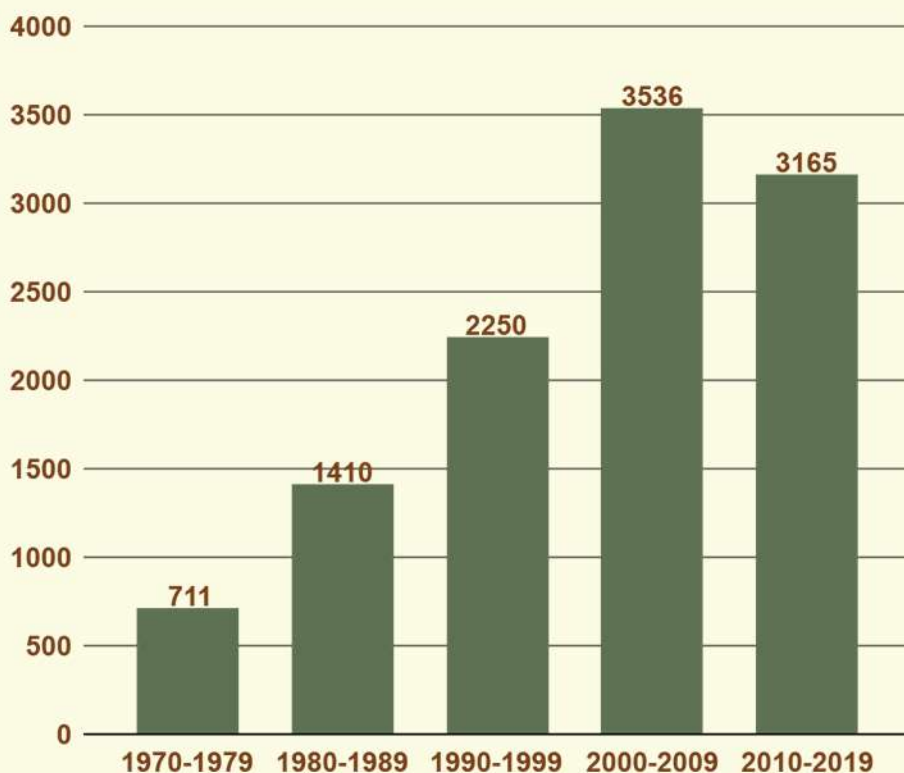
A emergência climática é uma situação de urgência caracterizada pelo aumento na frequência e intensidade de eventos extremos, como enchentes, secas, tempestades e ondas de calor (IPCC, 2021). Esses fenômenos são consequência direta das atividades humanas e da exploração desordenada dos recursos naturais, que intensificam o aquecimento global e provocam alterações no clima (Aguiar e Loose, 2024).

A CRISE COMO FENÔMENO DESIGUAL: O SUL GLOBAL SOFRE MAIS

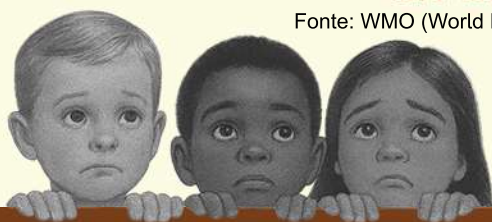
Os impactos da crise climática não são distribuídos de forma igual. No Sul Global — que abrange países da América Latina, África e partes da Ásia — as vulnerabilidades estruturais, como a precariedade da infraestrutura urbana, a ausência de políticas públicas robustas e a escassez de recursos financeiros, agravam as consequências desses eventos (Rosa, 2022). Além disso, a concentração de áreas de risco e a falta de estratégias eficazes de adaptação aumentam a exposição das populações e do patrimônio cultural (Aguiar e Loose, 2024).

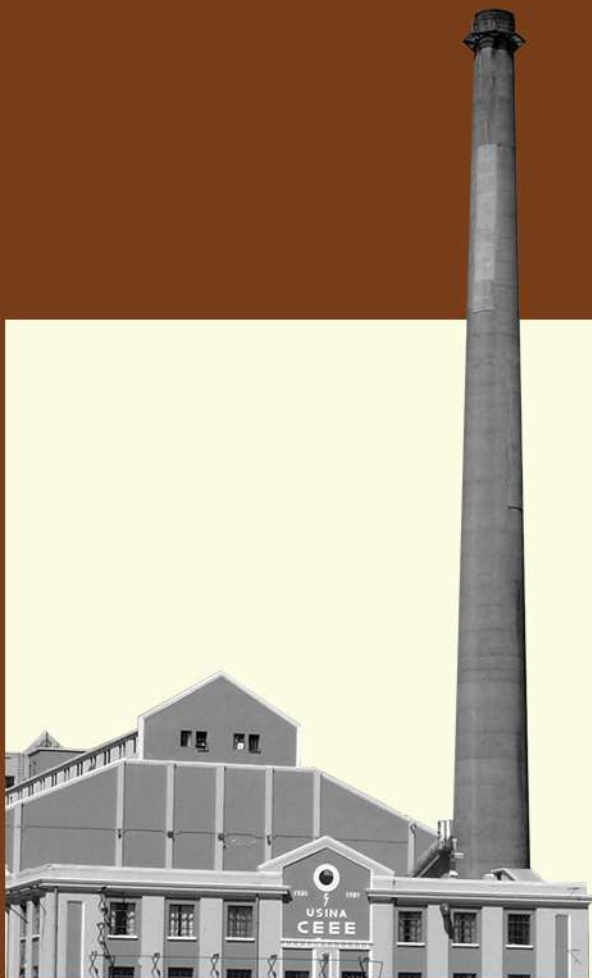
AUMENTO DE EVENTOS EXTREMOS

O número de eventos climáticos extremos tem crescido nas últimas décadas, trazendo prejuízos significativos para as cidades e seus patrimônios arquitetônicos (IPCC, 2021). No Brasil e em outros países do Sul Global, as construções históricas — muitas vezes sem estrutura adequada para resistir a tais impactos — estão entre as mais ameaçadas, tornando urgente a implementação de medidas de proteção (Aguiar e Loose, 2024).



Fonte: WMO (World Meteorological Organization), 2021





AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO?

O patrimônio arquitetônico é uma forma de patrimônio material que reúne construções e bens físicos que ajudam a contar a história de uma sociedade. São edifícios, monumentos, sítios históricos e outras estruturas que carregam valor cultural, artístico e histórico. Esses bens não são apenas coisas antigas, eles representam a memória coletiva de um povo e ajudam a manter viva a identidade de uma cidade ou de uma comunidade.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, esse tipo de patrimônio pode ser composto por imóveis, como cidades históricas e sítios arqueológicos, ou móveis, como acervos museológicos e documentais (IPHAN, 2014). Já a UNESCO (1972) define como patrimônio material todos os bens com “valor universal excepcional” do ponto de vista histórico, artístico ou científico.

Preservar esses espaços é garantir o direito ao passado, ao reconhecimento das raízes e à construção de um futuro mais consciente do valor cultural das cidades.





ATENÇÃO!!!

NEM TODO EDIFÍCIO HISTÓRICO É UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO!

Nem toda construção antiga é considerada patrimônio histórico. Um edifício histórico pode ter valor arquitetônico por suas formas, materiais ou estilo, mas só se torna patrimônio quando recebe reconhecimento oficial e coletivo por sua importância cultural e simbólica.

Segundo Paiva e Souza (2018), o edifício histórico pode ser entendido como uma construção antiga que conserva características arquitetônicas de determinado período. Já o patrimônio histórico envolve também o reconhecimento institucional e legal, representando um bem de relevância coletiva para a memória e identidade da sociedade. O processo de tombamento, por exemplo, garante essa proteção e impede que o bem seja descaracterizado ou destruído.



E POR QUE É IMPORTANTE PRESERVAR?

Preservar o patrimônio arquitetônico é proteger a nossa herança cultural. Esses espaços são testemunhos da trajetória humana e ajudam a compreender o passado para construir um futuro mais justo e inclusivo. A conservação desses bens não é só uma responsabilidade do poder público, mas também da sociedade como um todo. Além disso, o patrimônio histórico tem valor simbólico e também pode ter impacto social e econômico, como no turismo cultural, na educação e na valorização do espaço urbano. Para a UNESCO (1972), a degradação desses bens compromete não apenas a memória local, mas o patrimônio global da humanidade.



CIDADE, MEMÓRIA E IDENTIDADE

O patrimônio material guarda a memória coletiva das cidades e conecta passado, presente e futuro. Ele representa identidades, tradições e valores culturais, sendo reconhecido como essencial para a continuidade da diversidade cultural (UNESCO, 1972).

Para que essa memória se mantenha viva, é necessário respeitar a autenticidade e a integridade dos bens. A Carta de Veneza ressalta que as intervenções não devem comprometer o valor histórico e artístico (ICOMOS, 1964). Já o Documento de Nara amplia essa compreensão ao destacar que o significado do patrimônio pode variar conforme o contexto cultural (ICOMOS, 1994).

No Brasil, o IPHAN desenvolve diretrizes que se baseiam em princípios internacionais, adaptados à realidade nacional (IPHAN, 2014). Mais recentemente, o instituto tem reforçado a importância da participação comunitária e da conscientização da população para a preservação desses bens (IPHAN, 2024).

Além disso, a Carta de Burra enfatiza o envolvimento da comunidade no processo de conservação, para que o patrimônio continue presente na vida cotidiana (ICOMOS, 1979). Essa ideia é reforçada por pesquisas e recomendações recentes do próprio ICOMOS, que ressaltam a necessidade de equilibrar preservação e desenvolvimento sustentável (ICOMOS, 2024).



O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE

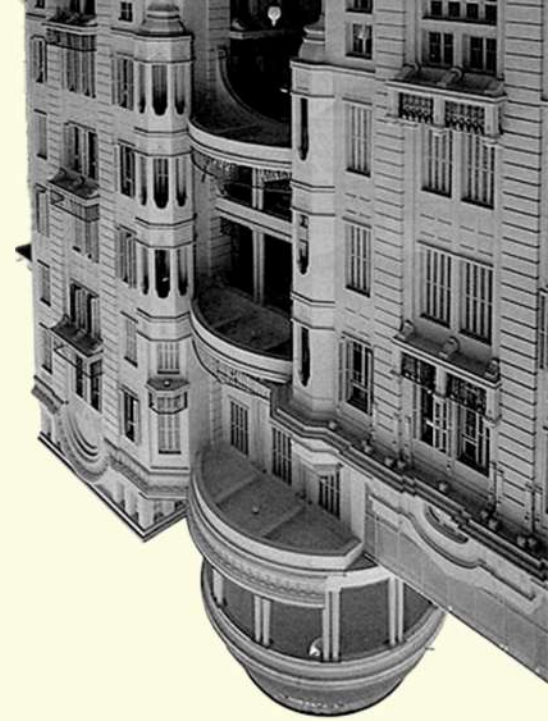
O Centro Histórico de Porto Alegre abriga uma parte fundamental da memória urbana da cidade. Com construções que datam de 1770 a 1910 (IPHAN, 2014), essa região concentra edifícios que contam a história política, econômica e cultural do Rio Grande do Sul. São museus, centros culturais, prédios públicos e construções tombadas que ajudam a manter viva a identidade porto-alegrense.

Esses bens arquitetônicos, no entanto, enfrentam desafios crescentes diante da emergência climática. A proximidade com o Lago Guaíba aumenta a vulnerabilidade da região, como ficou evidente nas enchentes de abril de 2024, que causaram danos significativos a diversas edificações históricas (Seganfredo, 2024). Espaços simbólicos como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), a Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), o Memorial do Rio Grande do Sul e a Usina do Gasômetro foram atingidos pelas águas, revelando a fragilidade da infraestrutura e a urgência de políticas eficazes de proteção e adaptação.

Mais do que marcos físicos, esses edifícios representam a história coletiva da cidade. Perder um prédio histórico é também perder parte da memória cultural da população. Como apontam Duarte e Rosa (2024), discutir os efeitos das catástrofes sobre o patrimônio é também refletir sobre o direito à cultura, à memória e à cidade. Preservar o patrimônio histórico de Porto Alegre é, portanto, um ato de resistência diante das transformações climáticas e um compromisso com a continuidade da identidade urbana.







EFEITOS DOS DESASTRES AMBIENTAIS NOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

Os edifícios históricos estão cada vez mais vulneráveis diante da emergência climática. As enchentes, que se tornaram mais frequentes e intensas, trazem sérios riscos para essas construções. A água pode causar infiltrações, umidade nas paredes, rachaduras estruturais e até perda de acervos inteiros. Além disso, quando um prédio histórico sofre grandes danos, muitas vezes ele perde também sua função de uso, ficando fechado por longos períodos. Essa perda compromete tanto a preservação física quanto o papel social e cultural que esses espaços representam para a cidade (IPHAN, 2014).



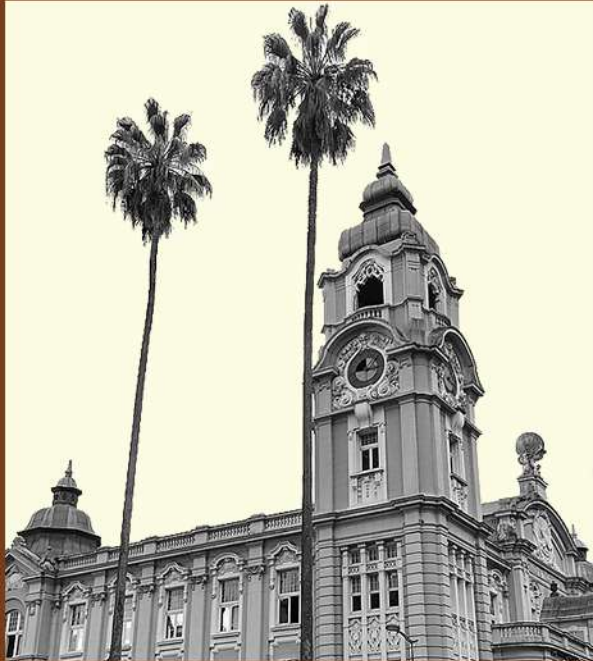


O CASO DE PORTO ALEGRE

Em abril de 2024, Porto Alegre viveu uma das maiores enchentes de sua história. O Centro Histórico, região que concentra grande parte do patrimônio cultural da cidade, foi duramente atingido. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), a Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), o Memorial do Rio Grande do Sul e a Usina do Gasômetro sofreram danos significativos causados pela água, desde perdas materiais até prejuízos na infraestrutura dos edifícios (Seganfredo, 2024).

Esses espaços não são apenas construções antigas: são marcos da identidade urbana de Porto Alegre. Sua destruição ou comprometimento atinge diretamente a memória coletiva da população. Como destacam Duarte e Rosa (2024), refletir sobre os impactos das catástrofes no patrimônio é também discutir o direito à cultura, à memória e à cidade.

Preservar esses edifícios, portanto, não é apenas uma questão de manter estruturas em pé. É resistir ao apagamento da história e garantir que futuras gerações possam continuar acessando e reconhecendo a riqueza cultural que esses patrimônios representam.





AGENTES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

I N T E R N A C I O N A I S

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desempenha um papel central na proteção do patrimônio mundial (UNESCO, 1972). A instituição criou a Convenção do Patrimônio Mundial (1972), um marco fundamental para a identificação, proteção e conservação de bens culturais e naturais de valor universal excepcional (UNESCO, 1972). A UNESCO também é responsável pela gestão da Lista do Patrimônio Mundial, que cataloga os bens culturais e naturais protegidos sob sua jurisdição (UNESCO, 2024).

ICOMOS

Outra organização de destaque é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que assessora a UNESCO na identificação e proteção do patrimônio mundial (ICOMOS, 2024). Criado em 1965, o ICOMOS estabelece padrões técnicos e recomendações sobre a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico (ICOMOS, 2024).

N A C I O N A I S

IPHAN

Criado em 1937, o IPHAN atua na identificação, tombamento e fiscalização de bens de interesse histórico, promovendo a elaboração de normativas e diretrizes para a proteção do patrimônio material brasileiro (Brasil, 1937).

ÓRGÃO ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Além do IPHAN, estados e municípios contam com suas próprias instituições dedicadas à proteção do patrimônio. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) atua na conservação de bens culturais estaduais. Em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Cultura gerencia políticas de proteção de edifícios históricos e acervos culturais (Porto Alegre, 2025).

CONSELHO CONSULTIVO

Um dos órgãos mais importantes no Brasil para a deliberação sobre políticas de preservação é o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, vinculado ao IPHAN (Rezende et al., 2015). Esse conselho é responsável por assessorar e deliberar sobre tombamentos e registros de bens culturais, garantindo que a política de preservação seja conduzida de forma criteriosa e fundamentada (Rezende et al., 2015).

SOCIEDADE

Além das instituições governamentais, a participação ativa da sociedade é fundamental para a preservação do patrimônio material. Movimentos comunitários, organizações não governamentais e pesquisadores desempenham um papel essencial na defesa e fiscalização do patrimônio, alertando sobre ameaças e promovendo campanhas de conscientização. A Carta de Burra (1979) reforça a importância da participação comunitária na gestão do patrimônio, incentivando a cooperação entre especialistas, governantes e população local (ICOMOS, 1979).





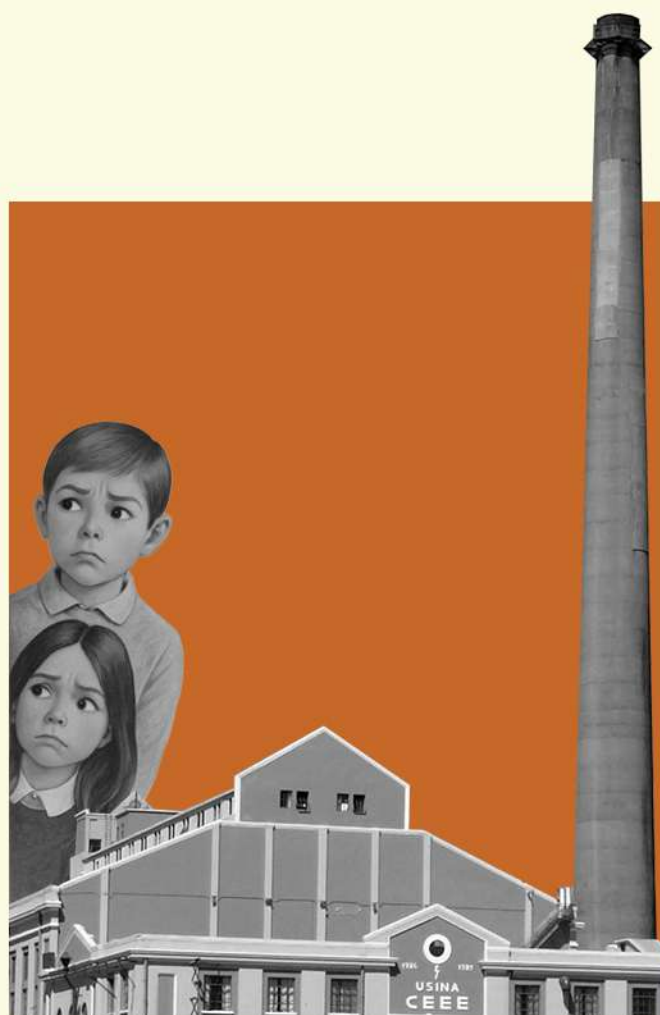
O QUE ESTÁ FALTANDO?

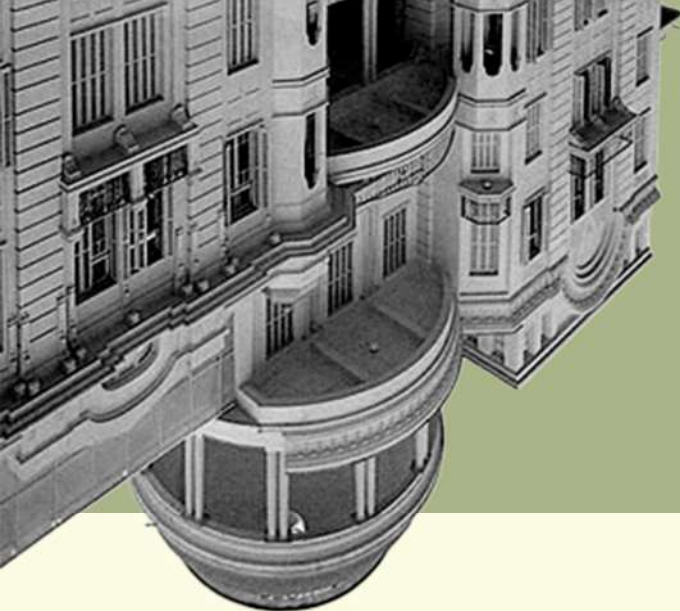
A legislação existe, mas ainda não dialoga com a emergência climática

O Brasil possui leis importantes para a proteção do patrimônio cultural, reconhecendo seu valor histórico, simbólico e social. No entanto, essas normas foram criadas em contextos passados e não acompanham os desafios atuais da crise climática.

Eventos como enchentes e deslizamentos afetam diretamente edifícios históricos, e mesmo os bens tombados seguem vulneráveis, já que a legislação vigente não prevê ações preventivas voltadas à adaptação climática.

É urgente revisar esse marco legal, aproximando as políticas de preservação das áreas de meio ambiente, planejamento urbano e gestão de riscos. A proteção do patrimônio precisa estar alinhada às mudanças do nosso tempo, especialmente em regiões frágeis como o Centro Histórico de Porto Alegre.





1937

O Decreto-Lei nº 25/1937 (Brasil, 1937) estabelece as bases da proteção do patrimônio histórico no Brasil. A norma criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e regulamentou o tombamento, mecanismo pelo qual bens culturais passam a ser protegidos pelo Estado, impedindo sua descaracterização sem autorização dos órgãos competentes. O decreto define que os bens tombados podem ser de natureza pública ou privada, mas sua preservação deve ser garantida independentemente da posse (Brasil, 1937).

1988

A Constituição Federal, em seu Artigo 216, amplia a concepção de patrimônio cultural, incluindo bens materiais e imateriais, como edificações, sítios arqueológicos, manifestações culturais e espaços urbanos de valor histórico. A Constituição estabelece que a proteção do patrimônio é dever do Estado e da sociedade, determinando que a União, os estados e os municípios atuem na preservação desses bens (Brasil, 1988).





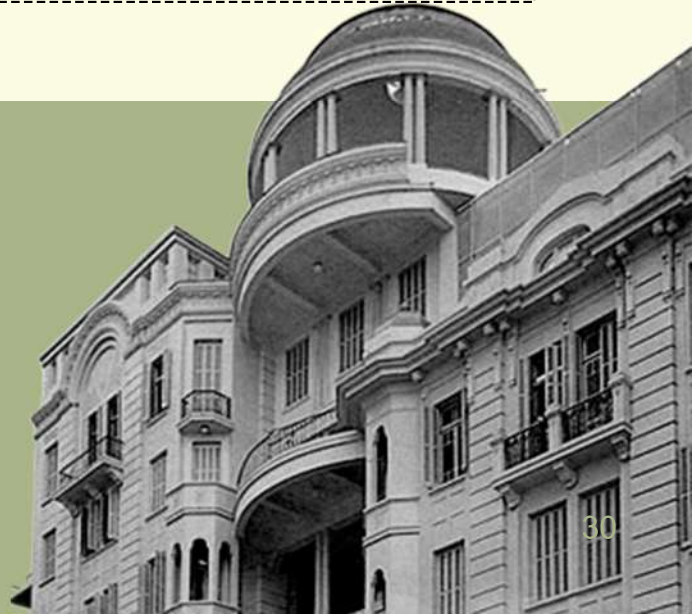
2001

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) define mecanismos urbanísticos que impactam diretamente a preservação do patrimônio arquitetônico, como:

- a) “Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: [...] VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico” (Brasil, 2001);
- b) Transferência do Direito de Construir, art. 35: permite que proprietários de bens tombados utilizem ou negociem potencial construtivo em outras áreas (Brasil, 2001).

2010

O Plano Nacional de Cultura estabelece objetivos e estratégias para a proteção do patrimônio cultural, articulando políticas de preservação com o planejamento urbano e o desenvolvimento sustentável. A lei busca promover a integração entre órgãos de proteção e incentivar ações voltadas à conservação dos bens culturais materiais (Brasil, 2010).

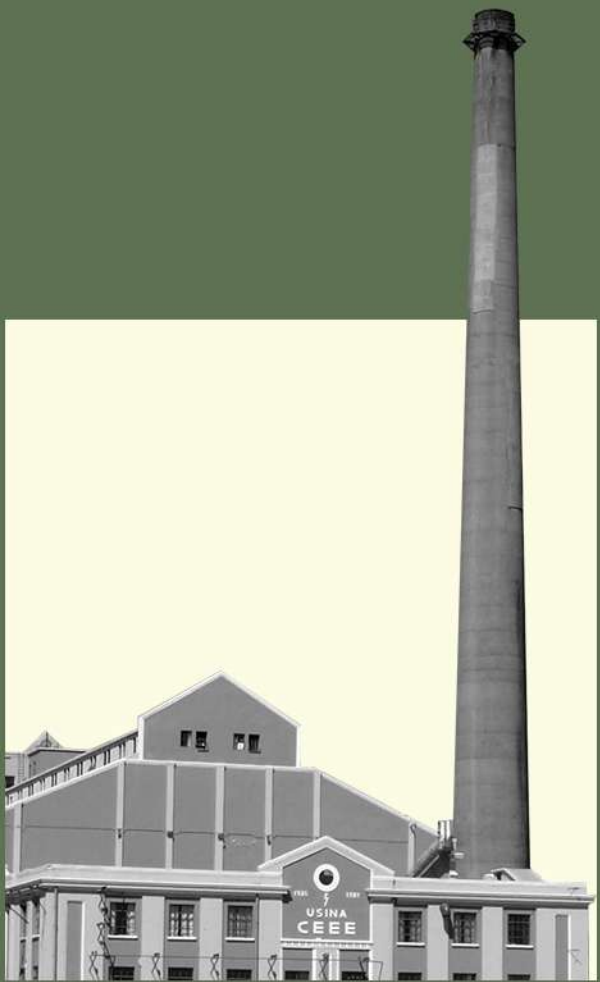


E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA?

A crise climática não é mencionada de forma direta ou sistemática em nenhuma dessas legislações. Essa omissão enfraquece a capacidade do Estado de reagir frente aos desastres e deixa o patrimônio à mercê das intempéries. Como mostra o caso das enchentes de 2024 em Porto Alegre, a ausência de integração entre as políticas culturais e ambientais teve consequências graves para museus, centros culturais e outras edificações históricas.

Essa lacuna precisa ser preenchida com urgência. Não se trata apenas de criar novas leis, mas de atualizar as existentes para incluir estratégias de prevenção, resiliência e adaptação climática. Preservar o patrimônio é também garantir sua permanência diante das transformações do planeta.





O QUE PODE SER FEITO?

Diante dos riscos que a crise climática impõe ao patrimônio arquitetônico, é urgente pensar em soluções práticas e viáveis. A proteção desses bens precisa sair do papel e se tornar uma prioridade real nas políticas públicas. Isso exige planejamento, articulação entre diferentes áreas e vontade política para agir antes que os danos se tornem irreversíveis.



CURTO PRAZO

- *Mapeamento dos edifícios históricos em áreas de risco;
- *Criação de protocolos emergenciais específicos para desastres climáticos envolvendo bens tombados;
- *Formação de equipes técnicas interdisciplinares para ações preventivas;
- *Capacitação de profissionais e agentes públicos sobre patrimônio e crise climática.

MÉDIO PRAZO

- *Revisão e atualização da legislação de preservação, incluindo critérios de adaptação climática;
- *Integração entre políticas de cultura, urbanismo e meio ambiente;
- *Estabelecimento de parcerias entre universidades, instituições culturais e poder público para pesquisas e planos de conservação;
- *Criação de fundos emergenciais voltados à recuperação de patrimônios afetados por desastres.

LONGO PRAZO

- *Desenvolvimento de planos permanentes de conservação preventiva com base nos cenários climáticos futuros;
- *Inserção da temática do patrimônio nas agendas climáticas nacionais e locais;
- *Fortalecimento da participação social e da educação patrimonial como estratégias de longo prazo;
- *Implantação de políticas públicas que assegurem a continuidade da proteção patrimonial, mesmo em cenários de crise.





COMO VOCÊ PODE AJUDAR?

Se você observar irregularidades em patrimônios históricos, situações de abandono ou riscos causados por desastres ambientais, é importante agir. Sua participação ajuda a proteger o patrimônio cultural e a memória coletiva das nossas cidades.

O você pode fazer?

- Denunciar situações de risco ou abandono de prédios históricos.
- Acompanhar e apoiar iniciativas de preservação na sua cidade.
- Cobrar das autoridades políticas públicas de proteção e prevenção.
- Compartilhar informações para conscientizar mais pessoas.

Fazer denúncias ou manifestações ao Iphan:

Acesse a plataforma Fala.BR, disponível 24 horas: <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>
Telefone: (61) 2024-5570 / 5572 / 5573 / 5574 (horário: segunda a sexta, das 9h30 às 17h30).
Endereço: SEPS 702/902, Bloco C, Torre A, 2º andar, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70390-025.

Denunciar danos ambientais relacionados a patrimônio:

IBAMA – Linha Verde: 0800 618 080
Corpo de Bombeiros: 193
Polícia Civil: 147
Polícia Militar / Florestal: 190
Secretarias Estaduais de Cultura e Patronato Histórico e Prefeitura local — conforme sua cidade.
Ministério Público, tanto federal quanto estadual, se envolver danos ao patrimônio ou meio ambiente.

Para consultar bens tombados:

Acesse o banco de dados oficial do Iphan pelo SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/login>

Participar ativamente:

Engaje-se nos Conselhos Municipais ou Estaduais de Patrimônio, que discutem e decidem sobre políticas de preservação.
Qualquer cidadão pode solicitar o tombamento de um bem histórico ao Iphan, conselhos estaduais ou municipais, garantindo que seja analisado e, se aprovado, protegido por lei.



LEITURAS, MATERIAIS E PORTAIS

Patrimônio Cultural: Nacional e Internacional

Portal do IPHAN: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>

Site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com informações sobre bens tombados, legislação e ações de preservação no Brasil.

Portal do IPHAE RS: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc>

Órgão estadual de preservação do patrimônio histórico no Rio Grande do Sul, com informações sobre bens tombados e ações institucionais.

Portal do ICOMOS no Brasil: <https://www.icomos.org.br>

Informações, publicações e diretrizes do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, com foco na conservação do patrimônio.

Lista dos patrimônios mundiais da UNESCO: <https://whc.unesco.org/en/list>

Lista completa dos bens reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial, com dados técnicos, justificativas e imagens.

Portal da UNESCO no Brasil: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil>

Página da UNESCO no Brasil com informações sobre cultura, educação, meio ambiente e patrimônio no contexto brasileiro.

Documentos Fundamentais sobre Preservação

A Carta de Veneza:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

Documento internacional de 1964 que define princípios fundamentais para a conservação de monumentos e sítios históricos.

A Conferência de Nara:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>

Declaração que amplia a compreensão de autenticidade cultural no campo da preservação do patrimônio.

Mudanças Climáticas e Meio Ambiente

Portal do IPCC: <https://www.ipcc.ch>

Acesso aos relatórios e estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, base científica sobre a emergência climática global.

Último Atla da Organização Mundial de Meterologia:

<https://library.wmo.int/records/item/57564-wmo-atlas-of-mortality-and-economic-losses-from-weather-climate-and-water-extremes-1970-2019>

Publicação com dados globais sobre perdas humanas e econômicas causadas por eventos climáticos extremos entre 1970 e 2019.

Portal do IGSD: <https://www.igsd.org>

Instituto internacional que atua com políticas e governança para o desenvolvimento sustentável e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Portal da UNEP no Brasil: <https://www.unep.org/pt-br>

Página brasileira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com foco em ações ambientais e mudanças climáticas.

Portal da ONU no Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br>

Ações, relatórios e programas da Organização das Nações Unidas no Brasil, incluindo temas de patrimônio, clima e direitos humanos.

Porto Alegre e os Edifícios Estudados

Portal da Prefeitura de Porto Alegre: <https://prefeitura.poa.br>

Informações institucionais e notícias sobre a cidade, com foco em urbanismo, cultura, planejamento e gestão pública.

Portal da Casa de Cultura Mario Quintana: <https://www.ccmq.com.br/>

Página oficial com informações sobre a história, atividades e eventos da Casa de Cultura localizada no Centro Histórico de Porto Alegre.

Portal do Museu de Arte do Rio Grande do Sul: <https://www.margs.rs.gov.br/>

Site do MARGS com acesso ao acervo, exposições e informações sobre o museu, um dos mais importantes do estado.

Instagram do Memorial do Rio Grande do Sul: https://www.instagram.com/memorial_rs

Canal de divulgação cultural e institucional do Memorial, com postagens sobre exposições, memória e patrimônio.

